

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**HELOISA DA SILVA MARQUES**

**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DAS MULHERES NEGRAS NO TRABALHO  
DOMÉSTICO:**

Um estudo da relação entre trabalho e moradia na Região Metropolitana do Rio de  
Janeiro

Rio de Janeiro  
2025

**HELOISA DA SILVA MARQUES**

**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DAS MULHERES NEGRAS NO TRABALHO  
DOMÉSTICO:**

Um estudo da relação entre trabalho e moradia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Rio de Janeiro

2025

### CIP - Catalogação na Publicação

M357p Marques, Heloisa da Silva  
Práticas socioespaciais das mulheres negras no trabalho doméstico: Um estudo da relação entre trabalho e moradia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro / Heloisa da Silva Marques. -- Rio de Janeiro, 2025.  
185 f.

Orientador: Marcelo Gomes Ribeiro.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2025.

1. práticas socioespaciais. 2. trabalho doméstico. 3. segregação socioespacial. 4. mulheres negras. 5. território metropolitano. I. Ribeiro, Marcelo Gomes, orient. II. Título.

Heloisa da Silva Marques

**Práticas socioespaciais das mulheres negras no trabalho doméstico:**

Um estudo da relação entre trabalho e moradia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte das exigências do Mestrado para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 18/02/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **MARCELO GOMES RIBEIRO**  
Data: 19/08/2025 09:04:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro (Orientador)

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 **TAISA DE OLIVEIRA AMENDOLA SANCHES**  
Data: 27/08/2025 14:02:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Dr. Taísa de Oliveira Amendola Sanches (Examinador Interno)

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**  
Data: 27/08/2025 12:24:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos (Examinador Interno)

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 **ROSSANA BRANDAO TAVARES**  
Data: 26/08/2025 16:42:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Dr. Rossana Brandão Tavares (Examinador Externo)

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFF

Para Hortência, Lourdes e Dona Fausta,  
As que me ensinam cotidianamente sobre afeto e resistência

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço as mulheres da minha família pelos ensinamentos no modo de fortalecer nossa rede de afeto e cuidado. São elas, Dona Fausta, Lourdes, Hortência, Maria e Marta. Agradeço também ao meu pai, meu fiel ouvinte e incentivador, e ao meu irmão pelo companheirismo e risadas.

Ao meu parceiro de vida Túlio, por sempre me apoiar na construção dessa pesquisa e na vida, ajudando no momento de escuta das reflexões de pesquisa tarde da noite, ao se fazer fortaleza e apoio quando me perdia, ou nas descontrações e risadas quando necessárias. Obrigada pelas muitas comidinhas feitas enquanto no computador eu tentava sistematizar as ideias aqui apresentadas.

Aos colegas de turma essenciais, para a minha construção política e como pessoa, com suas múltiplas visões de mundo. Agradeço à toda a turma de mestrado do ano de 2022. E, principalmente, aos amigos que fui fazendo nessa jornada. Camila, Júlio, Ana Luiza, Brenda Mel e Flavio, primordiais na construção das minhas reflexões nos intervalos das aulas ou na mesa de um bar.

Aos amigos de longa data que tanto compartilham de suas vivências e que tanto me inspiram fazendo seguir em frente e reafirmando as escolhas que me fazem estar aqui hoje. Júnior Pimentel, Boo, Ana Carol e Jade, obrigada pela longa caminhada juntos. Agradeço, e muito, as conexões fora da universidade, que me fizeram olhar para o tema através de suas complexidades. À Coletiva de Assessoras Populares do Rio de Janeiro, e as conexões a partir dela realizadas como a Coletiva as Caboclas, o Grupo Habitacional Mãe Bernadete e a Ocupação Vito Giannotti. O contato e relação com seus integrantes afirmam cada vez mais a luta na qual acredito. Agradeço ao Baque Mulher, movimento de maracatu e de empoderamento feminino, ao tomar as ruas, as praças e a cidade, reivindicando presença e potência dessas lindas mulheres.

Aos que compõem essa banca, me mostrando caminhos não antes vistos através de seus olhares atentos. Obrigada Taísa, Renato e Rossana. Ao meu orientador com seu carinho, escuta e certas colocações, sempre respeitando minhas escolhas e as ponderando com tamanha profundidade. Ao grupo de pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade do Observatório das Metrôpoles e aos debates ali avançados. Ao revisor desse texto e amigo de longa data, Matheus Guarino, obrigada pelo apoio de sempre.

## RESUMO

A dissertação tem como foco de pesquisa as práticas socioespaciais das trabalhadoras domésticas negras na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, investigando como a segregação socioespacial vivenciadas por elas no território é construída social e historicamente através de dimensões raciais, de gênero e raça de modo interseccional. A dissertação busca investigar como as práticas socioespaciais grafam o espaço através de relações duradouras e fluídas, olhando o espaço urbano através dessas duas chaves de compreensão, como estrutura e como experiência, e como a relação dialética de tais portas de entrada nos fornece insumos para a investigação da territorialização do trabalho doméstico. Em sua forma duradoura, são investigadas as mudanças e permanência das características das mulheres que ocupam o trabalho doméstico e sua relação de moradia e trabalho com o território metropolitano nos últimos quarenta anos. Em sua forma fluída, são investigadas as vivências das trabalhadoras domésticas através de entrevistas semiestruturadas com duas delas. Dentre os resultados colhidos estão as renovações das práticas que constroem as segregações socioespaciais das trabalhadoras domésticas. Apesar das modificações nas características do trabalho, ocorre a manutenção de práticas excludentes vivenciadas por elas no território. Além disso, são evidenciadas muitas das formas de construção de afeto e resistência pelas trabalhadoras entrevistadas, que se enxergam para além das práticas de segregação do trabalho em suas perspectivas cotidianas e de futuro.

**Palavras-Chave:** práticas socioespaciais; trabalho doméstico; segregação socioespacial; mulheres negras; território metropolitano; categorias sociocupacionais; interseccionalidade.

## ABSTRACT

The dissertation focuses on the socio-spatial practices of Black domestic workers in the Rio de Janeiro Metropolitan Region, investigating how the socio-spatial segregation they experience in the territory is socially and historically constructed through racial, gender, and race dimensions in an intersectional way. The dissertation aims to investigate how socio-spatial practices shape space through enduring and fluid relationships, looking at urban space through these two keys of understanding: as structure and as experience, and how the dialectical relationship between these two perspectives provides insights for investigating the territorialization of domestic work. In its enduring form, the dissertation examines the changes and continuities in the characteristics of women who engage in domestic work and their relationship with housing and labor in the metropolitan territory over the past forty years. In its fluid form, the dissertation explores the experiences of domestic workers through semi-structured interviews with two of them. Among the findings are the renewal of practices that construct the socio-spatial segregations of domestic workers. Despite changes in the characteristics of the work, exclusionary practices experienced by them in the territory are maintained. Additionally, many forms of affection and resistance built by the interviewed workers are highlighted, as they see themselves beyond the segregation practices in their everyday and future perspectives.

**Keywords:** socio-spatial practices; domestic work; socio-spatial segregation; Black women; metropolitan territory; socio-occupational categories; intersectionality.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                                        |
|---------|------------------------------------------------------------------------|
| CBO     | Classificação Brasileira de Ocupações                                  |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                        |
| INSS    | Instituto Nacional do Seguro Social                                    |
| INCT OM | Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles |
| INSS    | Instituto Nacional do Seguro Social                                    |
| MEI     | Microempreendedor Individual                                           |
| PNAD    | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                            |
| POF     | Pesquisa de Orçamentos Familiares                                      |
| REGIC   | Regiões de Influência das Cidades                                      |
| RMJM    | Região metropolitana do Rio de Janeiro                                 |
| TPS     | Teoria da Reprodução Social                                            |

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 01 - Imagem panorâmica do bairro de São Conrado com a Pedra da Gávea ao fundo                                                                     | 129 |
| Figura 02 - Imagem de satélite da quadra onde possui o maior número de trabalhadoras domésticas que moram na casa dos patrões, ao lado de Campo de Golf. | 129 |
| Figura 03 - Imagem da tipologia de casas da Urca                                                                                                         | 130 |
| Figura 04 - imagem de satélite de quadra com o mais número de trabalhadoras domésticas morando na casa dos patrões.                                      | 130 |
| Figura 05 - Imagem satélite do Condomínio de casas de luxo                                                                                               | 131 |
| Figura 06 - Imagem panorâmica do Condomínio de prédio ao lado da Lagoa de Marependi                                                                      | 131 |
| Figura 07 - Imagem de site de anúncio imobiliário.                                                                                                       | 131 |
| Figura 08 - Imagem em satélite com a ocupação do bairro Itanhangá, ao lado de campo de golfe e da favela de Rio das Pedras                               | 133 |
| Figura 09 - Imagem de anúncio de casa luxuosa em Itanhangá                                                                                               | 133 |
| Figura 10 - Captura de tela de site de anúncio imobiliário                                                                                               | 133 |
| Figura 11 - Proporção de pessoas ocupadas que realizam deslocamento casa-trabalho acima de 1 hora (em %) – 2010                                          | 142 |
| Figura 12 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível superior de escolaridade (em %) – 2010                                            | 143 |

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

|                                                                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 01 - Empregados domésticos, segundo a sexo e a cor, nas diversas zonas do Distrito Federal (1940)                                                                                                 | 99  |
| Tabela 02 - Habitantes das favelas do Rio de Janeiro, segundo o ramo de atividade e o sexo. (1949)                                                                                                       | 102 |
| Tabela 03 - Trabalhadores domésticos e pessoas ocupadas segundo o sexo da Região Metropolitanas do Rio de Janeiro - 1980 e 2010                                                                          | 107 |
| Gráfico 01 – Trabalhadoras domésticos e pessoas ocupadas segundo a cor ou raça na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1980 e 2010                                                                   | 110 |
| Tabela 04 - Faixa de idade dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980                                                                                                 | 112 |
| Tabela 05 - Faixa de idade dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2010                                                                                                 | 113 |
| Tabela 06 - Trabalhadoras domésticas na RM/RJ segundo nível de instrução                                                                                                                                 | 114 |
| Tabela 07 – Das que frequentam instituições de ensino, qual o curso (1980                                                                                                                                | 116 |
| Tabela 08 – Das que frequentam instituições de ensino, qual o curso (2010)                                                                                                                               | 116 |
| Tabela 09 – Relação entre nível de instrução e faixa etária das trabalhadoras domésticas em 1980                                                                                                         | 117 |
| Tabela 10 - Relação entre nível de instrução e faixa etária das trabalhadoras domésticas em 1980                                                                                                         | 118 |
| Tabela 11 – Tempo habitual gasto de deslocamento da casa até o trabalho diariamente                                                                                                                      | 119 |
| Tabela 12 – Local de nascimento das trabalhadoras domésticas – 1980 e 2010                                                                                                                               | 121 |
| Tabela 13 – Mais de um trabalho executado pelas trabalhadoras domésticas – 1980 e 2010                                                                                                                   | 123 |
| Tabela 14 – Trabalhadoras domésticas na RM/RJ que residem onde trabalham                                                                                                                                 | 124 |
| Tabela 15 – Rendimento mensal, em real, das trabalhadoras domésticas ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho efetivamente recebido no trabalho principal no estado do Rio de Janeiro | 144 |

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 16 – Posição na ocupação no trabalho principal para as trabalhadoras domésticas (RMRJ)        | 146 |
| Tabela 17 – Tempo de permanência na ocupação principal para s trabalhadoras domésticas em 2015 (RMJ) | 147 |
| Tabela 18 – Trabalhadoras domésticas que trabalham em mais e um domicílio (RMRJ)                     | 148 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 01 - Região metropolitana em 1974.                                                                                                                         | 85  |
| Mapa 02 - Região metropolitana em 2013                                                                                                                          | 86  |
| Mapa 03 – Região metropolitana institucionalizada                                                                                                               | 87  |
| Mapa 04 - RMRJ considerada pelo Observatório das Metrôpoles e REGIC                                                                                             | 88  |
| Mapa 05 - Tipologia socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro                                                                                     | 93  |
| Mapa 06 – Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e Niterói (1935)                                                                                                     | 98  |
| Mapa 07 – Trabalhadoras domésticas que moram no local de trabalho por setor censitário                                                                          | 126 |
| Mapa 08 – Trabalhadoras domésticas que moram no local de trabalho por setor censitário com aproximação dos bairros de maior número de trabalhadoras.            | 128 |
| Mapa 09 – Trabalhadoras domésticas que moram na casa de seus patrões por bairro no Rio de Janeiro                                                               | 135 |
| Mapa 10 – Porcentagem de domicílios com renda domiciliar mensal per capita igual ou maior que 5 salários mínimos                                                | 137 |
| Mapa 11 – Porcentagem de domicílios com renda domiciliar mensal per capita igual ou maior que 5 salários mínimos                                                | 138 |
| Mapa 12 - Mapa com percentual de trabalhadores domésticos por Área de Ponderação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Dados do Censo Demográfico de 2010 | 140 |
| Mapa 13 – Cartografia do trajeto Casa-Trabalho de Evanize e Ruth                                                                                                | 175 |
| Mapa 14 – Cartografia do trajeto Casa-Trabalho de Evanize e Ruth com aproximação no bairro do Méier                                                             | 176 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                            | <b>16</b>  |
| <b>2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL.....</b>                                                          | <b>24</b>  |
| 2.1 Conceitos do trabalho doméstico remunerado no Brasil.....                                                                       | 24         |
| 2.2 A mulher negra em países coloniais .....                                                                                        | 31         |
| 2.2.1 A importância do debate racial no trabalho doméstico .....                                                                    | 37         |
| 2.3 Luta trabalhista para as trabalhadoras domésticas e construção da cidadania .....                                               | 47         |
| 2.4 Faces e dados do trabalho doméstico no Brasil hoje.....                                                                         | 61         |
| 2.5 A interseccionalidade através do trabalho doméstico.....                                                                        | 65         |
| <b>3 DURADOURAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NA RMRJ A PARTIR DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS.....</b>                                      | <b>72</b>  |
| 3.1 Configuração socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerações sócio-históricas e relação territorial..... | 76         |
| 3.1.1 Estrutura social e a importância do território .....                                                                          | 88         |
| 3.2 O trabalho doméstico na formação da cidade do Rio de Janeiro .....                                                              | 91         |
| 3.3 O território da RMRJ através da posição socioespacial do trabalho doméstico nos últimos quarenta anos .....                     | 101        |
| 3.3.1 Análise comparativa do perfil da trabalhadora doméstica em 1980 e 2010 ...                                                    | 102        |
| 3.3.2 Mudanças e persistências em 40 anos para o trabalho doméstico .....                                                           | 140        |
| <b>4 FLUIDAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: “DONA MARIA JÁ SE FOI, SÓ DEPOIS É QUE O SOL NASCE...” .....</b>                              | <b>148</b> |
| 4.1 Aproximação.....                                                                                                                | 150        |
| 4.2 Evanize .....                                                                                                                   | 152        |

|                                                      |            |
|------------------------------------------------------|------------|
| <b>4.3 Ruth .....</b>                                | <b>160</b> |
| <b>4.4 Reflexões através das duas histórias.....</b> | <b>167</b> |
| <br>                                                 |            |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                   | <b>174</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                              | <b>178</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação busca compreender as práticas socioespaciais das mulheres negras como trabalhadoras domésticas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Através do trabalho doméstico é possível investigar como essas mulheres negras vivenciam as práticas socioespaciais na RMRJ em suas dimensões raciais, de renda e de gênero em numa perspectiva interseccional.

A chave analítica da pesquisa é o trabalho doméstico: como, através das ocupantes do trabalho doméstico e seus reflexos no espaço social, é possível apreender aspectos da segregação socioespacial na RMRJ. A ocupação do trabalho doméstico é um reflexo da desigualdade existente no Brasil e a trabalhadora doméstica, centro e chave analítica para pensar o planejamento urbano e regional.

O espaço social, como investiga Bourdieu (2007), é um espaço multidimensional e relacional, por isso, investigar as dimensões raciais, de renda e de gênero são importantes para compreender a reprodução das desigualdades no contexto brasileiro e a construção de determinadas posições sociais (Bourdieu, 2007). Dialogando com Bourdieu, a investigação propõe uma perspectiva interseccional (Fraser, 2019; Collins, 2019a; 2019b), em que as múltiplas dimensões são vivenciadas pelas trabalhadoras em dinâmicas econômicas, culturais e políticas, com reflexos na dinâmica do território.

A partir dessa perspectiva de análise, pretende-se investigar como a estrutura territorial influencia práticas segregadas, afetando a vivência cotidiana das trabalhadoras domésticas e suas práticas de resistência, detectando traços e movimentos comuns que ocorrem nas estruturas territoriais.

A estrutura territorial é socialmente construída e reage sobre o social em relação dialética (Villaça, 1998). Assim, como diz Villaça (1998), o espaço urbano é estruturado fundamentalmente pelas “condições de deslocamento do ser humano, seja quanto portados da mercadoria força de trabalho, seja enquanto consumidor” (Villaça, 1998). Por isso, a segregação é um processo fundamental para compreender a estrutura socioespacial. O território não é inerte à desigualdade imposta pelo sistema capitalista e vivenciadas pelas trabalhadoras, ele molda e é moldado através dessas práticas de segregação.

Na linha de Renato Emerson Santos (2021), ao afirmar que as relações raciais grafam o espaço, as relações sociais em seu sentido mais amplo, constituidoras das desigualdades sociais, grafam o espaço através de teias sociais duradouras, perenes e fluidas. Por este motivo, a dissertação busca investigar como isso ocorre a partir das trabalhadoras domésticas.

Assim, a proposta é investigar as diferentes dimensões e padrões escalares de segregação vivenciados pelas trabalhadoras domésticas na RMRJ, compreendendo a vivência das trabalhadoras em práticas duradouras e fluídas, e olhando o espaço urbano através de duas chaves de compreensão, como estrutura e como experiência. As práticas perenes constroem padrões de segregação e as fluídas as relações cotidianas.

Em sua forma *duradoura*, utilizando como base a estrutura de categorias sócio-ocupacional desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, as bases de dados do IBGE através do Censo, PNAD contínua e a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), são investigadas suas posições territoriais de moradia e trabalho nos últimos 40 anos, e como suas relações sociais são constituídas a partir, em conjunto e através da sua posição no mercado de trabalho. Serão investigadas as mudanças e persistências das características da ocupação do trabalho doméstico, abrangendo as diferentes dimensões de renda, raça, gênero e idade, investigando como o trabalho doméstico é chave para compreender a segregação socioespacial da RMRJ.

De forma fluída, será investigado as vivências das trabalhadoras domésticas que grafam o espaço e produzem ações cotidianas, através das relações vividas no espaço urbano, reagindo, resistindo e persistindo às opressões impostas pelas estruturas sociais. Como a sua posição social reflete em suas vivências cotidianas?

Para as mulheres negras, o trabalho de cuidado de outras famílias sempre existiu e é um dos caminhos mais aceitos para inserção no mercado de trabalho, carregando fortes traços coloniais. Na maior parte das famílias em que a maioria dos seus membros são negros, as mulheres negras têm papel fundamental no desenvolvimento econômico, e em sua maioria são chefes de família nas classes populares. É o que aconteceu com a minha família e a de muitas outras famílias brasileiras, em que, nessas circunstâncias, a entrada no mercado de trabalho muitas vezes é pelo trabalho doméstico. Mulheres da minha família, e a de muitas outras,

tiveram seus primeiros trabalhos como trabalhadoras domésticas, faxineiras ou cuidadoras.

Minha mãe e minhas tias vieram de Sergipe para o Sudeste e o primeiro trabalho foi o de doméstica e cuidadora. Desde então, foram tecendo outras redes a partir disso e além disso. Por isso, surge uma vontade de estudar sobre as condições desse trabalho através das mulheres negras, investigando seus locais de ocupação e os espaços de resistência em uma sociedade que as colocam em uma posição de subalternidade. Assim, como diz Collins (2019b) sobre as mulheres afro-americanas, “busquei contar as verdades da vida das mulheres afro-americanas, esperando que minha narrativa ecoasse as questões, as lutas, os compromissos e a *imensa criatividade* das mulheres negras” (Collins, 2019b, grifo nosso).

Evidencio a importância, tanto para ela quanto para mim, de trazer as mulheres da minha família como norteadoras dessa história. “Conforme eu ia escrevendo, ia também falando com ela, por ela e para além dela”, vislumbrando um futuro que através dela pude alcançar, “um futuro com o qual ela não teria ousado sonhar para si própria” (Collins, 2019b), mas pavimentou os caminhos, para que eu pudesse estar aqui hoje.

O perfil do trabalho doméstico é predominantemente feminino, negro e de baixa escolaridade, alimentado pela desigualdade e pela abolição inconclusa da escravidão. Em função disso, na esteira da extrema desigualdade do capitalismo brasileiro, o trabalho doméstico é um dos que apresenta relações mais precárias de trabalho, com baixos salários, grande parte delas na informalidade, e com dificuldade de garantia de direitos trabalhistas por ser executado dentro das casas de seus patrões, onde são expostas a possíveis violências e muitas horas trabalhadas.

Por isso, é importante e relevante estudar as mulheres negras a partir do trabalho doméstico, um trabalho efetuado por muitas delas e que pode dizer muito sobre como são vistas socialmente nas dimensões raciais, de gênero, de classe e muitas outras. Para Sueli Carneiro (2015), o trabalho doméstico é um importante elemento para a compreensão das relações sociais no Brasil. Ao trazê-lo para o foco, é possível compreender como são constituídas as hierarquias sociais na nossa sociedade.

A importância de relacionar trabalho e território ganha destaque nesta dissertação, pois ao evidenciar as características de ocupação do trabalho doméstico,

seus ocupantes e sua dimensão territorial, é possível tecer como as relações sociais grafam o espaço (Santos, 2021), construindo fronteiras invisíveis através das construções sociais de raça, gênero e classe. As relações sociais e as múltiplas hierarquias de subalternização se modificam no espaço e no tempo através de determinadas circunstâncias, possuindo relação com seus frequentadores.

Investigando como o trabalho se espacializa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é possível compreender qual a influência da posição sócio-ocupacional na constituição do território metropolitano. Assim como propõe Bourdieu (2007; 2008), a estrutura social é constituída a partir das posições que os grupos sociais (ou classes) ocupam no espaço social, por isso é importante investigar como essas posições são expressas territorialmente.

A metrópole do Rio de Janeiro ganha evidência e materialidade para a discussão devido à relevância do estudo de uma aglomeração populacional de grande magnitude<sup>1</sup>. Modificações nas dinâmicas sociais, econômicas e de trabalho nas metrópoles têm impactos na dinâmica nacional e o contrário também ocorre com a mesma relevância, impactando nos modos de trabalho e subsistência. Além disso, a metrópole tem importante papel articulador das relações sociais e econômicas que estabelecem com o resto do país e do mundo.

Ao investigar as características de ocupação das mulheres negras que ocupam o trabalho doméstico, a dissertação contribui para a construção de um importante panorama para possíveis construções de políticas públicas voltadas para a área do planejamento urbano, considerando a vivência e experiências de mulheres que vão da margem ao centro (hooks, 2019), pois são elas que saberão dizer, em suas práticas de resistências cotidianas, as práticas possíveis de combate à desigualdade social.

Olhar o território a partir da ocupação de trabalho também tem enorme potencialidade. Segundo Ribeiro e Ribeiro (2015), evidenciamos as modificações no território e sua organização social através de uma variável menos sensível às mudanças conjunturais e, ao mesmo tempo, capaz de expressar as diferentes posições sociais entre os indivíduos, “o que reforça, a nosso ver, a vantagem de sua utilização, na medida em que possibilita analisar as mudanças da estrutura social e

---

<sup>1</sup> Segundo o Censo Demográfico de 2022 A população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RM/RJ) era estimada em 12.936.629 habitantes

interrogar sobre os mecanismos que, porventura, as tenham provocado” (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 165)

Ao falar sobre o trabalho doméstico, essa dissertação teve o cuidado de não reafirmar o estereótipo da mulher negra. A ideia e práticas norteadoras da pesquisa se propõem exatamente ao contrário, ao falar do trabalho doméstico pretende-se evidenciar sobre a sua condição social, acreditando nas trabalhadoras domésticas para além de sua posição sócio-ocupacional, como sujeitos constituidoras de suas histórias sociais. Baseamo-nos no feminismo negro ao visualizar além dessa posição, para que possamos realmente responder, ou pensar práticas de ação, alinhadas ao que Maria W. Stewart perguntou em 1831: “Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro?” (Stewart, 1831 *apud* Collins, 2019b)

Por isso, os caminhos metodológicos consistem, primeiro, em uma pesquisa de reflexão sociológica da posição social da trabalhadora doméstica no Brasil, investigando como o olhar da colonialidade e da interseccionalidade evidenciam outros caminhos de investigação, e como isso é refletido na pesquisa.

Posteriormente, a dissertação se debruça em uma pesquisa empírica, através de uma investigação em diversas entradas para compreensão mais abrangente do objeto de pesquisa. Recorrendo, primeiro, a uma investigação sobre como a o espaço urbano é vivenciado pelas trabalhadoras domésticas *em sua forma mais duradoura*, a pesquisa pretende construir análises de como a posição social das trabalhadoras domésticas é construída no território relacionando bases de dados construídas e investigação cartográfica.

Em uma investigação sobre as formas mais *fluídas* da vivência das trabalhadoras no contexto metropolitano e suas práticas de resistência, a pesquisa colhe relatos de experiências de trabalhadoras domésticas e suas histórias de vida contadas, ancorada em bell hooks e acreditando na potência da compreensão do território pelos habitantes dos espaços periféricos (hooks, 2019, p. 23). Evidenciando a potência dos seus relatos e vivências pessoais, essa investigação é realizada através de conversas informais sobre sua rotina e suas histórias de vida, acionando memórias de vida relacionadas aos seus momentos do trabalho, rememorando momentos importantes de sua trajetória e tecendo elas mesmas suas próprias

históricas. Com o intuito, e inspirada em Collins (2019b), de mostrar as mulheres negras como “agentes de conhecimento da realidade” de suas próprias vidas.

A dissertação apresenta como estrutura, em sua primeira parte, a construção histórica da posição social da ocupação do trabalho doméstico no Brasil. Investigando quais são as razões históricas e características específicas da ocupação do trabalho doméstico, suas relações com o passado colonial, suas características históricas relacionadas ao processo de divisão social do trabalho (Cardoso, 2019); e como a constituição do trabalho doméstico permeia marcas históricas e colonial de gênero, classe e raça através de uma perspectiva interseccional (Collins, 2019b). A proposta desse primeiro capítulo não é de construir uma linha cronológica e histórica do trabalho doméstico, e sim investigar a construção do debate acerca da posição social a partir das características históricas, pesquisando a complexa posição social das trabalhadoras domésticas marcada por fatores multidimensionais em diversos graus e escalas.

Na segunda parte, através de uma análise de dados mais ampla, é investigado como a territorialidade do trabalho doméstico se materializa no território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Pretende-se investigar a posição socioespacial da ocupação do trabalho doméstico nos últimos 40 anos, através da tipologia socioespacial desenvolvida pelo Observatório das Metrôpolis (2023) que propõe representar a organização do território metropolitano relacionando a estrutural social e o espaço físico. A partir dela e de outras bases de dados do IBGE (PNAd, Censo) pretende-se fazer um panorama do perfil socioeconômico das trabalhadoras domésticas nos últimos 40 anos, primeiro investigando o perfil da trabalhadora doméstica em 1980 e em 2010 e depois relacionando com as mudanças e persistências de 2010 até hoje, visando compreender as práticas socioespaciais de segregação do RMRJ.

Na terceira parte, pretende-se investigar com mais profundidade as características de vida das trabalhadoras domésticas. São realizadas entrevistas através de um processo de escuta ativa, com duas trabalhadoras domésticas, em que são delineados os importantes fatos decisivos de suas vidas e sua relação com o trabalho, tecendo relações com as modificações territoriais ocorridas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seus reflexos em suas condições de trabalho.

A proposta das entrevistas não é resumir as reflexões expostas nas primeiras partes da dissertação através de duas experiências modelos, e sim de mostrar como essas duas histórias de vida tem particularidades específicas de países coloniais como o Brasil. As especificidades da construção da posição social das entrevistas têm reflexo em como as construções vividas acontecem no Brasil, e, assim como diz Cardoso (2019), os casos são exemplos e configuram-se como *práxis*, acionando outros olhares e perspectivas sobre as possibilidades dessa ocupação, “são trajetórias de brasileiros atualizando o horizonte de oportunidades aberto aos brasileiros” (CARDOSO, 2019, p. 327).

Através de métodos que misturam e enlaçam aspectos pessoais e vivências, conectando-as com as macroestruturas da modernidade capitalista, como a escravidão e o colonialismo, a dissertação tem o intuito de apresentar uma representação mais concreta dessa posição social e seus processos históricos.

Torna-se importante também, para essa pesquisa, trazer, ao longo do texto, referências a outras formas de conhecimento para além das investigações acadêmicas, como filmes, livros, músicas; relatos da minha família, das entrevistadas e de mulheres que passaram por minha trajetória. Tudo isso constrói e acumula reflexões no processo de projeto desta pesquisa e são acionados no momento da escrita. A escrita me faz lembrar esses momentos, e quando isso acontece os tragos aqui, acreditando na multiplicidade dos caminhos da pesquisa.

Esta pesquisa não tem a pretensão, mesmo em uma investigação de múltiplas escalas, de esgotar o tema ou resumir o modo de vida das trabalhadoras domésticas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A proposta é construir uma - dentre as várias contribuições já realizadas - investigação das práticas socioespaciais vividas por elas.

A base de dados do IBGE sempre foi uma contribuição importante para a construção de pesquisas acadêmicas e para a construção de políticas públicas através de seus levantamentos de dados na escala macro. Porém, essa pesquisa se constrói em um difícil contexto político, em que a falta de investimento e credibilidade dada ao IBGE no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro levou a uma ausência de dados que reflete, como na maioria das pesquisas do país, em uma deficiência dos dados mais recentes e de suas investigações acerca.

Além disso, uma base de dados ampla como a do IBGE apresenta suas limitações, e questões específicas do trabalho doméstico não são abarcadas. Por isso, as lacunas serão levantadas e pontuadas durante o decorrer da pesquisa, evidenciando seus limites.

Por último, é importante também elencar a relevância de investigar esse tema e dar voz a essa história. As mulheres negras são importantes agentes de pesquisa prática e política, os modos de vida que fizeram minha mãe, minha avó e minhas tias chegarem onde estão hoje são fonte de conhecimento, pesquisa e saberes que devem ser disseminados na prática acadêmica. Estou aqui porque elas vieram antes de mim e escrevo para elas também, mostrando como são potentes em suas múltiplas faces. “Ao contar novas histórias sobre nosso passado, nossa intenção é remodelar nosso futuro de modo a construir ‘novas histórias’” (Sandercock, 2005, p.17 e 23 apud. Tavares; Ramos, 2023a, p. 33).

## **2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL**

A proposta deste primeiro capítulo é refletir sobre as condições históricas da formação social da categoria ocupacional das trabalhadoras domésticas, o perfil das ocupantes deste trabalho e suas importantes relações com a composição da nossa sociedade e perpetuação de algumas desigualdades. Primeiro, é importante situar o conceito do trabalho doméstico remunerado no Brasil e depois partir para aspectos da construção da posição social da trabalhadora doméstica, passando pela importância da mulher negra em um país colonial; os reflexos da colonialidade para ocupações como o trabalho doméstico; a importância do debate racial no capitalismo; e como a luta por direitos ocorre no trabalho doméstico, com dados sobre a luta trabalhista, dos árduos avanços de direitos e dados do trabalho doméstico no Brasil. O último tópico reafirma a necessidade de uma perspectiva interseccional para a compreensão do trabalho doméstico.

### **2.1 Conceitos do trabalho doméstico remunerado no Brasil**

Neste tópico situaremos o que é o trabalho doméstico e quais são suas características como atividade econômica no Brasil, definindo os limites que dão contorno ao trabalho doméstico e distinguindo-o de outras áreas de investigação intelectual. A partir da exposição das definições dessa categorização, e apresentando as diferenças e divergências dos trabalhos similares, conseguimos com mais profundidade, compreender o modo como se deu a construção social dessa ocupação no Brasil e sua posição na estrutura social.

Dentre as ocupações vivenciadas pelas mulheres, e predominantemente as mulheres negras, está o trabalho doméstico. A maioria dos trabalhadores domésticos sempre foi em sua maioria mulheres. Desde as primeiras pesquisas amostrais do IBGE, as mulheres sempre estiveram acima de 90% do total dessa ocupação e totalizam hoje no Brasil mais de 94%, segundo a PNAD contínua de 2022. Por isso, daqui em diante adotaremos sempre o gênero feminino ao se referir à essa ocupação.

Segundo a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), os serviços domésticos são as atividades em unidades domésticas que contratam empregados

domésticos como o empregado doméstico nos serviços gerais, arrumador, faxineira, diarista. O IBGE (2008), em seus instrumentos de coleta, classifica a posição na ocupação de formato mais amplo, abrangendo também, governantas, cozinheiros, copeiros, arrumadeiras, motoristas, lavadeiras, passadeiras, babás, jardineiros, caseiros etc., todos para atender às necessidades de residentes.

O trabalho doméstico remunerado abarca diversas atividades realizadas dentro de um ambiente familiar e, segundo o IBGE, a posição da ocupação do trabalho doméstico é relacionado à “pessoa que presta serviço doméstico remunerado em uma ou mais unidades domiciliares” (IBGE, 2008).

Como o trabalho doméstico é composto por diversas atividades, sua diversidade pode acarretar posições sociais diferentes dentro de uma mesma categoria. A trabalhadora doméstica, por exemplo, possui uma diferente posição social<sup>2</sup> – cultural, econômica e política – que uma cuidadora de idosos, apesar de estarem na mesma esfera de serviço. Isso se dá pela necessidade de qualificação na esfera do cuidado e da diferença social entre o cuidado de idosos e o trabalho de limpeza, como investigaremos mais à frente.

O trabalho doméstico no Brasil sempre foi predominantemente negro, por razões históricas do período escravocrata e da herança ocupacional exercida pelas mulheres escravizadas àquela época. Por isso, a maioria das mulheres que executam esse trabalho vivenciam essa posição de exploração através da reprodução e perpetuação do racismo. Em razão disso, é importante compreender a construção social do trabalho doméstico sob a ótica da condição social da mulher negra na sociedade brasileira.

Devido a essa construção social de origens escravocratas e pensamento colonial, o estereótipo da posição da mulher negra está sempre relacionado à prestação de trabalhos de cuidados na cozinha e na área de serviço. Uma construção de imaginário muito bem desenvolvida nas novelas brasileiras, e de uma hierarquizada forma de sociedade brasileira. Nas novelas, onde estavam e estão as mulheres negras? Em sua maioria se encontram como trabalhadoras domésticas, na cozinha e em um papel de coadjuvante, auxiliando e prestando seus papéis de serviços afetivos, de cuidado e subserviência. O retrato típico do imaginário de uma

---

<sup>2</sup> Conceito utilizado por Bourdieu (2008) para investigar as diferentes posições sociais dos agentes na estrutura social.

família brasileira bem-sucedida é sempre composto pela presença de uma trabalhadora doméstica.

Ao invés de empregadas domésticas, termo usado comumente para conceituar essa ocupação, usaremos o conceito de trabalhadoras do serviço doméstico, utilizado também na luta sindical da categoria e opondo-se à origem colonial do termo, em que escravizadas precisavam passar por um treinamento para trabalhar nas casas grandes, chamado de domesticação. A trabalhadora deveria ser “domesticada” no sentido do “treinamento” de hábitos culturais e subserviência da cultura branca (Kofes, 1990; Pinto, 2020), e a domesticidade advinda dessa cultura branca e colonial é permeada de racismo quando tratada às mulheres negras.

O trabalho doméstico remunerado se difere do trabalho doméstico não pago, realizado historicamente por mulheres na sociedade capitalista em suas próprias residências. Este, que é relacionado aos cuidados da casa, abarca desde limpeza até cuidado com os filhos e, em sua imensa maioria, é realizado por mulheres dentro do núcleo familiar.

Como o trabalho doméstico remunerado é predominantemente negro, é necessário primeiro diferenciar essa categoria ocupacional do trabalho doméstico não remunerado, investigados por feministas, segundo Collins (2019), a partir de experiências de mulheres brancas ocidentais de classe média, em sua maioria.

Intelectuais feministas como Tithi Bhattacharya (2022), Cinzia Arruza (2022), Nancy Fraser (2019), Silvia Federici (2019) e muitas outras denunciam a não remuneração deste trabalho doméstico e a sua importância para a reprodução do sistema capitalista.

Algumas delas investigam essa questão através da Teoria da Reprodução Social (TRS). Em concordância com Marx, a ideia fundamental da TRS é a de que o trabalho humano “está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo” (Bhattacharya, 2023, p. 18). Além disso, é enfatizado, também em consonância com Marx, que a força de trabalho tem uma característica única, pois não se produz de forma capitalista, sendo produzida fora do âmbito da economia formal ou fora da atividade produtiva.

A TRS, desta forma, enfatiza a “relação entre o trabalho que produz mercadoria e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo” (Bhattacharya; Breda, 2022, p. 19), colocando foco para a reprodução como sustento

para o impulso da acumulação. Segundo essas teóricas, é possível “produzir lucro” através do trabalho remunerado, somente porque existe o trabalho não remunerado, que consiste em “produzir pessoas”. O trabalho remunerado não poderia existir sem o não remunerado (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2022).

Para as autoras, a reprodução social abarca uma série de formas, desde “a reprodução biológica de pessoas, como amamentação, barriga de aluguel, gravidez” (Bhattacharya; Breda, 2022), até as formas de reprodução da força de trabalho, como “o trabalho não remunerado de cozinhar, de assistência e de limpeza. (Bhattacharya; Breda, 2022)”. As autoras também acrescentam as pessoas ou instituições que realizam trabalho assistencial remunerado, “como assistência pessoal domiciliar, camareiras, empregadas domésticas remuneradas” (Hopkins, 2022, p. 210).

É relevante considerar que, por elas, o trabalho doméstico remunerado é inserido na conceituação de reprodução social, um trabalho necessário para a sustentação do processo de produção capitalista. O trabalho realizado na esfera da reprodução da força de trabalho, segundo a TRS, é também relacionado com o trabalho do cuidado por Hirata (2022). Segundo ela:

Um trabalho material, técnico e emocional moldado por relações sociais de sexo, de classe, de “raça”/etnia, entre diferentes protagonistas: os (as) provedores (as) e os (as) beneficiários (as) do cuidado [...] Pode ser também definido como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro (Hirata, 2022, p.30).

A conceituação de Hirata é importante porque associa o trabalho doméstico com a relação de garantia de bem-estar, evidenciando a característica do cuidado. Dessa forma é possível também associar o trabalho doméstico ao caráter amplo do cuidado, em uma relação de trabalho em que o que tange é uma responsabilidade pela vida - pela reprodução da vida - usando os termos de Arruza, Bhattacharya e Fraser (2022).

Hirata também evidencia a concepção não positiva do cuidado, pois, apesar de ser uma ocupação voltada à garantia do bem-estar do beneficiário, não é uma relação construída por ela. Pela ênfase na divisão sexual e racial que compõe essa categoria de trabalho, “o cuidado é por definição uma zona de dissensão e de desacordo” (Pascale Moliener apud HIRATA, 2022, p. 31), sendo impossível dissociar suas

dimensões éticas e políticas dos conflitos entre classes, raça e gênero, o que evidencia que a relação de cuidado é pautada em tensões.

Dialogando com Hopkins (2022), elenco aqui a importância das feministas marxistas autonomistas para a compreensão da necessidade do trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho: “De fato, elas foram as primeiras a levantar a questão, devemos agradecer a essas escritoras ativistas por suas contribuições” (Hopkins, 2022, p. 210).

Porém, muitas vezes, o centro da discussão da reprodução social, de acordo em consonância com Hopkins (2022, p. 210), falha em reconhecer as análises de feministas negras que discutiram o trabalho realizado pelas mulheres afro-estadunidenses escravizadas e o trabalho doméstico remunerado que muitas delas realizaram no período pós-escravidão, e que seguem executando (Collins, 2019a, 2019b; hooks, 2019). Ainda que o trabalho remunerado seja citado como um tipo de reprodução social, o debate por elas não é aprofundado.

O trabalho reprodutivo é desvalorizado, porém, para as mulheres negras exercendo o trabalho remunerado, isso é amplificado ainda mais. (Hopkins, 2022, p. 217). Para além da divisão de gênero vivenciada no seu próprio núcleo familiar, a divisão racial é muito mais evidente no trabalho reprodutivo remunerado.

Em seus textos, Marx utiliza a reprodução social para considerar as formas de reprodução do sistema capitalista como um todo. Essas teóricas acrescentam à reprodução social esferas envolvidas diretamente na manutenção da vida, diária e intergeracionalmente, envolvendo vários tipos de trabalho socialmente necessários, sendo eles mentais, físicos e emocionais, que mantêm e reproduzem a população (Brenner; Laslett, 1991, p. 314 *apud* Bhattacharya, 2023, p. 24).

A separação e uma maior complexidade de conceituação da reprodução, como uma esfera fora do sistema de produção exercido pelo trabalho não remunerado, é importante para refletir o trabalho doméstico, pois ainda que por categoria, seja um trabalho para a reprodução e a manutenção da vida - em outros termos - um trabalho socialmente necessário para a reprodução da vida, ele é executado de forma produtiva.

Por isso, também, é possível relacionar o baixo salário e a falta de direitos do trabalho doméstico à falta de reconhecimento do trabalho não remunerado enquanto trabalho (Hirata, 2022, p. 25). Como o trabalho doméstico, quando realizado pela

própria moradora no núcleo familiar, não é considerado uma atividade econômica, passa, então, a ser desvalorizado ao atingir a esfera do trabalho remunerado.

A desvalorização do salário do trabalho doméstico perpassa uma desvalorização do trabalho do cuidado, por ser historicamente colocado à mulher a execução do trabalho do cuidado da casa. Na divisão sexual do trabalho destrinchada por Hirata (2022), o trabalho do cuidado já é visto como algo com baixo valor.

O trabalho doméstico remunerado tem como objeto funções parecidas do não remunerado, como o cuidado e limpeza da casa, e, muitas vezes, também dos filhos, no caso das babás. Porém, a sua remuneração muda de forma completa a dinâmica de seus atores, sendo a pessoa contratada alguém que não pertence a esse núcleo familiar, uma pessoa que tem outra posição social na estrutura social. Um corpo, que como diz Luedji Luna em sua canção, tem outra cor, tem corte - na interpretação que usaremos aqui, tem posição social marcada, lugares onde pode e não pode ir - e a história de seu lugar (UM CORPO [...], 2017).

Outro aspecto importante para a investigação do trabalho doméstico é a forma de contratação. Diferente de uma empresa que contrata funcionários, a trabalhadora doméstica é contratada diretamente pela pessoa que paga por esse serviço. Ao não existir uma empresa que intermedia a relação trabalhista na maioria dos casos, a trabalhadora doméstica recebe através do trabalho realizado de uma pessoa individual, o rendimento próprio de seu patrão, assemelhando esse processo de contratação ao de aquisição de um serviço para o próprio consumo. Em uma empresa, ainda que de serviços, por exemplo, os funcionários vendem a sua força de trabalho, que é revertida em serviços vendidos pela empresa, de onde sai a mais-valia que a mantém funcionando.

Já a trabalhadora doméstica vende a sua força de trabalho para o empregador e este paga, não através da mais-valia gerada pelo uso da força de trabalho, e sim, como parte do valor recebido pela própria venda de sua força de trabalho, com parte da sua renda. O pagamento de sua força de trabalho é o que paga a força de trabalho da doméstica, ele compra a força de trabalho da doméstica assim como compra outros bens e serviços para o seu próprio consumo.

Essa característica é expressão da desigualdade de renda vivida por elas na relação com seus empregadores, pois somente a diferença exorbitante de renda faz o contratante usar parte de seu rendimento pessoal para pagar o trabalho de outra

pessoa. O valor da sua força de trabalho é exorbitantemente maior para conseguir pagar seus bens e serviços individuais e ainda o valor da força de trabalho de outra trabalhadora.

A trabalhadora doméstica, muitas vezes, é também chefe de família, responsável financeiramente por um núcleo familiar. Por isso, é possível dizer que o salário recebido pela trabalhadora doméstica, através de parte da renda de uma família, paga o salário de outra.

O maciço contingente de mulheres pretas e pardas que compõe a categoria das trabalhadoras domésticas atua nas residências das classes mais ricas, consolidando uma realidade de ampla desigualdade de renda, na qual uma família pode contratar uma trabalhadora, remunerando-a com parte de seus rendimentos (Benevides et al., 2021).

Outra diferenciação importante desta categoria ocupacional é a do local onde o trabalho é executado. Ao ser realizado no ambiente de residência do contratante, é diferenciado também dos trabalhos relacionados à faxina ou arrumação em ambientes corporativos e institucionais como escritório, firmas, universidades, museus etc. Para ser considerado trabalhador doméstico, “é preciso ser contratado por pessoa física e exercer serviço doméstico remunerado. Não é [...] por exemplo, uma faxineira no escritório de advocacia” (IBGE, 2008).

O trabalho doméstico, como categoria ocupacional, é construído nessas circunstâncias sociais onde as relações são permeadas em dominações e explorações de características coloniais e capitalistas. Para Saffioti (1979), “o trabalho doméstico é resultado de uma articulação entre o modo capitalista de produção com formas não capitalistas de trabalho”.

Porém, conforme visualizado por Cardoso (2019), e investigado mais a frente nessa dissertação através de interlocuções com Hasenbalg e Gonzalez (2022), não convém aliar o trabalho doméstico a formas não capitalistas de trabalho. Isso porque o trabalho doméstico se remodela no sistema de produção capitalista e dele engendra novas formas de precarização, pautados em aspectos da colonialidade do poder (Quijano, 2008), porém reformulados, atualizados e, por isso, capitalistas.

Para Collins (2019b), as opressões – formas e situações *injustas* reproduzidas por um longo período que negam a um grupo o acesso aos recursos da sociedade – podem ser divididas e vivenciadas de diversas formas pelas mulheres negras americanas. Uma delas tem muita relação com o vivenciado pelas mulheres negras

brasileiras e com o tema desse trabalho, diz respeito à exploração do trabalho das mulheres negras:

A exploração do trabalho das mulheres negras, fundamental para o capitalismo estadunidense – as “panelas e chaleiras de ferro” que simbolizam a persistente guetização dessas mulheres na prestação de serviços –, representa a dimensão econômica da opressão (Collins, 2019b).

## **2.2 A mulher negra em países coloniais**

No Brasil, e em países colonizados como o nosso, o trabalho doméstico remunerado tem relação histórica com o processo de formação da sociedade que hoje conhecemos. Na época da colonização, o cuidado com os serviços gerais da casa era diverso e todos realizados por pessoas escravizadas na casa grande (Brites, 2000), composto de muitas categorias e funções.

Devido à enorme quantidade de funções, as atividades eram divididas em ‘portas a dentro’, em que se encontravam as cozinheiras, amas-de-leite, mucamas e costureiras; e ‘portas a fora’, onde estavam as lavadeiras, carregadeiras de água, além daquelas que faziam as compras. Como enfatiza Brites, estas atividades eram realizadas por mulheres e “o cumprimento dessas tarefas classificava pessoas e atitudes do mesmo modo como a casa e a rua demarcavam universos diferentes” (Brites, 2000, p. 72).

No escravismo moderno, como pontua Saes (1985), a política se orientava na conservação das relações de produção e forças produtivas escravistas, com repressão a revoltas, e medidas contra a escassez de escravos. Associando-se ao capitalismo mercantil, cria-se uma enorme rentabilidade econômica com o tráfico negreiro, transformando as tribos africanas em verdadeiras empresas de captura. O escravismo nos países colonizados foi um contraponto ao capitalismo dominante nas formações sociais europeias, uma contradição extremamente necessária à reprodução do sistema capitalista (Saes, 1985).

O estado instaurado no Brasil, mesmo após a posterior “independência”, era composto basicamente de proprietários de pessoas escravizadas que já possuíam articulações de poder e elevada posição social desde o período colonial. Por isso, a política de estado do Brasil colonial e imperial se orientava na conservação de produção e forças produtivas escravistas, impedindo com violenta repressão as

revoltas e conduzindo medidas contra a escassez de escravos, um reflexo, segundo Saes (1985), de uma formação social desde o início opressora e desigual.

As mulheres pretas no Brasil colonial sempre trabalharam, tanto na rua, quanto no campo, quanto, ainda, no interior das casas. Como mucama, segundo Lélia Gonzalez (2020), cabia a ela todas as funções de cuidado e manutenção da casa-grande e seus habitantes como “lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas.” E como visto em muitos relatos, infelizmente se tornaram também refém dos abusos sexuais de seus patrões e familiares. O senhor branco, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (Gonzalez; RIOS; LIMA, 2020, p. 53).

Sojourner Truth, ativista feminista negra estadunidense do século XIX, que tem seus escritos e explanações compartilhados em livro de Collins (2019b), evidencia a situação da mulher negra sempre colocada em postos de trabalhos árduos, executados sem o auxílio do homem, e já nessa época aponta a contradição do termo “mulher”, usado pelas mulheres brancas:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e ser carregadas quando há valas na passagem, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. A mim, porém, ninguém nunca ajuda a subir em carruagens, a pular poças de lama, nem cede o melhor lugar! E por acaso não sou mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Já arei, plantei, trabalhei em estábulos, e homem nenhum se saía melhor do que eu! E por acaso não sou mulher? Eu era capaz de trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando havia comida –, além de aguentar chicotada! E por acaso não sou mulher? Pari treze filhos, e um por um foram vendidos como escravos. Quando chorei minha dor de mãe, ninguém me ouviu, só Jesus! E por acaso não sou mulher? (Loewenberg; Bogin (orgs.), 1976, p. 235 *apud*. Collins, 2019b, p. 235).

Hannah Nelson, uma trabalhadora doméstica negra e idosa, também presente em livro de Collins (2019b), nos conta da importância do trabalho para a formação da posição social das mulheres negras nos Estados Unidos e das diferenças com as mulheres brancas:

Como tenho de trabalhar, realmente não tenho de me preocupar com a maioria das coisas que preocupam as mulheres brancas para quem trabalhei. E se essas mulheres trabalhassem, elas pensariam exatamente como eu – ao menos sobre isso (Gwaltney; Drylongso, 1980, p. 4, *apud*. Collins, 2019b, p.71).

Além disso, priorizar a família, para muitas mulheres negras foi um ato de resistência, pois muitas mulheres negras não podiam fazer a escolha de parar de trabalhar para cuidar de seus filhos (Collins, 2019b).

É possível, tendo em vista as enormes divergências no processo de formação da colonização na sociedade brasileira e estadunidense que veremos melhor afrente, perceber as semelhanças do status social da trabalhadora domésticas no Brasil (Carneiro, 2019) e dos relatos trazidos por Collins (2019b).

Mais à frente, por exemplo, veremos que essa mesma construção histórica da mulher negra, sempre trabalhando em diversas atividades no Brasil, é uma das razões da sua pouca inserção no movimento feminista, principalmente o da primeira onda<sup>3</sup>. Isto porque a mulher negra nunca foi vista como frágil, assim como a experiência vivida pela mulher branca. As mulheres negras, como diz Sueli Carneiro, fazem “parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras, ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (Carneiro, 2019, p. 314).

As mulheres negras brasileiras, no decorrer dos anos, passaram por diversas formas de violências, tanto pelo Estado, quanto pelos colonizadores, ou, ainda, pelos brasileiros embebidos pela dinâmica escravocrata. E a história colonial contada insiste em mostrar uma posição passiva delas frente a toda essa violência. As violências sempre foram combatidas em diversas formas de resistência, tanto individual como coletivamente, “manifestando-se contra o regime de opressão de modo isolado ou pontual, como no caso de envenenamento de senhores, suicídios ou fugas individuais, e ações em conjunto, como as insurreições e as fugas em massa para os quilombos” ou “como práticas alternativas de cura e saúde, acolhimento espiritual e cuidados mútuos com as crianças e com os mais velho” (Manzi; Anjos, 2021, p. 5).

A mulher negra teve importante atuação como força de trabalho, no campo e na cidade, nos espaços públicos e privados, tornando-se elemento fundamental na construção do Brasil, e sustenta, ainda hoje, a base (re)produtiva da sociedade brasileira (Manzi; Anjos, 2021).

---

<sup>3</sup> A primeira onda do feminismo aconteceu principalmente nos países europeus e Estados Unidos e tinha como objetivo principal conquistar direitos civis e políticos básicos para as mulheres, como direito ao voto, acesso à educação superior e oportunidades de emprego igualitárias.

Investigando a forma de trabalho das mulheres negras, é possível fazer uma relação da precarização do trabalho doméstico com a construção da ideia de os trabalhos manuais serem considerados inferiores, por rememorarem o trabalho realizado no período escravocrata (Cardoso, 2019).

Na ética do trabalho criada no Brasil - herança colonial e escravocrata - o trabalho árduo foi associado “apenas à cor do executante, desprovido de vontade e de alma” (Cardoso, 2019, p. 38). A desvalorização do trabalho “e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas” (Cardoso, 2019, p. 39).

Ou, como diz Collins (2019b) e muitas outras intelectuais negras, a relação do trabalho das mulheres negras é associado à sua vitimização como “mulas”. “Como objetos desumanizados, as mulas são máquinas vivas e podem ser tratadas como parte da paisagem” (Collins, 2019b p. 109), um movimento articulado através de um processo de desumanização dos corpos promovido pelo colonialismo (Collins, 2019b; Tavares, 2023, Pereira, 2024).

Assim como diz Tavares (2023), ao falar do processo de anulação do corpo feminizado, a desumanização é mais profunda para as pessoas negras, corpos tornados “abjetos e descartáveis” (Tavares, 2023), em uma sociedade que diferencia os corpos considerados mais ou menos “humanos” (Lugones, 2020 *apud* Tavares; Ramos, 2023a).

A longevidade da escravidão foi outro aspecto que consolidou a subordinação do trabalho árduo realizado pelas pessoas negras no Brasil. Seu caráter predatório e ceifador de vidas despersonificou a pessoa escravizada, fazendo com que o trabalho, além de um castigo, se construísse como algo indigno de outro que não o negro.

Porém Collins (2019b) traz uma importante reflexão do que era o trabalho vivenciado pelas pessoas negras e brancas nos Estados Unidos, importante ótica para investigarmos o trabalho doméstico no Brasil. Segundo ela e May Madison em seu livro (Collins, 2019b), para os brancos o trabalho define quem você é, e para os negros o trabalho não tem relação com o que ele quer fazer, o trabalho “é exatamente o que tenho que fazer para conseguir o que quero” (John Langston Gwaltney, 1980, p. 174, *apud* Collins, 2019b, p. 213). O trabalho doméstico pode ser alienado, “economicamente explorador, fisicamente exigente e intelectualmente sufocante”

(Collins, 2019b), ou ainda um castigo (Cardoso, 2019), mas é somente uma das formas e meios de sobrevivência e construção social do negro.

Como afirma Joaquim Nabuco, a população do interior do Brasil, por mais de três séculos, foi acostumada a considerar o trabalho do campo como próprio de escravos: “saída quase toda das senzalas, ela julga aumentar a distância que a separa daqueles, não fazendo livremente o que eles fazem forçados” (Nabuco *apud* Cardoso, 2019, p. 57).

A construção social do trabalho manual prioritariamente executado por pessoas negras é também reflexo da colonialidade do saber, onde o corpo colonizado não foi - e ainda não é - pensado como capaz de gerar conhecimento, um corpo menosprezado, vulnerabilizado e deixado de lado (hooks, 2019).

O eurocentrismo, conforme diz Quijano (2008), constrói um imaginário onde a “Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie [...]”. A humanidade, segundo esta epistemologia, é dividida e diferenciada em “inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (Quijano, 2008, p. 75). É fácil, então, fazer as contas do modelo ideal e quais países têm de se adequar e tentar chegar a esse imaginário.

A construção de um imaginário ideológico onde os africanos eram vistos pelos portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses ou franceses, como bárbaros, foi um dos aspectos necessários para as elites após a abolição, não equiparar o trabalho do povo negro aos demais trabalhadores assalariados. O negro não foi coisificado pela escravidão, ele já era muito antes disso, através da construção de um imaginário em que as pessoas escravizadas eram opacas de sua individualidade (Cardoso, 2019, p. 56).

Apesar disso, muitas populações em África se rebelaram, mesmo com o vandalismo imposto com a chegada dos portugueses. Um exemplo foram os ataques dos portugueses duramente enfrentados pela Rainha Nzinga (RAINHAS [...], 2023)<sup>4</sup>, rainha e liderança política que impediu por quarenta anos que os portugueses penetrassem em seu reino africano. Uma, dentre tantas histórias, onde as mulheres negras são referência de força e cuidado em meio ao obscurantismo, como meninas

luas, segundo Conceição Evaristo, que iluminam a noite e tecem a rede de nossa milenar existência (Evaristo, 2008).

Anular e suprimir os conhecimentos produzidos pelos grupos não dominantes é uma forma, segundo Collins (2019b), de facilitar o exercício de poder por parte do grupo dominante, sugerindo um aparente dissenso que colabora voluntariamente para sua própria vitimização.

Marx (2011), em sua investigação crítica ao sistema capitalista, discute as diferenças do trabalho escravo e do assalariado. No trabalho escravo, os escravizados eram considerados propriedade de seus donos, e eram forçados a trabalhar nas mais diversas e brutais circunstâncias. Já no trabalho assalariado, os trabalhadores são livres e vendem a sua força de trabalho em troca de salário, ainda que a liberdade seja mais uma das aparências, pois o trabalhador só possui a sua força de trabalho e deve, necessariamente, vendê-la para sua sobrevivência no sistema.

No processo de escravidão, que tanto atravessa as relações de trabalho no Brasil, as pessoas escravizadas passaram pelos processos de coisificação (Cardoso, 2019), em que o racismo os diferencia de direitos em relação aos outros homens e mulheres livres que naturalizam uma cor para o modo de trabalho manual e da força, desprovido de intelectualidade. Não os relacionando ao trabalho nos moldes capitalistas e ainda os associando ao trabalho manual como uma condenação, “indigno senão de seres degradados” (Cardoso, 2019, p. 68), a população negra passou a ser vista como inimigos potenciais da elite econômica.

Por isso, a construção social das pessoas negras no Brasil é marcada fortemente pela construção social do que foi o período escravocrata, moldando através de aspectos como a coisificação do ser escravo, sua desumanização, sua designação somente ao trabalho árduo, e sua desconexão com sentimentos. E, ainda, acrescidos de aspectos da exploração capitalista contemporânea, o qual veremos mais à frente.

Como diz Gilberto Gil, o branco inventou que o negro quando não suja na entrada, vai sujar na saída, o associando ao sujo, à inferioridade e a bagunça. Mas, na verdade, o negro, e a mão escrava, passou a vida limpando o que a população branca sujava, ainda que abolida a escravidão “Negra é a mão; De quem faz a limpeza; Lavando a roupa encardida, esfregando o chão” (A MÃO [...], 1984).

Gil faz reverência e importância da mão escrava e negra como construtora deste país. A população branca leva o mérito, mas, na realidade, quem deu a base e alicerce para a construção do país foi a mão trabalhadora negra. “Negra é a mão, Nos preparando a mesa, Limpando as manchas do mundo com água e sabão.” [...] “Negra é a mão de imaculada nobreza” (A MÃO [...], 1984).

### 2.2.1 A importância do debate racial no trabalho doméstico

A abolição da escravidão não foi acompanhada de iniciativas de integração da população negra ao regime de trabalho assalariado. Ao contrário, buscou-se a substituição dessa mão de obra no Sudeste brasileiro<sup>5</sup> por trabalhadores europeus brancos, e, já no início da década de 1880, foram criadas políticas de financiamento da vinda de força de trabalho imigrante para o Brasil, posterior à abolição da escravidão (VAHDAT *et al.*, 2022).

Os imigrantes europeus que vieram ao Brasil foram principalmente portugueses e italianos, somando ao contingente de trabalhadores assalariados e ocupando os empregos da população negra que aqui já residia. Nos Estados Unidos, o mesmo fenômeno também foi visto: “as migrações trouxeram ao país irlandeses, italianos e outras levas de europeus, deslocando os negros do trabalho no comércio ou na indústria, e empurrando as mulheres negras para o trabalho doméstico” (Katzman, 1981, *apud.* Carvalho, 2001, p. 139).

Apesar das mais de 4 milhões de pessoas que vieram ao Brasil entre os séculos XVI e meados do XIX (IBGE, 2000)<sup>6</sup>, trabalhando no campo e na cidade nas mais diversas funções, a abolição da escravidão não trouxe medidas compensatórias a elas. Ao invés disso, seus modos de vida foram estigmatizados e não houve garantia de direitos na transição ao trabalho livre.

As pessoas que antes trabalhavam nas fazendas de café, passaram nas cidades a trabalhar como “domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e mais de 200 mil em 1906,

---

<sup>5</sup> Região do Brasil onde o trabalho assalariado havia mais avançado em relação a outras regiões brasileiras.

e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade (...)” (Carvalho, 1987: pp. 16-17, *apud*. CARDOSO, 1961, p. 80).

Após a abolição, e no processo de formação dos trabalhadores assalariados no Brasil, a enorme parte da população foi migrando de trabalhadores escravizados para a mão de obra assalariada sem as devidas compensações históricas por parte do Estado. “Enquanto trabalhadoras superexploradas de hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: ‘afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?’” (GONZALEZ, 2020, p. 218).

Importante aqui considerar que no Brasil o caminho não foi necessariamente do escravizado para o assalariado ou não-assalariado. como afirma Martins (2010), a crise do trabalho escravo não resultou na utilização do trabalho assalariado, e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não foi um processo fácil e rápido. O trabalho assalariado não se difundiu facilmente no Brasil nesse processo, e segundo o autor, surgiram muitas outras formas de relação entre colonos e fazendeiros, como diferentes formas de sujeição e servidão.

Com a abolição da escravatura e a necessidade do trabalho livre, os proprietários de terra - fazendeiros e colonos - passam a fazer interdições no acesso à terra, através da Lei de Terras (Lei nº 601) em 1850. O trabalho era livre e assalariado e a terra era o cativo do fazendeiro ou colono. Segundo o autor (Martins, 2010), tal aspecto foi também pensado devido à expectativa da substituição desses trabalhadores por imigrantes, que viriam de outros países europeus, mas teriam dificuldade no processo de aquisição de terras. O trabalho livre, não assalariado, era a grande condição para que o colono se torne proprietário, e o grande fazendeiro mantenha-se como grande fazendeiro, processo que somente mantém as mesmas práticas de acumulação do capitalismo e renova práticas de servidão nas relações de trabalho.

No Brasil, como último país a abolir a escravidão, foi construído aspectos da exploração do capitalismo liberal que surgiam, junto às características sociais construídas na escravidão. Enquanto eram criadas e constituídas novas formas de trabalho não associadas ao regime escravocrata - construindo uma relação assalariada entre patrão e empregado - as formas de violência estatal e privada a

determinados corpos ainda eram balizadas pela escravidão, assim como a organização do trabalho e as hierarquias sociais (Cardoso, 2019).

Em outras palavras, se homens negros e mulheres negras abandonavam a condição legal de escravos, isto não significava que suas imagens e corpos não estivessem sob controle do padrão de dominação que estamos nomeando colonialidade do poder (Bernardino-Costa, 2015, p. 150).

Segundo Costa Pinto (1953), que investigava o negro no Brasil em 1940 e 1950, a indústria da transformação foi uma das ocupações historicamente conquistada pela grande maioria da população negra nas metrópoles após a abolição do trabalho escravo no Brasil (Pinto, 1953, p. 81). Segundo o autor, a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de cor desde a abolição até 1940 - nesses 70 anos de mobilidade social - foi de escravizado à proletário. O autor, inclusive, faz um contraponto ao caminho ideal descrito em legislações e não realizado pela população negra no Brasil, de pessoa escravizada a cidadão. Veremos mais à frente um pouco sobre esse ponto e a relação dos direitos civis conquistados, com os direitos sociais adquiridos pela população negra e pelas trabalhadoras domésticas na construção de sua cidadania.

Nos Estados Unidos, as mulheres negras americanas depois da escravidão, segundo William Patterson, realizavam na cidade, em sua maioria, o trabalho doméstico. O autor conceitua essa restrição de posição social a um genocídio econômico, restringindo a mulher negra ao trabalho doméstico depois da escravidão e a excluindo de todos os outros setores do mercado de trabalho (SAIDIYA, 2022).

Hill Collins (2019b) relembra a transição do trabalho exercido pelas mulheres negras no processo migratório do campo para a cidade. Se antes elas eram domésticas nos campos, agora elas exerciam esse trabalho na cidade. Collins conta que apesar de evidenciar uma nova fase da precarização, essa migração trouxe mais liberdade à trabalhadora, que podia se deslocar na cidade, e não necessariamente trabalhar morando na casa de seus patrões.

A transição para o trabalho diário das domésticas e a incorporação de mulheres negras no setor manufatureiro ocorreu em paralelo às mudanças nas famílias e nas estruturas comunitárias afro-americanas. Ainda que as horas de trabalho fossem longas e a remuneração baixa nas ocupações que as mulheres negras costumavam desempenhar, elas tinham mais tempo que as trabalhadoras domésticas que residiam no emprego para dedicar à família e à comunidade (Collins, 2019b, p.129).

Estados Unidos e Brasil tiveram particularidades diversas de formas de composição da sociedade de medidas segregadoras com o povo negro. A diferença exorbitante está nas políticas de apartheid estadunidenses que segregam drasticamente brancos e negros, e as políticas e projetos de embranquecimento no Brasil, onde o fundamento era a miscigenação para o branqueamento da população.

Tendo em vista as enormes diferenças de construção de sociedade, é possível fazer algumas associações do modo como o trabalho doméstico era executado nos Estados Unidos, também em sua maioria por mulheres negras. Pois, na transição do período escravocrata dos Estados Unidos e Brasil, o trabalho executado na cidade pelas mulheres negras foi o trabalho doméstico. Porém, diferente dos Estados Unidos, aqui as trabalhadoras domésticas, por muito tempo, continuaram morando na casa de seus patrões com pouca liberdade, característica que foi perpetuada por muitos anos nas cidades brasileiras.

No Brasil, as mulheres também passaram a executar as funções da casa-grande dos campos, nas casas-grandes da cidade: como lavadeiras, mucamas, cozinheiras, faxineiras e muitas outras funções. Importante pontuar que as mulheres negras no Brasil trabalharam de muitas outras formas para além do trabalho doméstico, como vendedouras, quituteiras, e outras funções, ocupando as ruas e os espaços públicos.

Além disso, nos Estados Unidos, o trabalho doméstico é tido com uma categoria ocupacional superada (Collins, 2019b), que reverbera padrões de submissão e subserviência até hoje para as mulheres negras, mas relacionando a outras atividades. Segundo Collins (2019b), a mulher negra deixou de trabalhar dentro da casa de seus patrões, mas começou a exercer tarefas parecidas em outras esferas, como faxineiras, lavadeiras e cozinheiras, em empresas, firmas e restaurantes; exercendo as mesmas funções, porém, para outros patrões. Aqui no Brasil, contudo, o trabalho doméstico ainda é uma posição ocupacional relevante para a economia e trabalho das mulheres negras.

As mulheres negras, inseridas nessa lógica social e de ética do trabalho, eram forçadas ao trabalho pouco especializado e mal remunerado, com uma maioria esmagadora se dedicando ao trabalho doméstico. “Mulheres negras serviam como as principais provedoras em lares que não tinham a menor semelhança com a família nuclear patriarcal” (Cardoso, 2019). Por isso, nesta época, enquanto as mulheres

brancas em sua maioria eram destinadas ao serviço doméstico na casa de seus maridos ou pais, as mulheres negras trabalhadoras perturbavam as convenções de gênero sendo “preparadas como homens” (Cardoso, 2019), questionando o papel da mulher (Collins, 2019b), e sempre trabalhando, tanto em espaços públicos como privados.

Mesmo após a abolição da escravidão, o trabalho doméstico continuou sendo necessário, reafirmando uma posição de status social, onde famílias com maior poder aquisitivo não executavam o serviço doméstico e contratavam alguém para exercê-lo de forma remunerada.

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da ‘escrava do eito’ de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da ‘mucama’ de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da ‘joaninha’, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da ‘escrava de ganho’ de ontem (Gonzalez, 2020, p. 217–218).

Quando as mulheres negras pertencem à classe média, frequentemente são confundidas como trabalhadoras domésticas, por exemplo. Experiências vivenciadas até hoje pelas mulheres negras evidencia essa opressão social, como a vivida por Luana Tolentino<sup>7</sup>, que relata a confusão de sua vizinha ao perguntar como havia sido o trabalho, em uma conversa de elevador, a confundido com uma trabalhadora doméstica e simplesmente não concebendo a possibilidade de uma mulher negra morar no mesmo prédio que ela.

*Ou pela minha tia, que foi tida como uma trabalhadora doméstica comprando comidas para sua patroa, em uma loja a granel, no Leblon, bairro de grande status social no Rio de Janeiro,. quando estava, na verdade, comprando pães e granolas para si. Minha tia trabalha como cuidadora de idosos no Leblon e frequenta esse bairro a trabalho, mas usava do seu tempo livre para benefício próprio.*

Lélia Gonzalez (2020), ao investigar a naturalização do corpo e da imagem da mulher negra em determinadas posições sociais, nos conta que além da naturalização, acontece um

Aprisionamento do corpo e da imagem da mulher negra a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro, que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais. A partir delas é também possível perceber como

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/voce-faz-faxina-nao-faco-mestrado-sou-professora/>. Acesso em: 03/02/2025.

alguns eixos de poder – raça, classe, gênero, idade – sobrepõem-se e se cruzam, gerando e reforçando opressões (Gonzalez, 2020).

A esfera do corpo da mulher tem relevância na investigação da sua vivência no território e na construção de seu ser social. Seu corpo é lugar de opressão de raça, gênero e de classe na sua materialidade corporal (Manzi; Anjos, 2021, p. 13), em que o corpo é também território das práticas vividas na cidade.

Assim como Tavares (2023), é necessário considerar e pensar a vivência do corpo da mulher na cidade como um corpo-território, de forma concreta e material no espaço, “em suas permanências, deslocamentos, trajetórias e ritos” (Tavares, 2023). Em um processo de disputa no sentido material, onde os corpos das mulheres negras são marcados pela precarização, “consideradas menos humanas na balança de que os corpos que importam para a vida social” (Tavares, 2023). O corpo-território revela batalhas, como propõe Gago (2020). Segundo ela, “é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território da paisagem” (Gago, 2020) .

É possível, também, utilizar o conceito de Tavares e Ramos (2023b) de “espaço generificado de resistência”, que evidencia a experiência vivenciada e performada na segregação. Experiência vividas pelos corpos tidos como menos humanos, onde a ausência nos espaços de poder, ou representativos, ou em determinados espaços públicos, por exemplo, é também performática da experiência viva desses corpos no espaço.

“Os processos de resistência e dominação do espaço não são apenas geográficos-territoriais, são corpo-territoriais porque os nossos corpos se esparramam” (Tavares, 2023). Corpos que se esparramam nas espacialidades urbanas, na forma como se apropriam ou não dos espaços urbanos, evidenciando a experiência do vivido.

O trabalho doméstico rompe com a relação público e privado, uma importante chave analítica para pensar como esse corpo permeia diversos territórios, exercendo no espaço privado uma relação não pessoal, e sim profissional. Tensionado o espaço público e o espaço privado, a ocupação do trabalho doméstico é uma importante ação para investigar o quão paradoxal é a segregação, indo - de forma prática - contra visões que desconsideram o privado nas reflexões e disputas territoriais (Tavares,

2023). O espaço urbano é mais do que o público, é vivenciado no cotidiano das domésticas rompendo a barreira do privado.

Segundo Collins (2019b), a divisão “entre a esfera “pública” do emprego remunerado e a esfera “privada” das responsabilidades familiares não remuneradas nunca se aplicou” (Collins, 2019b) para as mulheres negras. Ou, ainda, a segregação racial foi um diferenciador mais formal para delimitar as esferas pública e privada do que aquele que separa os lares negros da comunidade negra em geral (Collins, 2019b). Por isso, investigar para além dessa separação pode refletir a complexidade de contradições vividas pelas trabalhadoras domésticas.

A posição histórica, evidenciada acima, dos homens e mulheres negras na construção da estrutura social brasileira faz com que fiquem presos a determinadas posições no sistema de estratificação social brasileiro (Bernardino-Costa, 2015, p. 151) e possuam pouca mobilidade social em relação aos outros grupos sociais.

É importante, porém, ponderar que o racismo e a desigualdade racial vividos hoje não são consequências da escravidão. O racismo no Brasil, e em países com heranças coloniais, não se reproduz somente como reflexo e resposta do período colonial, como algo até hoje não superado. O racismo construiu novas lógicas de exploração no sistema capitalista, não é subordinado à classe e não faz somente da população negra uma classe superexplorada.

Muitos pensadores têm uma perspectiva chamada por Hasenbalg e Gonzalez (2022) de assimilacionista, em que acreditam que o racismo é uma consequência da escravidão e que, com o passar o tempo, ele seria dizimado. A perspectiva assimilacionista, segundo os autores, imputa as características do grupo subordinado à responsabilidade por sua situação desigual, em que a culpa dos grupos subalternos de permanecer nessa posição é de si próprios, onde a saída para uma vida de melhor possibilidade é fácil, possível e acessível. Essas perspectivas, segundo ele, não consideram a possibilidade de racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista coexistirem (Hasenbalg; Gonzalez, 2022).

O racismo não é um subproduto do desenvolvimento capitalista, necessário para manutenção de uma força de trabalho explorável. Segundo Hasenbalg e Gonzalez (2022), essa perspectiva não coloca o racismo na esfera superestrutural e “subestima o papel dos fenômenos raciais e étnicos na análise de sociedades plurirraciais e multiétnicas” (Hasenbalg; Gonzalez, 2022, p. 97).

Criticando as teorias marxistas ortodoxas, o autor enfatiza que o racismo não é só reflexo das relações de classe. Para ele, preconceito e discriminação racial são ressignificados na nova estrutura social e as práticas racistas geram benefícios materiais e simbólicos ao grupo dominante, ao desqualificar competitivamente a população negra (Hasenbalg; Gonzalez, 2022, p. 14). A discriminação não deve ser relacionada à escravidão e a algo do passado um dia superado. O racismo se associa às estruturas contemporâneas da sociedade, ao capitalismo, à industrialização e às relações sociais nele imputadas, se reafirmando e se retroalimentando no presente.

Eugene Genovese, historiador marxista de inspiração gramsciana, também critica a ausência de visão da complexidade e da dificuldade do problema racial ao resumir a população negra como uma classe explorada ou “como um dentre um número de grupos étnicos que o capitalismo tem oprimido de várias maneiras” (Hasenbalg; Gonzalez, 2022, p. 98). A cultura do povo negro, por exemplo, é um mecanismo de sobrevivência tanto como de resistência à opressão racista, não sendo possível resumir a população negra à classe explorada.

Quijano (2008) também critica a visão homogênea do marxismo difundido na Europa, onde o foco do debate está nas relações de produção e na esfera do trabalho por possuírem um caráter homogeneizante e sem considerar as variantes entre países. A sociologia do trabalho, ao centrar a problemática social na luta de classe, assumiu um ponto de vista universalizante e masculino (Bernardino-Costa, 2015, p. 42). A divisão racial não afeta somente o trabalho, revelando outras esferas de colonialidade do poder, visualizados através do corpo e da cidade vivenciado pelas mulheres negras.

Para Quijano (2008), a colonialidade é construída na modernidade. Ela tem início na América Latina e

Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal (Quijano, 2008, p. 73).

Importante aqui diferenciar, dialogando com Hasenbalg e Gonzalez (2022), que o colonialismo tem como foco restrito a relação de dominação e exploração entre países - bem marcada e separada -, já a colonialidade é “engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado” (Quijano, 2008, p. 73).

A modernidade, com ares de colonialidade, constrói um universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. O eurocentrismo torna-se então uma perspectiva de conhecimento, uma perspectiva de cognição que separa os dominantes dos dominados na própria forma de se ver o mundo. “Uma perspectiva que faz entender essas relações sociais como *naturais*, dadas, e por isso não questionadas” (Quijano, 2008, p. 75).

A divisão do trabalho no capitalismo moderno/colonial, segundo Quijano (2008), também tem seus alicerces em uma divisão racial e sexual do trabalho. “No processo de constituição do sistema-mundo moderno/colonial, raça e trabalho foram associados, constituindo e mantendo uma divisão racial do trabalho desde os tempos coloniais até o presente” (Bernardino-Costa, 2015, p. 150).

A raça, para Quijano, é um critério de classificação da população mundial, necessário para a perpetuação e afirmação do sistema capitalista (Quijano, 2007 *apud* Santos, 2021). Por isso, segundo Renato E. Santos (2021), “a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações na esfera social” (Santos, 2021, p. 4). E Maria Lugones complexifica a análise da colonialidade, refletindo sobre a intersecção entre raça e gênero. Ela demonstra que, durante a colonização, se estabelece um “sistema moderno/colonial de gênero” de dupla inferiorização racial e subordinação generificada (Lugones, 2020, p. 67 *apud* Tavares; Ramos, 2023, p. 73).

A perspectiva assimilacionista do racismo, explicitada por Hasenbalg e Gonzalez (2022), coloca a exploração do trabalho como foco. O racismo existe somente como forma de divisão de trabalho que pode ser superada a partir do acesso ao trabalho pelos negros, considerando o trabalho como força de ascensão social. Mas, como vimos acima, a posição social de quem ocupa os trabalhos com menos status sociais, menos intelectuais e mais manuais é construída historicamente, reverberando a colonialidade do poder até hoje e perpetuando novas formas de construção de desigualdade social.

Na perspectiva assimilacionista, poderíamos considerar o trabalho doméstico também como coisa do passado, algo anacrônico que um dia seria superado e que deixaria de existir com o passar dos anos.

Segundo Brites (2000), muito se acreditou que em determinado momento houvesse um declínio de pessoas realizando o serviço doméstico, devido ao

desenvolvimento de teorias que interpretam o desenvolvimento tecnológico e do desenvolvimento do mercado do trabalho como atenuadores do fardo do trabalho doméstico. Países com um número grande de trabalhadoras domésticas eram associados a países em desenvolvimento, relacionando o emprego doméstico como uma coisa do passado (Brites, 2000).

Porém, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, alguém tinha que fazer o trabalho exercido por elas em casa. Enquanto as mulheres de classe média vêm ocupando espaços de maiores qualificações e rendimento, “campos antes predominantemente masculinos como a medicina, o direito, a arquitetura” (Bruschine; Lombardi, 1999 *apud* Brites, 2000), a grande maioria das mulheres permanecem em situações de extrema precariedade salarial e de direitos, “envolvidas em ocupações femininas tradicionais como enfermagem, magistério e trabalho doméstico” (Brites, 2000, p. 15).

Por isso, conforme pauta o feminismo negro, a luta conquistada pelo feminismo ao longo dos últimos anos favoreceu prioritariamente as mulheres brancas. Enquanto elas reivindicavam entrar no mercado de trabalho ao invés do cuidado com a casa e os afazeres domésticos, as mulheres negras no sul global já trabalhavam, em situações precárias e com baixos salários, que só pioraram com a inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho.

Enquanto estes movimentos (inclua-se aí o feminismo) retiraram as mulheres de classes média e alta dos muros domésticos, eles não surtiram o mesmo efeito para as mulheres mais pobres (Besse, 1996). Na verdade, as conquistas de algumas mulheres têm se estruturado nas costas da subordinação de outras: vários estudos têm mostrado uma relação direta entre o incremento da mão-de-obra feminina em profissões de alto prestígio e o aumento do serviço doméstico (MILKMANN, REESE e ROTH 1998; COLEN, 1995; BRUSCHINE e LOMBARDI, 1999) (Brites, 2000, p. 19).

Também por isso, o movimento das trabalhadoras domésticas, desde sua fundação, não se relacionava com o movimento feminista e tinham nele uma enorme desconfiança, “pois o trabalho doméstico era – e ainda é – visto como condição para a libertação das mulheres de classe média dos serviços domésticos” (Bernardino-Costa, 2015, p. 157).

O feminismo brasileiro branco, com o seu viés eurocêntrico, embebido por uma colonialidade do saber, como diz Quijano (2008), desconsidera a questão racial como centralidade nas hierarquias de gênero e universaliza os valores da cultura ocidental,

como se todas as mulheres tivessem os mesmos valores, homogeneizando e simplificando as variedades sociais. A modernização, ao invés de acabar com o trabalho doméstico, aumentou a necessidade do trabalho, devido à diferença entre as classes sociais das mulheres.

A modernização vestida do discurso de “desenvolvimento” e avanço capitalista, trouxe para países como o Brasil, na prática, novas formas de exploração. O trabalho doméstico remunerado na cidade, desse modo, é visto como uma nova forma de exploração, evidenciando a desigualdade social alavancada com a modernização. Os estereótipos negativos aplicados à sociabilidade e cultura negras (Collins, 2019b) são fundamentais para a sua opressão, uma ideologia racista construída em um sistema “altamente eficaz de controle social” (Collins, 2019b) que sempre vai colocar a mulher negra em um papel e lugar subordinado.

A colonialidade também impulsiona um processo de negação das histórias de resistências e de lutas baseadas em uma memória cultural ancestral própria e dinâmica vivida pelas mulheres negras como trabalhadoras domésticas. Ao trabalharem cuidando dos filhos de seus patrões, por exemplo, ensinavam ali cantigas, musicalidade, histórias e modos de vida àquelas crianças. A mulher negra tem uma importância profunda para a construção social do Brasil, sua sabedoria disseminada nas diversas formas de resistência pode ser marcada pela astúcia (Gonzalez, 2020), como Nanã<sup>8</sup>, orixá da religião e matriz africana, passando seus conhecimentos e sabedorias aos filhos das senhoras.

### **2.3 Luta trabalhista para as trabalhadoras domésticas e construção da cidadania**

A cidadania ganha percalços particulares na sociedade brasileira e são mais duramente conquistadas pelas mulheres negras. Por isso, a trajetória da luta das trabalhadoras domésticas para o regulamento de sua profissão é também longa e com direitos arduamente conquistados.

---

<sup>8</sup> Nanã é um importante orixá feminino, um dos mais antigos e relacionado com a origem dos seres humanos na Terra. Orixá de grande respeito, seu domínio se relaciona com as águas paradas, os pântanos e a terra úmida. Sua relação com o barro, através da mistura de água e terra, lhe dá sabedoria, memória e contado entre a vida e a morte.

Segundo José Murilo de Carvalho (2001), existem três tipos de direitos de cidadania. Os direitos civis, conhecidos como direitos fundamentais, sendo eles, o direito à liberdade, à propriedade, à vida e à igualdade diante da lei. Estes direitos pressupõem a independência da justiça, além de sua eficiência, e facilidade no acesso para toda sociedade, garantindo as relações entre as pessoas e um ambiente propício ao desenvolvimento socioeconômico. Os direitos sociais são os que garantem a distribuição da riqueza entre as esferas da sociedade, incluindo o direito ao trabalho, à educação, à aposentadoria, ao salário justo e à saúde de qualidade, e dependem de uma administração pública eficiente. E, por último, os direitos políticos são aqueles ligados à participação do cidadão no governo da sociedade. Os direitos políticos têm como base a existência de partidos políticos atuantes e um parlamento livre e representativo, os quais dão legitimidade à organização política da sociedade (Carvalho, 2001).

Parte dos cidadãos passaram a ter seus direitos sociais garantidos com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943, excluindo as trabalhadoras domésticas - em uma batalha por salários que garantam direitos e seguridades sociais. Porém, a legislação foi introduzida no período Vargas, em ambiente com pouquíssima participação política e poucos direitos civis garantidos (Carvalho, 2001), e os direitos à liberdade e à igualdade diante da lei não eram prioridades do governo. Por essa razão, os direitos trabalhistas não foram uma conquista pluralmente democrática, possuindo pouca contribuição na construção da cidadania ativa.

O avanço dos direitos sociais alcançou popularidade nessa massa de trabalhadores que vieram da zona rural para os meios urbanos, tornando Vargas popular. Era um avanço na cidadania, mas traziam a maioria dos cidadãos para a política para votar somente para benefícios, os tornando passivos e dependentes dos seus líderes: “a antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam a gratidão e a lealdade” (Carvalho, 2001, p. 130). Por isso, para Carvalho (2001), a cidadania resultada deste processo era passiva e receptora, ao invés de ativa e articuladora.

O avanço dos direitos, através das categorias de Carvalho (2001), é aqui associado as diversas injustiças vividas pela população subalternizada exposta por

Fraser (2006), conectando às formas de construção de justiça investigadas por Fraser (2019). Segundo ela, a segunda onda do feminismo trouxe uma compreensão e promessa emancipatória através do sentido expandido de justiça. “O verdadeiramente novo na segunda onda foi o entrelaçamento [...] de três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: a economia, a cultura e a política” (Fraser, 2019, p. 27).

A injustiça econômica, elencada por Fraser (2006), é vivida pela mulher negra como trabalhadora doméstica através da divisão do trabalho remunerado que inferiorizam mulheres em diferenças salariais, posição na ocupação e divisão racial do trabalho, associando os trabalhos manuais e de baixa remuneração aos negros. As injustiças econômicas elencadas por Fraser (2006) são relacionadas à falta de distribuição, e, aqui conectaremos com os poucos direitos sociais (Carvalho, 2001) garantidos por Vargas às formas de redistribuição afirmativa elencadas por Fraser (2006).

A injustiça cultural ou simbólica vivida pelas trabalhadoras ocorrem desde o sexismo cultural, sujeitando as mulheres a posições inferiores, até a “sujeição às normas eurocêntricas que fazem com que as pessoas de cor pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar” (Fraser, 2006, p. 236). A luta e combate a essas injustiças está atrelado ao reconhecimento das particularidades culturais e suas potências e à luta pela representação do não hegemônico em espaços de poder.

Por isso, o debate interseccional acerca do conceito de injustiça de gênero é um importante avanço teórico para a luta ampla por direitos de grupos subalternizados, visualizando a conquista da justiça através da redistribuição, do reconhecimento e da representação.

O conceito de justiça, segundo Cardoso (1961), é estritamente relacionado ao de desigualdade, conceitos socialmente construídos e cambiáveis de acordo com o senso comum desenvolvido na sociedade. As perspectivas múltiplas de justiça são associadas à compreensão multifacetada das desigualdades socialmente construídos. A desigualdade é percebida como problemática para a ordem social porque é julgada injusta, todavia, na sociedade moderna atual existe a construção de uma justificativa racional, com razões que justificam a posição dos indivíduos na distribuição desigual de recursos, bens, serviços, liberdade e poder.

Essa correlação entre a percepção da desigualdade, o sentido de justiça e da legitimação da ordem, está atrelado a uma fronteira da necessidade e uma fronteira da legitimação segundo o autor (Cardoso, 2019), para acesso aos bens da civilização ao longo do tempo. A fronteira da necessidade se relaciona ao mínimo necessário para a sobrevivência material, essa percepção varia entre o pobre e o rico e a disponibilidade percebida desses bens. A fronteira da legitimação é relacionada ao consentimento das pessoas pertencentes a essa sociedade da legitimidade da ordem social e política.

A percepção da desigualdade, diretamente relacionada à construção do conceito de justiça, referencia aquilo que as pessoas consideram aceitável, baseado em visão de uma vida de qualidade - a fronteira de legitimação. Importante reafirmar que essa percepção muda ao longo do tempo na sociedade.

No Brasil, relacionando Fraser (2006) e Cardoso (1961), é possível dizer que as mulheres negras como trabalhadoras domésticas sofrem injustiças que alimentam a desigualdade na falta de distribuição, na falta de reconhecimento e na falta de representação. Segundo Fraser (2006), grupos sociais sofrem mais de uma injustiça e de formas independentes. como vimos, são formas primárias e co-originais de injustiças que se relacionam.

É possível, também, relacionar a conquista por justiça através da redistribuição com os avanços nos direitos trabalhistas desenvolvidos no período Vargas. A redistribuição não foi plena e não estava aliada ao combate à injustiça pautados no reconhecimento dos cidadãos nas lutas por direitos e de espaços de representação política. Tais políticas de estado colocam o cidadão como sujeito passivo, ao invés de uma perspectiva da luta pela democratização do poder estatal e participação do cidadão no processo democrático (Fraser, 2019, p.35).

Em cinco anos, a previdência social foi estendida a quase todos os trabalhadores urbanos. Porém, o sistema excluía categorias importantes de trabalhadores no meio urbano, deixando de fora os autônomos e todas as trabalhadoras domésticas. Os trabalhadores excluídos da previdência também não eram sindicalizados. Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito” (Carvalho, 2001, p. 118).

É possível considerar os avanços da cidadania trazidos por Vargas em seu regime como uma cidadania regulada e para poucos, termo utilizado por Wanderley

G. dos Santos, referindo-se a uma cidadania regulada e não ativa, onde a solução para os conflitos deveria ser pacífica e baseada na cooperação entre trabalhadores e patrões (Carvalho, 2001, p. 115).

Três instituições eram as bases da cidadania regulada (Santos, 1997): a regulamentação das profissões (nas áreas urbanas), a carteira profissional e o sindicato oficial controlado pelo Estado. Mais uma afirmação sobre tratar-se de uma cidadania parcial, concedida a uma parcela restrita da população trabalhadora, aos assalariados formalizados. A formalização, como falamos, não abarcou as trabalhadoras domésticas, que no momento não eram vinculadas ao trabalho formal.

Outra razão para a não inserção do trabalho doméstico às garantias conquistadas pela CLT era devido à classe média urbana. Além de não verem o trabalho doméstico como um trabalho, não possuíam interesse em formalizar a profissão, pois seriam atingidas pelas suas reivindicações. O Governo Vargas foi a era dos direitos sociais, mas para quais cidadãos?

No Brasil, “os trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independente. Não por acaso, as leis de 1939 e 1943 proibiam as greves” (Carvalho, 2001). Porém, a luta das trabalhadoras domésticas teve outro caminho, foi necessário a garantia de direitos políticos e civis, ou ainda uma luta por justiça através do reconhecimento e da representação, para lutar pelos direitos sociais em espaços de poder, enquanto a maioria já os havia conquistado.

Segundo Costa Pinto (1953), uma das mágicas mais sutis da ideologia liberal engendrada “foi reivindicar a igualdade de todos os cidadãos perante a lei”, porém deixar aberta à chamada “livre concorrência”, “o encargo de decidir a questão fundamental da desigualdade dos homens reais - não dos cidadãos - perante as situações sociais concretas - não perante a lei.” (PINTO, 1953, p. 99). Esta distinção entre o cidadão - homens abstratamente iguais - e o homem real, proletário ou burguês, concreta e profundamente diferentes - foi a fórmula ideal para alimentar a ideologia liberal (PINTO, 1953, p. 99).

Muitos teóricos afirmam que o trabalho doméstico nessa época não era sindicalizado e, por isso, possuía pouca força de resistência. Porém, existia, desde a década de 1920, um movimento sindical encabeçado por Laudelina de Campos, que consolidava força para as domésticas.

A fala de Elisabete Pinto, biógrafa de Laudelina de Campos Melo e autora do livro *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello*, ilustra bastante a relevância de Laudelina para a história brasileira:

Dona Laudelina de Campos Melo é uma heroína da nossa história. E ela conseguiu não só elaborar teoricamente, mas intervir politicamente. Foi uma mulher que esteve à frente do seu tempo, mas também no *front* de várias áreas [...]. Era uma mulher que lutou pela sua dignidade, pela dignidade do povo negro. Dona Laudelina era uma mulher de coragem, que teve coragem de defender a sua dignidade pessoal, e a dignidade do seu povo (Projeto Querino, 2022).

Segundo o sociólogo Joaze Bernardino-Costa (2007), nos anos 1920, o serviço doméstico era mencionado nas leis sanitárias e policiais somente com o intuito de proteger a sociedade contra as trabalhadoras domésticas, percebidas explicitamente como ameaças em potencial às famílias empregadoras. "Se ainda hoje a associação entre escravidão, trabalho doméstico e negro ainda está presente no imaginário social, sem dúvida nenhuma nas primeiras décadas do século 20 isso ainda era muito presente" (Bernardino-Costa, 2007).

Laudelina filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e atuou na Frente Negra Brasileira (FNB), movimento negro de muita relevância e luta política nacionalmente, morando no estado de São Paulo nos anos 1930. Ali também fundou a primeira associação de trabalhadores domésticos do Brasil, na cidade de Campinas, interior de São Paulo. Com o primeiro impulso de Laudelina, após o surgimento da primeira associação, também surgiram outras entidades da categoria.

Sua associação teve que interromper suas atividades durante a ditadura de Vargas e voltou a funcionar em 1946. Porém, em seguida, no duro período da ditadura militar, a associação dos trabalhadores domésticos precisou se abrigar no partido UDN (União Democrática Nacional) para não fechar as portas, cuja principal liderança era Carlos Lacerda. Doente, Laudelina acabou se afastando de sua entidade no fim dos anos 1960, e só voltaria a ela já no fim da ditadura, a pedido de amigas e companheiras (Bernardino-Costa, 2007).

Segundo Bernardino-Costa (2015), não somente as lideranças dos sindicatos, Laudelina de Campos Melo, fundadora no movimento sindical de trabalhadores domésticas, em Campinas, e Creuza, em Salvador, dialogaram com o movimento negro de suas cidades, mas todas as sindicalizadas possuíam afinidade política com a pauta racial.

A relevância de Laudelina, por exemplo, para o movimento e cultura negra no Brasil, é reafirmado nos bailes que organizava. Os clubes da cidade de Campinas não recebiam pessoas negras. Por isso, durante a ditadura, enquanto a associação não podia funcionar, Laudelina organizava bailes e propunha concursos de beleza negra. Também realizava baile de debutantes para meninas negras ao completarem 15 anos, pois essas meninas também não podiam participar de bailes de debutantes de meninas brancas. (Projeto Querino”, 2022).

Laudelina, em 1936, conta, em entrevista, um breve resumo da batalha e realidade das trabalhadoras domésticas:

As empregadas domésticas tinham sido destituídas das Leis Trabalhistas, né? Porque eles achavam, e até hoje eles acham, que a empregada doméstica não contribui pra nação e que a empregada doméstica não traz, dentro do bojo da nação, economia. Ela não traz economia pra própria nação, mas traz pro patrão dela, porque é ela quem dá cobertura para a riqueza do patrão. Porque ela que cria os filhos do patrão, ela que cuida da casa, que é ela que fica tomando conta dos filhos, toma conta do patrimônio do patrão, e sem direito a nada, né? Que a maioria daquelas antiga trabalhou 20, 30 anos, morreram na rua pedindo esmola. Várias delas a gente teve... cuidou delas, tratou delas e cuidou até a morte porque elas não tinham condição. Não tinha família, não tinha ninguém por ela. Ainda um, um resíduo de escravidão, né? Porque era tudo descendente de escravo, né? [...] Mas a empregada doméstica não é considerada. Tá relegada à segunda categoria. Porque foi escrava de vocês” (Projeto Querino”, 2022).

Com o processo de industrialização, o trabalho doméstico torna-se a ocupação de maior concentração de mulheres negras nos anos 40 e 50 nas metrópoles, conforme veremos no capítulo seguinte, e principalmente pelas mulheres negras migrantes. Apesar disso, a construção de direitos para a categoria ainda estava longe de acontecer, era reivindicado em espaços de luta política, como no Congresso Negro, por exemplo, mas a luta trabalhista tinha pouca visibilidade na época.

Segundo Costa Pinto (1953), já em 1950 existiam reivindicações do trabalho doméstico no Congresso do Negro, assim como a confusão se valia a pena abordar o assunto, pois as trabalhadoras domésticas eram brancas e negras, e parte do movimento negro possuía dúvidas sobre a importância do debate pro movimento negro.

Neste momento, através das questões em torno da relevância, é importante notar a abrangência do trabalho doméstico, ainda que a predominância esteja nas mulheres negra, levando até o movimento negro a questionar a relevância do debate, já que o trabalho é realizado por todas as mulheres, gerando um conflito racial e de

gênero, além da dificuldade de tornar a ocupação do trabalho doméstico como um campo de debate. Apesar das indagações, a importância do debate foi conquistada, pela maioria votante naquele momento.

Mesmo com a divergência acima citada, o trabalho doméstico tornou-se um tema bastante relevante no Congresso do Negro, onde foram discutidas e elaboradas teses sobre a temática. Também em 1950, um dos pontos do programa de realização do Conselho Nacional de Mulheres Negras, instalado no Rio de Janeiro, era a criação de uma Associação Profissional das Empregadas Domésticas. (Pinto, 1953, p. 104)

As trabalhadoras domésticas e os trabalhadores autônomos foram incorporados à previdência somente em 1972 e 1973, respectivamente, tudo ainda no governo do general Médici (Carvalho, 2001, p. 176), sendo as duas únicas categorias ainda excluídas da previdência. Ficaram de fora somente os que não tinham relação formal de emprego. A legislação trazia algumas proteções às trabalhadoras domésticas, obtendo direitos e garantias como carteira de trabalho, férias anuais com o adicional de um terço da remuneração e acesso à previdência social.

Utilizando aqui as reflexões de Carvalho (2001), é possível considerar que os militares repetiam a tática do Estado Novo, ampliando os direitos sociais, ao mesmo tempo que restringiam gravemente os direitos políticos e civis (Carvalho, 2001, p. 194). A ditadura reprimiu de várias formas as greves, revoltas contra o regime e protestos, tirando todos os direitos de voto e civil, mas garantindo uma previdência unificada que incluiu as domésticas, não por pedidos dos sindicatos e coletivos, e sim, por uma tentativa de unificar a previdência em prol de propaganda de ação realizadas pelo governo.

Em 1980, quase 10% das mulheres ocupadas na RMRJ são trabalhadoras domésticas, relevância que persiste ao longo dos anos dessa ocupação na metrópole no Rio de Janeiro e no contexto nacional. Além disso, 10% das trabalhadoras domésticas trabalhavam por conta própria em 1980, um pouco antes da obrigatoriedade da carteira, que ocorreu em 1988, e a maioria delas (90%) era contratada pelos seus patrões, mas sem informações quanto ao vínculo empregatício.

As trabalhadoras domésticas nos 1980 eram em sua maioria muito jovens, reforçando a perspectiva de que muitas mulheres negras tinham como inserção no mercado de trabalho nas metrópoles o trabalho doméstico. Outro aspecto que corrobora o elevado número de trabalhadoras domésticas entre os 20 e 30 anos é o

fluxo migratório que acontecia desde 1940, em que muitas mulheres jovens se deslocavam tanto do interior, quanto da região nordeste para trabalhar (Pinto, 1953)

*É o caso da minha mãe e da minha tia, que vieram do Nordeste para o Sudeste em meados de 1980, época em que o fluxo migratório já não era tão intenso como nos anos anteriores, conforme veremos mais à frente, mais ainda relevante para a formação da sociedade e das massas trabalhadoras.*

Os dados trazidos são relevantes para reafirmar a importância do trabalho doméstico em 1980 para as mulheres negras, e, ainda assim, a ausência de direitos era evidente para essa ocupação. Por isso, durante o período de discussão da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, as trabalhadoras domésticas fizeram parte da mobilização política em muitas visitas até Brasília, com o objetivo de pressionar os constituintes para estenderem alguns direitos à categoria (Bernardino-Costa, 2015, p. 157), além de participarem do V Congresso Nacional, em Recife, em 1985, que debatia a construção da nova Constituição.

Na Constituição de 1988, houve a obrigação de pagamento do salário mínimo e a licença-maternidade a elas, e somente a partir desse momento, a associação das trabalhadoras domésticas - organizada pela primeira vez por Laudelina - foi transformada em sindicato.

Somente 18 anos depois, em 2006, foi estabelecido o direito a descanso semanal remunerado aos domingos e feriados, mas para a demissão não havia justa causa e nem pagamento de multa. A trabalhadora doméstica também não tinha seguro-desemprego, jornada de trabalho estipulada, muito menos hora extra. Em 2008, uma recomendação para a proibição do trabalho doméstico remunerado para menores de 18 anos foi oficializada em decreto que regulamenta as convenções 138 e 182 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) (Fernandes; Carvalho, 2020) garantindo, em forma de lei, as reivindicações contra os abusos contra as menores.

A 100ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), de 2011, adotou um instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico, transformadas na Convenção nº 189 e acompanhada de uma Recomendação nº 201. Intitulada de Trabalho Decente para os Trabalhadores e as Trabalhadoras Domésticos, a convenção evidencia a rede transnacional constituída pelas trabalhadoras domésticas (Bernardino-Costa, 2015, p. 158).

Segundo Bernardino-Costa (2015), a movimentação construída pela OIT trazendo para o debate a regulação do trabalho doméstico, levou ao evento um número significativo da delegação brasileira. “Entre governo, empregadores e trabalhadores, mais de 70 pessoas estiveram presentes à conferência da OIT. Participavam da delegação cinco trabalhadoras domésticas e a deputada Benedita da Silva” (Bernardino-Costa, 2015, p. 158):

As cinco trabalhadoras domésticas que estiveram presentes à conferência foram: Creuza Maria de Oliveira (presidente da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas), Sueli Maria de Fátima Santos (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Sergipe), Maria Noeli dos Santos (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município do Rio de Janeiro), Maria Regina Teodoro (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas) e Ione Santana de Oliveira (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia) (Bernardino-Costa, 2015, p. 158).

A deputada Benedita da Silva, que já foi uma trabalhadora doméstica, foi uma importante chave para a aprovação da PEC das Domésticas, Emenda Constitucional que equipara as trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores do país (Bernardino-Costa, 2015, p. 158).

Somente em 2013, 70 anos depois da criação da CLT, a PEC foi aprovada. A Proposta de Emenda à Constituição foi construída em 2012, e, na Câmara, a relatora foi a então deputada Benedita da Silva. A proposta teve só dois votos contra, um foi do Deputado Vanderlei Siraque, de São Paulo, que disse apertar o botão errado, e o outro foi do ex-presidente do país, então Deputado Jair Bolsonaro (Projeto Querino, 2022). Evidente exemplo de suas ações, vistas posteriormente durante todo o governo, deslegitimando a luta de todos os trabalhadores de menor status social.

A PEC das Domésticas prevê igualdade de direitos trabalhistas entre domésticas e os demais trabalhadores, entre eles salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte e aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição.

Mesmo com a garantia de direitos da PEC, o crescimento das diaristas é fator relevante na contemporaneidade. Apesar do aumento de salário, exercendo dois ou mais trabalhos, elas possuem menores salários individuais, menor cobertura previdenciária e maior subocupação da força de trabalho (Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos, 2021). As jornadas de trabalho são elevadas, majoritariamente acima

das 40 horas semanais, e, mais recentemente, concentradas na faixa de 40 a 48 horas semanais.

Posteriormente à PEC, em 2015 é instituída a lei sobre as diaristas. A Lei Complementar nº 150/2015 define o empregado doméstico como: “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”. Definindo com mais clareza a diferença entre as trabalhadoras domésticas com vínculo empregatício, e as diaristas, sem vínculo empregatício se trabalharem dois dias da semana ou menos. A lei aumentou a conceituação das trabalhadoras domésticas e ilustra quem devem exigir o vínculo empregatício.

O aumento da informalidade e das trabalhadoras sem carteira também é fator relevante para a pouca efetividade coletiva dos direitos conquistados, mesmo dez anos após a sua aprovação da PEC. Associadas a isso, a precarização do trabalho e a informalidade ainda são vistas, via de regra, na maioria das ocupações de menor prestígio social, por isso é possível considerar que as trabalhadoras domésticas andam na esteira de uma informalidade brasileira mais ampla. Hoje em dia, muitas das trabalhadoras são vinculadas ao cadastro do Microempreendedor individual (MEI), com poucos ou nenhum direito garantido, pagando, muitas vezes, elas próprias o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Como vimos, diferentemente da experiência da Inglaterra acerca da construção dos direitos civis e sociais, no Brasil, primeiro foram elaboradas as leis que contemplavam os direitos sociais, para só depois surgir a preocupação da efetivação dos direitos políticos e civis, e, com isso, a concepção de cidadania foi prejudicada (CARVALHO, 2001).

A proposta emancipatória norteadora da segunda onda do feminismo, segundo Nancy Fraser (2006), visualiza a subordinação das mulheres como sistêmica, e o sistema capitalista como multifacetado e abrangente. Indo além da identificação da injustiça somente como má distribuição de renda, as feministas expandem o conceito de justiça, “focando não apenas no gênero, mas também na classe, raça, sexualidade, nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa “interseccional” (FRASER, 2019, p.31)

A perspectiva revolucionária da segunda onda do feminismo dá corpo para pensar múltiplas formas de construção de justiça, visualizando a justiça através da

redistribuição, do reconhecimento e da representação. Essa perspectiva compõe mais elementos críticos acerca do combate à injustiça, através da inserção das trabalhadoras nas leis e garantias trabalhistas, por exemplo. Pois, apesar de considerar um enorme avanço para a luta das trabalhadoras, considerando as políticas afirmativas de previdência social como formas de combate à desigualdade, é possível concluir que tais medidas não mudam a estrutura social e, ao invés disso, alimentam as diferenças já existentes, com dificuldade de uma mudança mais ampla associada à luta pelo reconhecimento e representação.

As trabalhadoras domésticas tiveram seus direitos sociais parcialmente garantidos, no final do governo Médici, 30 anos após a maioria dos trabalhadores. Se os direitos sociais foram conquistados antes dos políticos para a maior parte da população, para essas mulheres negras primeiro foi necessário construir direitos políticos, reivindicá-los em espaços de poder, para conquistar legitimidade e garantir os direitos sociais.

Associando com os debates propostos por Cardoso (2019), podemos considerar que a percepção de justiça e desigualdade construída nessa sociedade, considera as conquistas sociais de redistribuição das trabalhadoras próxima à fronteira da necessidade, se relacionando ao mínimo necessário para a sobrevivência material e sem indagações quanto à necessidade das trabalhadoras avançarem a fronteira da legitimação. O papel socialmente construído da trabalhadora doméstica as relaciona a uma conquista pela necessidade, legitimando essa posição da mulher negra na sociedade brasileira.

Além disso, as tentativas de superação das injustiças econômicas através de táticas de redistribuição afirmativa, como pontua Fraser (2006), com programas de seguro social e assistência, não abolem as divisões de classe *per se*, e, ao invés disso, sustentam-na e moldam-na, “deixando intactas as estruturas profundas que engendram a desvantagem de classe” (Fraser, 2006, p. 238).

Ainda que a Constituição de 1988 garantisse muitos direitos - ou abrisse diálogo para esses direitos serem conquistados - como educação e saúde para toda a população, os direitos trabalhistas não contemplavam a categoria. Segundo Carvalho (2001), os indicadores básicos de qualidade de vida tiveram melhora, a passos lentos, porém existe uma dificuldade de superar as grandes desigualdades sociais que

permeiam o Brasil, uma desigualdade sobretudo de natureza regional e racial (Carvalho, 2001, p. 210).

A falta de garantia dos direitos civis para a ampla parcela da sociedade na segurança individual, na integridade física e no acesso à justiça é amplamente visível, a população negra é a mais vulnerável ao ataque aos direitos humanos e infelizmente temos diversos exemplos disso, como no caso do crime de assassinato da Mãe Bernadete, líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (BA), uma Yalorixá, sacerdotisa da religião de matriz africana<sup>9</sup>. O Brasil viu, nesse caso, mais um crime político, um crime contra os defensores dos direitos humanos, um crime de gênero, racial e religioso.

Além da violência e a ausência de seguridade do Estado, a maioria da população também desconhece seus direitos, ou os reconhece, mas têm consciência que eles não serão aceitos pelos seus empregadores.

*Como no caso de trabalhadora doméstica que, em conversa informal, relatou estar trabalhando com carteira assinada, mas tem medo de dizer à patroa que precisa fazer uma cirurgia arriscada e ser demitida, sendo o direito de repouso um dever perante a legislação trabalhista.*

Para a população de menor *status* social, o Estado aparece só na forma violenta, para prender ou reprimir, resguardando somente à esfera policial. Esta grande população, composta de trabalhadores urbanos, rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigo, são quase invariavelmente pardos ou pretos, com poucos anos de escolaridade (Carvalho, 2001):

Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo e pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis [...]. Para eles vale apenas o Código Penal (CARVALHO, 2001, p. 218).

---

<sup>9</sup> Mulher preta de 72 anos, mãe Bernadete foi alvejada com 12 tiros em sua casa, onde estava com seus três netos. Mãe Bernadete sofria ameaça por disputas de terra no Quilombo há alguns anos, e em 2017 seu filho, conhecido como Binho do Quilombo, também foi assassinado com quatorze tiros, crime impune até hoje. Ela recebia muitas ameaças nos últimos dois meses antes do assassinato e conversava muito com a mãe de Mariele, representante política negra também brutalmente assassinada sobre a ausência de direitos vivenciada por elas. Uma das principais causas da morte de Bernadete estava nas ameaças que recebia de madeireiros que desmatam a área preservada de domínio do Quilombo e área que também compõe uma APA (Área de Proteção Ambiental).

Como vimos, a desigualdade é percebida como problemática para a ordem social porque é julgada injusta. Cardoso (1961) evidencia que o conceito de justiça plena em sociedades capitalistas como a nossa é inatingível, ou, conforme Carvalho (2001) existem razões que justificam a posição dos indivíduos na distribuição desigual de recursos, bens, serviços, liberdade e poder.

A população negra no Brasil, conforme vimos, demora a ser inserida através desses direitos, e, por conseguinte, a participar da construção social de justiça e da construção social de cidadão. São grupos que permaneceram, por muito tempo, em um contexto caracterizado pela injustiça (Collins, 2019). As diversas formas de opressões agem conjuntamente na produção de injustiças, gênero, raça, sexo, nacionalidade e influência, cada uma a seu modo, na construção dessas injustiças, como vimos com Fraser (2019).

Segundo Nancy Fraser (2019), a justiça conquistada por governos de Estado forte, ao falar de experiências americanas (as quais, com as suas ressalvas e devidas ponderações, podemos fazer um paralelo com o governo de Estado forte proposto por Vargas), têm como resultado uma cultura despolitizada, que afasta os cidadãos da consciência de seus direitos e trata questões de justiça como assuntos técnicos. Para ela, é necessária uma compreensão tridimensional mais ampla, que envolve economia, cultura e política (Fraser, 2019, p. 32), que reconheça a subordinação das mulheres como sistêmica e multifacetada, fundamentada nas estruturas profundas da sociedade.

O reconhecimento dos direitos do trabalho doméstico ocorreu somente em 2013 na sua totalidade e equiparado aos outros trabalhos. Mas, para alcançarmos a redistribuição, com a perspectiva para todas as ocupações de trabalho, é necessário mudar a estrutura econômica. Para a construção de direitos amplos para as trabalhadoras domésticas é necessário táticas de redistribuição, segundo Fraser (2006), que transformem e promovam as relações de reconhecimento e representação através da garantia a todos do acesso ao emprego, desvinculando a redistribuição que visa apenas a necessidades de consumo e ao emprego. Táticas transformadoras mais abrangentes tem como foco a dissolução da diferenciação de classe. “Remédios transformativos reduzem a desigualdade social, porém sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis” (Fraser, 2006, p.238).

A luta por justiça social só é possível através da luta por outro sistema de sociedade, em que as injustiças devem ser pensadas através de políticas de redistribuição, reconhecimento e representação. Se a estrutura econômica não muda, não é possível mudar a desigualdade.

## **2.4 Faces e dados do trabalho doméstico no Brasil hoje**

Após 2015, devido à crise e à modificação da economia, novos componentes na estrutura econômica brasileira acentuam as desigualdades. Dentre eles está a financeirização do capitalismo que estabelece uma burguesia rentista com mais força e baseada na aplicação financeira. Isso tem importante reflexo nas classes de maiores poder aquisitivos do Rio de Janeiro, que possuem pouca influência na esfera produtiva e muito na rentabilidade financeira, com investimento e imóveis. Isso se deve ao fato, como veremos mais a frente, de o Rio de Janeiro ter sido antiga capital do Brasil, concentrando, em poucas pessoas, muitos imóveis e renda.

Outro aspecto da financeirização é a plataformização, modificando os segmentos da logística e comercialização e fazendo surgir novas formas de ocupação controladas por empresas transnacionais, através de plataformas digitais, e, por conseguinte, a novas formas de precarização (Antunes, 2018). Aspectos da desindustrialização que ocorre nas metrópoles brasileiras (Ribeiro, 2024a) também afetam o predomínio de ocupações relacionados a serviços, modificando a estrutura social, como veremos à frente.

Tais modificações afetam o trabalho doméstico através da criação de aplicativos de faxina que precarizam as condições de trabalho e renda das trabalhadoras. Além disso, a divisão do trabalho doméstico em vários tipos de ocupação se acentua: a diarista/faxineira mais voltada ao trabalho de limpeza, a cuidadora mais voltada ao trabalho de idosos, a babá que cuida das crianças e até as cozinheiras em domicílio que vão à casa de seus contratantes para fazerem a comida da semana.

A divisão de tarefas do trabalho doméstico sempre existiu, porém, com a crise econômica e o aumento do mercado consumidor, os tipos de ocupação passam a ser mais diversificados e específicos. Fica ainda mais difícil, então, compreender as formas de precariedade vivenciadas por essas mulheres.

Em 2012, aproximadamente 134 mil trabalhadoras estavam filiadas aos sindicatos da categoria, o que corresponde a somente 2% do total de trabalhadoras domésticas do país (Pinheiro; Gonzalez; Fontoura, 2012). As domésticas, em sua maioria, não são sindicalizadas e não contribuem com a previdência.

Apesar da luta do movimento sindical, a pouca quantidade de domésticas sindicalizadas mostra que essa esfera de luta e atuação política tem pouco espaço e aderência nas trabalhadoras domésticas. As dificuldades em torno da conscientização unificada e coletiva da categoria ocupacional também se acentuam, pois são mais complexas as formas de reivindicações coletiva de um trabalho individual realizado em um espaço privado.

A associação ao sindicalismo, como um todo, é de 18% entre os trabalhadores brasileiros em 2009, segundo o IBGE, dado que reflete a pouca aderência dos brasileiros ao sindicalismo. Porém, dentre as trabalhadoras domésticas, esse valor chega a 2%, apesar das lutas conquistadas por elas desde 1988, como vimos acima. Uma significativa diferença é o maior número de sindicalizados entre os homens: “apesar de também apresentarem taxas reduzidas de sindicalização, 4,1% dos homens ocupados em emprego doméstico eram filiados a sindicatos, proporção superior à verificada para as mulheres” (IPEA, 2011). Dentre as características dessa ocupação exercida pelos homens está o papel de motoristas e caseiros.

Ao observar os dados regionais do Censo Demográfico de 2010, é interessante notar que esta ocupação se torna ainda mais importante para as mulheres negras do Sudeste e do Sul, respondendo por cerca de, respectivamente, 25,1% e 24,5% das ocupações exercidas pelas mulheres negras. Enquanto isso, no Brasil como um todo, o trabalho doméstico equivale a 17% da ocupação das mulheres negras (IPEA, 2011), retrato de uma face da diferença regional, onde, no Sudeste, com características de maior número populacional e maior concentração das classes mais altas e com maior poder aquisitivo, faz-se do trabalho doméstico uma ocupação mais comum e mais requisitada.

No Sudeste, o trabalho doméstico também marca uma diferença de raça mais forte que em outras regiões. Dentre as ocupações exercidas pelas mulheres negras, a maioria se encontra no trabalho doméstico, enquanto dentre as mulheres negras em outras regiões do Brasil essa porcentagem é menor.

Associado a maior característica negra no trabalho doméstico no Sudeste está o grande movimento migratório realizado pelas mulheres desde 1940, em que boa parte delas se insere no mercado de trabalho através do trabalho doméstico. As jovens mulheres negras migrantes também são maioria dentre as trabalhadoras que ainda moram na casa de seus patrões.

Em 2011, 2% das trabalhadoras domésticas moravam no domicílio que trabalham, totalizando 181,4 mil mulheres, um número reduzido em relação a taxa geral de ocupação das domésticas, porém um número expressivo quantitativamente (IPEA, 2011), pois, dentre as mulheres que moram no domicílio onde trabalharam, estão, em maior número, essas jovens negras migrantes de baixa renda, que fizeram o movimento migratório Nordeste-Sudeste para trabalhar e morar nas casas de famílias de renda mais elevada nas grandes cidades, e em situação de maior vulnerabilidade e desamparo familiar (IPEA, 2011).

Esse dado se tornou relevante para a pesquisa, devido ao que nos conta uma das entrevistadas, e aos atravessamentos e vivências pessoais. Por isso, no capítulo seguinte, nos debruçaremos sobre o local de origem dessas trabalhadoras, de suas relações com o território metropolitano, além de investigar quais são os bairros onde predominam as famílias que contratam trabalhadoras domésticas para morar em suas casas.

No Brasil atual, um dado importante do trabalho doméstico é o envelhecimento dessa ocupação, e muitas são as razões que permeiam esse fato. Uma delas é o aumento da escolaridade das jovens mulheres que, com maior qualificação, são impulsionadas a outros tipos de trabalho. Porém, considerando que as oportunidades educacionais são mais amplas à população branca do que à negra, mais jovens negras encontram-se ocupadas no emprego doméstico do que as brancas (12,6%, contra 10,5%) (IPEA, 2011). Outras hipóteses é a permanência das trabalhadoras domésticas de mais idade trabalhando para a mesma família desde muito novas, de modo que as trabalhadoras mais novas trabalhariam como diaristas, correlacionando a outras fontes de renda. Essa hipótese será debruçada nos capítulos adiante ao comparar os dados do Censo de 1980 e 2010 com os relatos das entrevistas.

A baixa escolaridade é também uma importante característica do trabalho doméstico no Brasil. Mesmo comparando mulheres brancas e negras, o trabalho doméstico é marcado indiscutivelmente pela baixa escolaridade (IPEA, 2011). Esse

fato nos instiga na pesquisa, nos fazendo debruçar sobre os anos de escolaridade e o perfil dessas trabalhadoras entre 1980 e 2010, para investigar quais foram essas permanências levantadas pelo IPEA (2011) e quais as mudanças.

Sobre os dados gerais do trabalho doméstico no Brasil, é possível perceber uma estagnação da porcentagem de ocupadas ao longo dos últimos anos, em uma diminuição relativa e absoluta do número de ocupadas devido ao aumento populacional. Segundo Ribeiro (2024a), apesar de a “redução absoluta ter sido de apenas 3,5%, ela contribuiu para que sua participação na estrutura sócio-ocupacional caísse pela metade” entre 1980 e 2024, significando, portanto, estagnação do número de postos de trabalho dessa categoria (RIBEIRO, 2024a, p. 33).

Esse fato pode ser explicado por mudanças culturais na sociedade brasileira, como veremos à frente, em que o trabalho doméstico deixa de ser realizado pela contratação de trabalhadoras em tempo integral, “ou pela redução do nível de renda de parcela das classes médias, que sempre se configuraram como seus principais empregadores” (RIBEIRO, 2024a, p. 33).

Segundo a PNAD Contínua de 2018 realizada pelo IBGE, mais da metade das trabalhadoras domésticas, nas regiões metropolitanas, continuam na informalidade e trabalhando sem carteira assinada (65,8%), somente 34,2% das domésticas a possuem, dados que se assemelham a informalidade vivenciada pelas trabalhadoras da metrópole do Rio de Janeiro diagnosticadas no próximo capítulo.

E entre contribuintes e não contribuintes para a previdência, um pouco mais da metade não contribui (54,3%), enquanto 45,7% contribuem. Além disso, a jornada é bastante exaustiva, com metade das trabalhadoras, 50,2% delas, em jornada de 40 a 48 horas semanais, mais de 9 horas diárias.

O questionário da PNAD Contínua não levanta a informação sobre o arranjo de trabalho da trabalhadora doméstica nem questiona se é mensalista ou diarista, perguntado somente a quantidade de domicílios que trabalha. Por isso, não é possível concluir a natureza do trabalho, pois a trabalhadora doméstica pode trabalhar em somente uma residência, mas não possuir vínculo empregatício, trabalhando uma ou duas vezes por semana e ganhando por dia ou semana. Contudo, fica evidente que uma pessoa que trabalha em mais de dois domicílios exerce o papel de diarista.

Segundo dados da PNAD Contínua de 2018, compilados pelo DIEESE (2022), a maioria das trabalhadoras domésticas ainda trabalham em somente uma residência,

mas a porcentagem de trabalhadoras diaristas aumentou muito nos últimos anos, dados que corroboram os dados da metrópole do Rio de Janeiro, como veremos adiante.

Em 2018, mais da metade das trabalhadoras domésticas no Brasil possuíam mais de dois trabalhos (67,1%), enquanto 32,9% possuem somente um trabalho, confirmando a análise do aumento das diaristas e dos empregos informais em mais de uma família, ou por empresas de faxina que terceirizam o processo de contratação das trabalhadoras. Ainda assim, mais da metade das trabalhadoras possuem um vínculo de ocupação de dois anos ou mais (68,1%), garantindo estabilidade no emprego pelos seus contratantes, porém, não garantindo plenos direitos (DIEESE, 2022).

Os dados amplos sobre o trabalho doméstico no Brasil nos últimos anos, e articulados nesse tópico, são importantes para compreendermos as questões mais latentes dessa ocupação em território brasileiro, para assim, nos próximos capítulos nos debruçarmos com mais detalhes nessas características no território metropolitano do Rio de Janeiro, investigando semelhanças e particularidades em relação ao contexto nacional.

## **2.5 A interseccionalidade através do trabalho doméstico.**

Uma vez que a formação de uma sociedade composta, em sua maioria, por trabalhadoras assalariadas formalmente nunca ocorreu no Brasil, os direitos sociais não foram conquistados para a maioria. Lélia Gonzalez (2020), ancorada na construção conceitual de José Nun, nos mostra que nos países com a nossa formação econômica, o capitalismo não cria somente um exército industrial de reserva. Devido à superpopulação relativa, cria-se uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico.

Em um desenvolvimento capitalista desigual e dependente como o nosso, diversos processos de acumulação são combinados, e, como consequência, uma superpopulação relativa não coesa é gerada, atuando em parte como um exército industrial de reserva e, em parte, como massa marginal:

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher

negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (Nun, 1978 *apud* Gonzalez, 2020).

Segundo Nun (*apud* Gonzalez, 2020), a mão de obra prisioneira a esses vínculos, mesmo não participando ativamente das relações produtivas do capitalismo industrial, não deixa de estar submetida ao “setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para esse último” (Gonzalez, 2020, p. 26).

Como diz Oliveira (2003), a legislação trabalhista cria um salário-mínimo somente voltado à subsistência e a um exército de reserva. Por isso, para Oliveira, o setor terciário, que compõem os serviços realizados somente através da força de trabalho, como tantos trabalhadores na realidade brasileira, não é inchado, e sim necessário para o processo de acumulação de capital. Por isso, o exército de reserva é necessário ao capitalismo, não é uma massa marginal à margem do setor terciário, ou inchado e improdutivo, faz parte do modo de acumulação urbana.

Importante, aqui, enfatizar o tensionamento no uso do conceito de marginalidade exposto por Nun e Gonzalez (2020) e o contraposto por Oliveira (2003). Porém, as reflexões de Nun (*apud* Gonzalez, 2020) sobre o processo de formação da sociedade brasileira, e sobre a complexidade e heterogeneidade do exército de reserva, são de extrema importância para essa dissertação, ainda que o conceito de marginalidade não seja o mais adequado ao se tratar das trabalhadoras domésticas, ocupantes ativas no mercado de trabalho.

É necessário alargar, complexificar e olhar além da conceituação de exército de reserva. Pois, dentre a enorme quantidade de trabalhadores que compõem o exército de reserva existem construções sociais diversas. Os homens brancos, por exemplo, possuem uma posição acima na composição dos trabalhadores que compõem o exército de reserva, com maior facilidade de ascensão social e detentores de empregos com melhores salários.

Enquanto isso, com mais da metade das trabalhadoras domésticas na informalidade (DIEESE, 2022) e com baixos salários, elas são localizadas em uma posição de maior precariedade do trabalho, em relação aos homens brancos. Uma população que, segundo Gonzalez (2020), não pode ser considerada ou comparada à exército de reserva pela construção histórica e social que as relega à exclusão social, com poucos direitos trabalhistas garantidos e sempre buscando modos de resistência para além do mercado formal.

A reflexão acionada por Gonzalez e Nun também serve para evidenciar que a construção das posições sociais vai além da construção de classe. A perpetuação das desigualdades sociais é construída não somente a partir das relações sociais de produção, e o exército de reserva não é homogêneo. Por isso, é necessário pensar além dele, a ocupação no trabalho doméstico expressa a extrema desigualdade do capitalismo brasileiro, sendo ocupado pela população que sempre compõem a posição de maior precariedade social.

A desigualdade tem cor, idade, gênero, nacionalidade e outras dimensões sociais e é uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira, e também da sociedade capitalista. Segundo Santos (2021), a colonialidade se vale de hierarquias “sexuais, políticas, epistêmicas, econômicas, espirituais, linguísticas e raciais de dominação” (Santos, 2021) que operam nas diversas escalas, em relações de poder construídas em escala global à escala de relações entre indivíduos. E essas hierarquias afetam as diversas “dimensões constituintes das experiências sociais” (Santos, 2021), como o trabalho. É possível acrescentar também a subjetividade, a cultura e muitas outras. Por isso, é necessário compreender os múltiplos eixos de “subalternização e discriminação de indivíduos e grupos” (Santos, 2021).

A corrente positivista, por exemplo, acarreta uma visão dicotômica da problemática, separando rico de pobre, formal de informal, masculino de feminino etc. Essa visão não complexifica ou não abrange a multiplicidade inerente a nossa sociedade, como a vivida pelas trabalhadoras domésticas. Muitas das razões para essa corrente de pensamento ser tão difundida entre os intelectuais está no fato de que a maioria das mulheres ou homens negros não tinham acesso ao mundo da pesquisa, ou, ainda que tivessem, não possuíam abertura para outras formas de pensamento, e mesmo entrando no mundo da pesquisa, eram cooptadas por essa forma, composta em sua maioria por homens brancos (Collins, 2019b).

Segundo Collins (2019b), a exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições “levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional” (COLLINS, 2019b), disseminando e perpetuando estereótipos sobre a mulher negra que são refletidos na construção de consensos sociais e políticas públicas. É o que vai dizer Quijano (2008), ao

caracterizar as diversas colonialidades vividas em territórios como o Brasil, uma colonialidade de saberes em que a baliza é o pensamento eurocêntrico.

Patrícia Hill Collins (2019b) e Lelia Gonzalez (2020), a seus particulares modos e tempos históricos, evidenciam a potência da mulher negra na prática e luta política, e as potencialidades presentes no lugar ocupado por elas na casa de seus patrões.

Segundo Collins (2019b), as teorias sociais realizadas por mulheres negras se contrapõem ao pensamento hegemônico porque:

não costumam surgir da atmosfera etérea de sua imaginação. Ao contrário, elas refletem o esforço dessas mulheres para lidar com experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião (COLLINS, 2019).

Collins (2019b) diz que a mulher negra na condição de doméstica tem um contato com a família branca em uma profundidade não vivida nem pela mulher branca nem pelo seu marido, se aprofundando na dinâmica e vivência da família, aprendendo sobre as linguagens de poder impostas a elas; mas também ensinando, com cantigas aos filhos das patroas, como diz Lélia Gonzalez (2020), e costurando um cenário de resistência cotidiana.

Collins usa o paradigma da imagem da trabalhadora doméstica como um importante elemento de análise. A condição de subalternidade da mulher negra vista a partir da imagem da trabalhadora doméstica pode ser o local de potência onde especificidades nunca antes vistas podem se rearticular (BAIRROS, 1995).

Essa marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante. [...] A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política (BAIRROS, 1995).

Por isso, para falar de um trabalho com raízes históricas no processo de colonização, e predominantemente ocupado por mulheres e por mulheres negras, é necessário evidenciar outras práticas epistemológicas. Práticas que proponham uma chave de análise plural, onde a vivência da mulher negra é multifacetada por diversas instâncias: a classe, o gênero, a raça, agindo concomitantemente em seu cotidiano.

A mulher negra, ao resistir em espaços difíceis e muitas vezes inóspitos para uma vida social com direitos humanos garantidos, tece redes de cuidado e afeto, tece táticas de sobrevivência, tece formas não convencionais de saberes e conhecimentos.

Para falar da realidade, é necessário viver nela, e epistemologias feministas pautam a leitura das problemáticas da sociedade a partir de uma chave de análise mais plural, indo contra a visão dicotômica e positivista (Collins, 2019b). Nessa visão, o ponto de análise importante é a experiência vivenciada por essas mulheres e, exatamente por isso, essas autoras evidenciam a potência da mulher negra, a mulher que atravessa os entremeios - o dualismo - reverenciando a sua importância para essa investigação.

Ainda que a prática de trazer para o debate os agentes sociais não hegemônicos esteja em disputa e evidenciada na pesquisa acadêmica recentemente, ao pensar as práticas políticas para os agentes considerados subalternos, algo muito comum é o foco somente na vulnerabilidade vivida por elas, práticas pensadas para elas e não por elas.

O trabalho doméstico é um dos mais vulneráveis no Brasil, em decorrência dos baixos salários, da pouca formalidade – ainda que com o avanço da PEC das domésticas aprovada em 2013, como vimos, – e das difíceis relações de trabalho ao viverem a casa, o espaço privado de seus patrões. Porém, ao dar o foco somente na vulnerabilidade, pouco se aprofunda sobre o tema, com pouca complexidade ele é encarado e não são pensadas possibilidades de mudanças práticas e políticas. Hill Collins (2019b) enfatiza que, ao falar da mulher negra, não interessa mostrá-la como sofredora nem como heroína, sua proposta é mostrar mulheres reais.

Como diz Emicida (2019), ao dar voz aos agentes é necessário que eles próprios falem, e não as suas cicatrizes, pois “elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem deviam tá aqui”. Conforme diz Collins (2019b), são necessários mais livros que contem a verdade das pessoas que foram reprimidas, “mas cuja dignidade, ainda assim, permanece intacta”. “Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência, é roubar o pouco de bom que vivi”. [...] “Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes, É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir” (AmarElo, 2019).

O conceito de interseccionalidade, utilizado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw em 1989 para descrever as opressões cruzadas de mulheres afro-americanas, mas já usado antes da invenção do termo no Brasil por Lélia Gonzalez (2020) e Luiza Bairros (1995), sintetiza muito o lugar social e de vivência das trabalhadoras domésticas.

Segundo Hill Collins (2019b), a interseccionalidade mascara um modo de produção de conhecimento hegemônico, de pensar e pesquisar, pautado em diferenças dicotômicas e oposições como branco ou preto, razão ou emoção, masculino ou feminino. As dicotomias reproduzem e criam estereótipos, pois ao relacionar dois opostos, as questões são simplificadas e a multiplicidade da vida não é abordada ou alcançada nessa chave de análise. Além disso, criam-se relações de superioridade e inferioridade entre as partes opostas, por exemplo, criando uma relação econômica e política de dominação e subordinação (Collins, 2019b, p. 108 e 109).

É possível fazer relações do pensamento da interseccionalidade com muito do que foi discutido neste primeiro capítulo, pois através de uma colonização dos saberes que universaliza as formas de vida e tem como base o pensamento dominante eurocêntrico, as questões são simplificadas e as dimensões da vida social que abarcam a vida das trabalhadoras domésticas, como a sua vivência no território sendo em sua maioria mulher, e em sua maioria negra, não é levada em consideração. Como vimos, as opressões cruzadas de gênero, raça e classe vivenciadas pelas mulheres negras como trabalhadoras domésticas promovem contradições, criando uma experiência complexa e diversa.

A visão dicotômica também tem como resultado a falta de políticas públicas que compreendam o lugar social ocupado por elas. Construído através de uma cultura que perpetua racismo, opressão de gênero e de classe, as coloca, historicamente, na esfera da informalidade.

Uma análise que rompa com as barreiras dicotômicas também pode ser pensada a partir do território das cidades. Se a cidade por essa ótica é dividida em formal e informal, em legal ou ilegal, e em pobre ou rico, pensar para além do dualismo complexifica a relação de forças vivenciadas na cidade.

O formal e o informal é muito mais que uma dicotomia, eles se retroalimentam, por isso, a permanência da informalidade é uma característica do modelo brasileiro que trabalha para produzir essas desigualdades (Oliveira, 2003). As trabalhadoras domésticas, apesar das diversas lutas trabalhistas conquistadas, trabalham na maioria das vezes de modo informal e com baixos salários, enquanto suas patroas exercem seus trabalhos na economia formal, sendo as duas relações necessárias para a perpetuação do capitalismo em um país como o nosso.

A trabalhadora doméstica, ao permear e atravessar “os dois lugares” e ao enfrentar a dicotomia imposta, vivem uma dupla consciência em opressões intercruzadas que impõem vivências potencializadoras. Como diz Collins (2019b), uma “*outsider within*”, ou uma forasteira de dentro, situada nas margens de dois polos culturalmente “opostos” - o hegemônico e o contra hegemônico, que podem, a partir de sua dupla vivência, criar complexidades e potencialidades em diferentes trajetórias e em diferentes escalas.

Como diz Djamila Ribeiro, “seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência” (RIBEIRO, 2018).

### 3 DURADOURAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NA RMRJ A PARTIR DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

A proposta desse capítulo é investigar quais as influências do espaço físico na construção social do trabalho doméstico na Região Metropolitana no Rio de Janeiro. A desigualdade é vivenciada no território pelos diversos grupos sociais e, como vimos, as mulheres negras, como trabalhadoras domésticas, as vivenciam em formas múltiplas, no deslocamento ao trabalho, na rotina do trabalho, nas condições de seu local de moradia, vivendo a periferia do centro e o centro da periferia (Tavares, 2023), dentre outros.

A segregação cria sítios sociais muito particulares (Villaça, 1998). Cria obstáculos nas relações sociais e é criada através destes obstáculos. Historicamente, a formação das cidades brasileiras possui marcas sociais estruturantes rebatidas no território, alocando por melhor posição geográfica os grupos de diversos status sociais. A segregação na cidade também constrói novas desigualdades, dificultando o acesso ao emprego, a serviços, a escolas; e perpetuando e sustentando a desigualdade de determinados grupos sociais:

A segregação pode ser vista como diferença de localização de um grupo em relação aos outros e como chances desiguais de acesso aos bens materiais (serviços, equipamentos etc.), simbólico (prestígio, status) e à estrutura de oportunidades (Kaztman, 1999 apud Ribeiro; Rodrigues; Corrêa, 2008, p. 4).

Os grupos sociais se agrupam no território por relações culturais, mas principalmente pelas relações de poder que estabelecem com outros grupos e com o poder público. A vantagem locacional permite a reprodução do poder de segregação (Ribeiro; Rodrigues; Correa, 2008).

Para compreender como o processo retroalimenta a segregação vivida pelas trabalhadoras domésticas, é importante investigar o processo de metropolização do Rio de Janeiro e sua institucionalidade, associado ao processo de industrialização e de desindustrialização em curso.

Assim como propõe Bourdieu (1997, 2008), podemos pensar a estrutura social constituída a partir das posições que os grupos sociais (ou classes ou frações de classe) ocupam no espaço social, principalmente porque o espaço social é traduzido no espaço físico. Por isso, é importante investigar como essas posições são

expressas territorialmente, investigando como ele pode contribuir para a construção de práticas duradouras de segregação socioespacial.

Para as investigações do território metropolitano, nesse capítulo, é importante apreender como as trabalhadoras domésticas estão inseridas na estrutura social baseada na renda.

Aliados ao conceito de classe de Costa Pinto (1953), que considera classe como “um conjunto de relações sociais, que definem uma posição objetiva na sociedade” (Pinto, 1953, p. 69), é importante considerar as relações e posições não como fixas e imutáveis, pois estas se transformam através de mudanças históricas na organização social ao longo dos anos. Por isso, é importante associar o conceito de classe ao conceito de estratificação social (Pinto, 1953) que tem relação com o somatório, ou sistema total de posições sociais que resulta da pluralidade e das diferenças entre as classes em uma sociedade.

A definição de classe e fração de classe utilizada nessa dissertação, as quais veremos com mais detalhe à frente, tem como base o esquema de estratificação sócio-ocupacional realizado pelo Observatório das Metrópoles (INCT OM). Através da variável ocupação (profissão), foram agrupadas de modo hierárquico as categorias sócio-ocupacionais.

Para essa classificação, foram consideradas características para além de sua ocupação, como posições sociais de renda, escolaridade, situação ocupacional e outros (Observatório das Metrópoles, 2023; Ribeiro, 2024a). Isso porque, no Brasil, devido as razões históricas vistas no capítulo anterior, a estratificação de raça e de classe compõem os fatores da construção da estratificação social e não podem ser realidades independentes. Elas são duas chaves, que quando investigadas juntas podem refletir uma configuração mais complexa e abrangente das relações de classe e raça no Brasil (Pinto, 1953, p. 65).

Por isso, a proposta desse capítulo é, através do ângulo racial, de gênero e de classe, investigar as formas de segregação vividas no território, onde uma distância física, que separa grupos socialmente divergente, reflete em uma distância também existente no espaço social.

A segregação, aqui nesta dissertação, é vista como práticas fluídas e duradouras. Como prática duradoura, a segregação socioespacial, consequência das diferenças sociais existentes em uma sociedade construída através de estratificações,

constrói, ao longo dos anos, uma estrutura que engendra e condiciona historicamente tipos sociais definidos, foco de investigação desse capítulo.

As práticas fluídas e cotidiana vividas na segregação, e para além, são reações sobre essa própria estrutura que as engendrou, e são manifestadas em diversas práticas cotidianas investigadas no capítulo seguinte. Aqui, visualizaremos a segregação como estado segregado, como propõe as investigações de Costa Pinto (1953), como algo dado e um fato objetivo, resultado do processo social e produzindo materialidade no território.

Como afirma Ribeiro (2000), sobre a mobilidade social no Brasil, ao se apoiar em Pastore (2000) e Scalón (1998), houve muita mobilidade social no Brasil, principalmente entre o período de 1980 e 2000, devido a uma mudança na estrutura ocupacional brasileira, alavancada por mudanças no sistema capitalista.

Contudo, a trajetórias de mobilidade social das pessoas é de curta duração e com dificuldade de ascensão social a longo prazo (Ribeiro, 2000). Assim, é possível dizer que mobilidade social na nossa sociedade é estagnada, enrijecida ou petrificada, quando ameaça a estabilidade do próprio sistema e sua constante assimetria. Em tentativas maiores de avanço através da mobilidade a estrutura se enrijece, por isso, é importante relacionar como a estratificação social e as formas de mobilidade estão atreladas às práticas duradouras de segregação.

Importante também considerar as particularidades da cidade do Rio de Janeiro como antigo Distrito Federal. Pois, segundo Costa Pinto (1953), as condições econômicas e sociais tipicamente metropolitanas da capital do Brasil criaram para sua população problemas específicos e formas também específicas de solucioná-los, resultando num “quadro particular” (Pinto, 1953), conectado as características que possuíam caráter nacional e acometia a urbanização brasileira deste período, conforme nos afirma Santos (2018).

A cidade do Rio de Janeiro nos anos 1940 e 1950, segundo Pinto (1953), possuía boa parte da sua população já em área urbana, diferentemente de outras cidades no mesmo período, e devido ao fato de aqui estar um dos maiores centros industriais do País. Com isso, as ocupações de trabalho eram distribuídas pelos diversos ramos de atividade econômica. Tais particularidades reforçam a importância de investigar as características e as mudanças da cidade do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana, ao longo dos anos. São Paulo, por exemplo, passou a despontar

como metrópole nacional e o Rio de Janeiro perdeu sua relevância, refletindo nas modificações das características ocupacionais.

O primeiro tópico pretende caracterizar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando seu processo de institucionalização e suas diferenças acerca do conceito de Metrópole, atrelando às modificações econômicas e sociais ocorridas no Brasil através da industrialização e desindustrialização e seus reflexos nas formas de ocupação de trabalho e moradia na RMRJ. Por último, caracterizamos como investigaremos a estrutura socioespacial da metrópole no Rio de Janeiro, através da metodologia de estrutura social de classes e seus reflexos no território, construídas pelo Observatório das Metrópoles, e suas relações com o território e as desigualdades de oportunidades. Investigação que parte da inscrição da estrutura social no espaço físico, através de um esquema de estratificação que combina o perfil ocupacional (trabalho), com o local de moradia, tecendo uma cartografia das diferentes regiões da RMRJ através de sua posição social (Ribeiro; Ribeiro, 2013).

O segundo tópico pretende investigar a posição socioespacial da ocupação do trabalho doméstico em 1980 e 2010. Primeiro, faremos um breve panorama das principais ocupações na metrópole do Rio de Janeiro, relacionando as modificações ocupacionais com mudanças no território metropolitano, chave da nossa análise na investigação do trabalho doméstico. Depois disso, investigaremos o trabalho doméstico através dos dois marcos propostos, comparando e criando uma linha investigativa dos fatores sociais e econômicos envolvidos nas questões raciais e de gênero e que alcançam as trabalhadoras domésticas desde 1980 até 2010. Investigaremos os efeitos dessas características no território a partir da organização social do território metropolitano utilizada pelo Observatório das Metrópoles e dados do Censo Demográfico do IBGE.

Através de uma diferenciação das áreas de ponderação<sup>10</sup> e da concentração de moradia de determinadas categorias sócio-ocupacionais, essas categorias são construídas, considerando, também, características para além de sua ocupação, como posições sociais de renda, escolaridade, situação ocupacional e outros (Observatório das Metrópoles, 2023). A partir da caracterização da segregação

---

<sup>10</sup> Unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários (IBGE, 2010). É a de menor escala geográfica para identificação dos microdados da amostra, dados de questionário mais detalhado.

urbana da RMRJ utilizando essa tipologia, propõe-se investigar os dados de moradia das trabalhadoras que moram em suas residências e as que moram na casa dos patrões, atrelando a características de raça, renda e gênero, investigando, assim, qual a relevância e efeitos do território na sua posição social.

Por último, pretende-se fazer um balanço das mudanças e persistências do trabalho doméstico nos últimos 40 anos através de dados da PNAD Contínua do IBGE, investigando como a segregação socioespacial ocorreu através do trabalho doméstico e suas estratégias familiares de reprodução social.

### **3.1 Configuração socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerações sócio-históricas e relação territorial.**

O Brasil passou por um grande processo de industrialização entre os anos 1930 e 1980, com modificações profundas no sistema social brasileiro através de migrações da zona rural para a urbana e, principalmente, da região nordeste para a sudeste, modificações que impactaram o processo de crescimento e modernização das cidades brasileiras. Junto a isso, ocorreu de maneira inicial e depois acentuada, um processo de metropolização, onde as metrópoles passaram a ter uma relevância maior para a vida econômica do país.

A metrópole, de acordo com a pesquisa Regiões de Influências da Cidade (REGIC), do IBGE, (2020), passou a “expressar um espaço de integração territorial, populacional e econômico, com papel de comando em atividades empresariais e de gestão pública, que influencia outras cidades da rede urbana do País” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

O processo de urbanização ocorreu devido às transformações nas formas de produção capitalista, “mas ainda preservando formas pretéritas de produção ou sobrevivência” (RIBEIRO, 2024a, p. 21). Conforme vimos no tópico anterior, o negro escravizado, quando chegou ao Brasil, foi para trabalhar na agricultura e no meio rural e nas cidades coloniais dos diversos trabalhos associados à nobreza.

Após lenta abolição da escravidão e com o crescimento da economia industrial moderna a partir de 1930, os negros passaram a procurar trabalho nas cidades, e muitos fatores modificaram de modo contraditório as estruturas sociais, em

“uma sociedade que começava a mudar as suas bases sem mudar, no mesmo ritmo, as formas sociais que sobre esta base repousavam” (Pinto, 1953).

Segundo Costa Pinto (1953), o crescimento da economia de tipo industrial e a vida nas cidades, proletarizou a população negra em diversas dimensões, na sua condição, local de moradia, mentalidade, estilo de comportamento. Por isso, a industrialização foi um importante fator e influência para como a população negra se acomodava nas metrópoles até hoje. A população negra, advinda do meio rural e trazida para a cidade através da propaganda de desenvolvimento econômico, construiu modos de vida e ocupação relacionados à mudança econômica que emergia, mas também às características sociais e, principalmente, às desigualdades persistentes.

Os anos de 1930, então, trouxeram algumas modificações na composição social brasileira, dando início ao processo de industrialização e urbanização, modificando as ocupações de trabalho, estratificando a sociedade e diversificando os tipos de ocupação. As ocupações modernas, dos setores produtivos e de serviços, por exemplo, passaram a surgir com mais força nesse período e, com isso, as ocupações tradicionais e de rotinas acompanharam o dinamismo e ampliaram sua atuação. A constituição das classes médias, que começaram a ganhar força a partir de 1950, também foi outro fator relevante para as mudanças sociais que começaram a ocorrer neste período (Valle Silva, 2004 *apud* Ribeiro, 2024b, p. 21.).

As metrópoles começaram a ganhar corpo, com um número maior de habitantes e ocupações de trabalho mais estratificadas. O trabalho doméstico, apesar da metropolização, se manteve como ocupação de bastante peso entre as mulheres.

O processo migratório que se iniciou em 1930 trouxe para as metrópoles, trabalhadores com perspectiva de ascensão social. Os trabalhadores, vindos do interior dos estados, em sua maioria procuravam trabalho nas indústrias, e muitas mulheres acabaram exercendo o trabalho doméstico como primeira ocupação. A grande porcentagem de mulheres negras migrantes do meio rural para o urbano nesse período tinha como principal ocupação o trabalho doméstico, como investigou Costa Pinto (1953). Por isso, a industrialização e a urbanização tiveram estreita relação com a ocupação do trabalho doméstico pelas mulheres negras nas metrópoles, conforme veremos no segundo tópico deste capítulo.

Devido a esses fatores, o processo de urbanização apresentou como consequência, principalmente nas metrópoles brasileiras, um sistema de estratificação social mais denso, complexo e diversificado em relação ao que existia nos anos de 1930. Um elevado número de pessoas passou a viver nas metrópoles e o trabalho a ser mais estratificado.

Esse rápido processo de metropolização, além de aumento da população devido ao movimento migratório, e expansão das atividades industriais, tem como consequência um maior adensamento de moradia nas favelas ou em bairros com pouca estrutura física (Abreu, 2008, p. 97), modificando rapidamente a estrutura urbana.

Por isso, é possível considerar que o processo de modernização levou a uma urbanização e industrialização conservadora no Brasil, controlando as demandas e reivindicações das populações situadas nas posições mais baixas da estrutura social. Esse processo excluiu de maneira sistemática grande parcela de trabalhadores da formalidade salarial e renovou o repositório de práticas excludentes, patriarcais e autoritárias, mesmo nos períodos de crescimento econômico (ITIKAWA, 2016).

A partir de 1970, após o crescimento e estagnação das cidades, um processo de desconcentração econômica começou a ocorrer, e nos anos 1980, segundo Ribeiro (2024a), assumiu um caráter que tem como consequência as políticas neoliberais e abertura econômica. Esse processo modificou a importância local de algumas metrópoles, redirecionando o processo de metropolização para alguns centros urbanos interioranos e regionais que já apresentavam crescimento desde 1960, criando novas centralidades urbanas e abrangendo o processo de metropolização em uma área maior do país (Ribeiro, 2024a).

Também devido às modificações e estagnação econômica, as metrópoles brasileiras passaram a presenciar um processo de desindustrialização. Depois do avanço da industrialização, a economia brasileira sofreu uma estagnação de crescimento, e é observado, nas regiões metropolitanas, o processo de desindustrialização.

Em países de economia avançada, a desindustrialização estava relacionada a diminuição da participação manufatureira no emprego, pelo alcance de níveis elevados de renda *per capita* e uma modernização das atividades econômicas (Riberio, 2024b, p. 5). Porém, nos países em desenvolvimento, a desindustrialização

não é resposta da maturidade produtiva, e por isso não atingiu níveis elevados para todos os habitantes. Em razão disso, as consequências da desindustrialização foram negativas tanto para o crescimento econômico, como para a geração de empregos, aumentando a desigualdade de renda.

Segundo Ribeiro (2024b) e outros teóricos acionados, como Morceiro e Guilhoto (2019 *apud* Ribeiro, 2024b), o processo de desindustrialização começou na década de 1980 com o esgotamento da política de substituição de importações, e se acentuou principalmente a partir da década de 1990, em um processo de reestruturação produtiva da indústria brasileira, que possui como consequência a redução do peso da indústria de transformação na economia nacional (Cano, 2012 *apud* Ribeiro, 2024b, p. 6).

As modificações ocorridas no capitalismo tiveram grande relevância na tecnologia da informação e comunicação, modificando e acelerando os fluxos comerciais, econômicos, financeiros, e refletindo nas relações que passaram a ter foco e escala globalizada (Ribeiro, 2024b p. 22).

O Brasil, então, passou a adotar políticas econômicas voltadas a uma abertura comercial e financeira, pautadas em estabilização monetária através de uma perspectiva econômica ortodoxa, devido ao esgotamento da política de substituição da importação e à perda de competitividade. Essa modificação na esfera econômica e produtiva modificou os tipos de ocupação, reduzindo as ocupações relacionadas a indústria e um aumentando as ocupações relacionadas aos serviços.

Importante destacar que a desindustrialização, segundo dados de Ribeiro, (2024b), ao investigar o PIB entre 2007 e 2019, é, sobretudo, um fenômeno metropolitano, ocorrendo nas principais regiões metropolitanas e com o foco nas indústrias de transformação e de elevado nível tecnológico<sup>11</sup>, segundo a classificação nacional de atividades econômicas (CNAE). A desindustrialização ocorre em um ramo industrial de transformação e em maior número nas ocupações de maior nível tecnológico, onde a qualificação e a renda são maiores, acarretando uma ausência de ocupações dessa categoria e aumento da desigualdade de renda.

---

<sup>11</sup> Atividades relacionadas a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.

Porém, nos ramos produtivos de baixa intensidade tecnológica<sup>12</sup> da indústria de transformação, em que o emprego exige menor qualificação, a desindustrialização também tem impacto nas metrópoles, diminuindo o número de trabalhos supridores de produtos básicos, e acarretando no aumento da desigualdade de renda, “uma vez que a remuneração do trabalho manual dos setores industriais tende, em média, a ser melhor que a das atividades do setor de serviços” (Ribeiro, 2024b, p. 22).

Por isso, é possível concluir que a forte característica da desindustrialização é a diminuição da renda nas metrópoles, devido à diminuição das ocupações relacionadas à indústria da transformação e ao aumento do proletariado de serviços. Porém, a desindustrialização nas metrópoles tem efeitos heterogêneos, pois a diminuição das ocupações de baixo e médio-baixo níveis tecnológicos nas metrópoles movimenta o avanço dessas ocupações nos centros urbanos do interior, aumentando a interiorização brasileira (RIBEIRO, 2024b).

A metrópole materializa e simboliza hoje muitos dos elos da globalização e financeirização da economia, no consumo, produção e circuitos financeiros (Davidovich, 2004). O aumento das concentrações urbanas é uma resposta à dinâmica da produção do espaço no capitalismo globalizado e tem como consequência novos e complexos desafios para a gestão (Davidovich, 2004). Devido à importância da metrópole, é necessário refletir sobre os avanços dos conceitos de metrópole e avanços da institucionalização destas através da região metropolitana.

O IBGE, através de processos metodológicos de recortes institucionais, classifica as tipologias geográficas através das Regiões de Influência das Cidades (REGIC). O REGIC classifica quinze arranjos populacionais do país sob a denominação de metrópole, em face de sua influência na articulação de outras cidades da rede urbana. As metrópoles ocupam o topo da hierarquia de nossa rede urbana<sup>13</sup> e constituem-se atualmente como os mais importantes centros urbanos brasileiros” (Ribeiro, 2024b).

As metrópoles são regiões de influência de centralidade ampla com conexões que cobrem a extensão territorial do País (IBGE, 2020). Hoje, o Arranjo Populacional

---

<sup>12</sup> Atividades relacionadas desde a fabricação de produtos diversos como alimentícios, bebidas, fumo, vestuário, madeiras, móveis, celulose e outros.

<sup>13</sup> São elas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, as primeiras regiões metropolitanas institucionalizadas, além de Brasília, Goiânia, Manaus, Grande Vitória, Florianópolis e Campinas.

do Rio de Janeiro<sup>14</sup> compõe uma metrópole nacional, assim como Brasília (DF), compondo a segunda posição hierárquica, ficando atrás, em escala, somente de São Paulo, uma grande metrópole nacional.

As cidades são consideradas localidades centrais quando suas atividades de bens e serviços, como casas, hospitais e consultórios, educação e equipamentos culturais atingem populações externas ao próprio núcleo (IBGE, 2020). Usando a teoria dos fluxos centrais (Taylor, 2004; Taylor; Hoyler; Verbruggen, 2010, *apud* IBGE, 2020), é importante considerar que as cidades são definidas pelas suas relações externas e internas, pelos fluxos que perpassam por ela, ou que têm nela o seu ponto inicial.

Segundo o IBGE (2022), as metrópoles são redes hierárquicas de primeiro nível, e o arranjo populacional do Rio de Janeiro, segundo dados de 2018, exerce influência em 5 capitais regionais, o segundo setor hierárquico, 11 centros sub-regionais, o terceiro setor hierárquico, 3 centros de zona e 63 cidades. Em uma população de mais de 17 milhões de habitantes, o arranjo populacional de influência do Rio de Janeiro extrapola o limite do Estado.

O arranjo populacional metrópole do Rio de Janeiro, assim como das outras metrópoles, tem a característica de concentrar também outras capitais regionais que exercem influência nas redes vizinhas, caracterizando vários centros de influência. Porém, importante considerar que o Rio de Janeiro tem uma quantidade relativamente menor de capitais regionais que o arranjo populacional de São Paulo, que totaliza 26.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), como lei federal, foi institucionalizada em 1974, quando se previa a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Nesse momento, o Governo Federal institucionalizou nove regiões metropolitanas, as primeiras do Brasil e são elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém (Davidovich, 2004). Criado durante a ditadura militar, segundo Davidovich (2004), a institucionalização foi uma estratégia do regime autoritário em uma tentativa de integração nacional e de desenvolvimento econômico das cidades, impondo um modelo de gestão tecnocrático e padronizado a todas as regiões.

---

<sup>14</sup> São 21 cidades que compõem o AP/RJ segundo REGIC: Belford Roxo, Japeri, Itaguaí, Mangaratiba, São Gonçalo, Magé, Seropédica, São João de Meriti, Duque de Caxias, Saquarema, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Nova Iguaçu, Niterói, Nilópolis, Paracambi, Mesquita, Rio de Janeiro, Maricá e Queimados

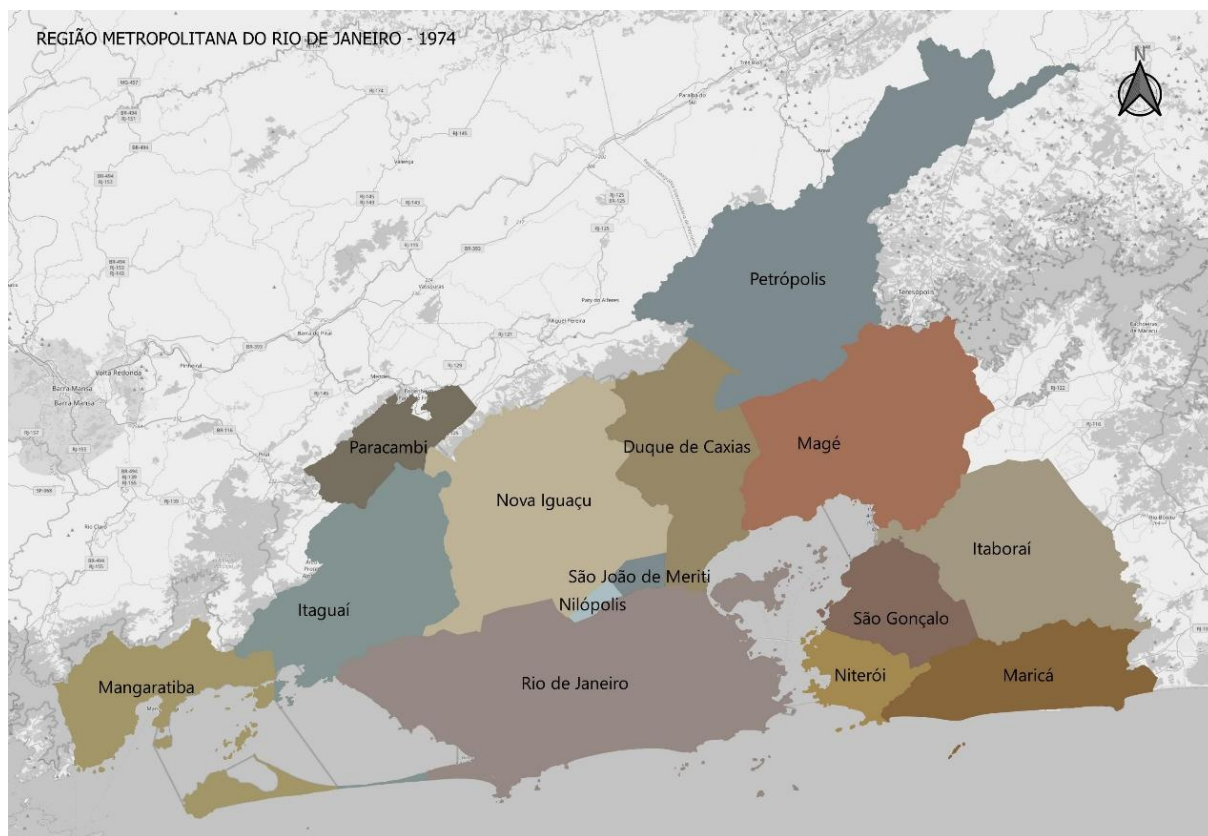
Originalmente formada pelos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti, porém, devido a muitos desmembramentos e emancipações e mudança da dinâmica territorial ao longo dos anos, a RMRJ passou a ter outros contornos. Petrópolis, cujo território, à época, incluía o atual município de São José do Vale do Rio Preto, incorporou-se a Região Serrana; Mangaratiba foi incorporada à Costa Verde; e Maricá, à Região das Baixadas Litorâneas.

Davidovich (2004) nos revela a importância de perceber o caráter institucionalizado da Região Metropolitana. Uma legislação que, ao delimitar limites e esferas de atuação, tem dificuldade de suprir as demandas e fluxos realizados pela produção do espaço capitalista. A legislação constitui um “espaço fechado”, segundo Davidovich (2004), quando a realidade do território é sua fragmentação.

Posteriormente, três municípios se emanciparam de Nova Iguaçu, incorporando-se também à Região Metropolitana, e são eles Belford Roxo, Japerí, Queimados e Mesquita. Guapimirim também foi emancipado de Magé, Tanguá desmembrou-se de Itaboraí e, Seropédica de Itaguaí, incorporando ao longo dos anos mais municípios à Região Metropolitana. Maricá e Petrópolis foram incorporadas novamente a Região Metropolitana e, em 2013, de acordo com Projeto de Lei Complementar nº 21/2013, e os municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu também foram incluídos na Região Metropolitana.

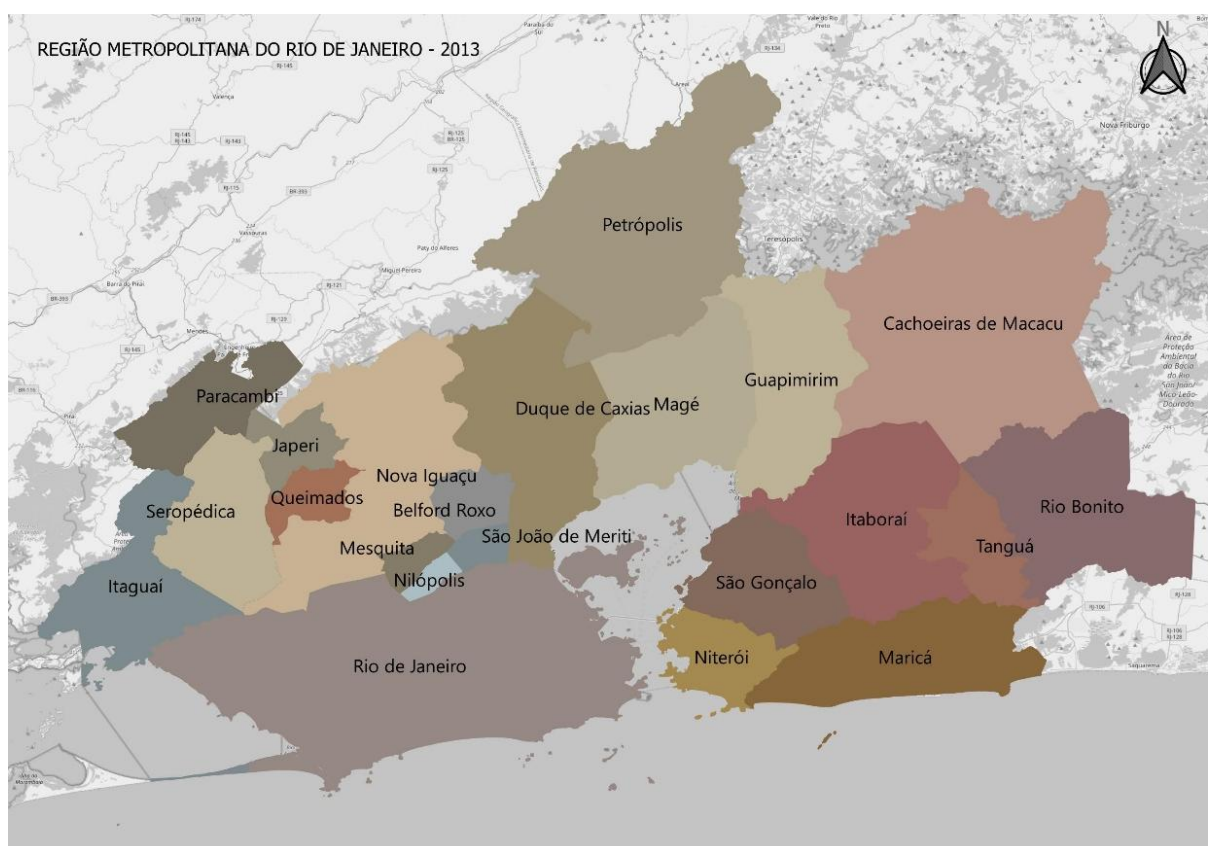
Assim, hoje, 22 municípios do Estado do Rio de Janeiro pertencem à Região Metropolitana, a saber: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japerí, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.

#### **Mapa 01 – Região metropolitana em 1974**



**Fonte:** Elaboração própria

**Mapa 02 – Região metropolitana em 2013**



**Fonte:** Elaboração própria

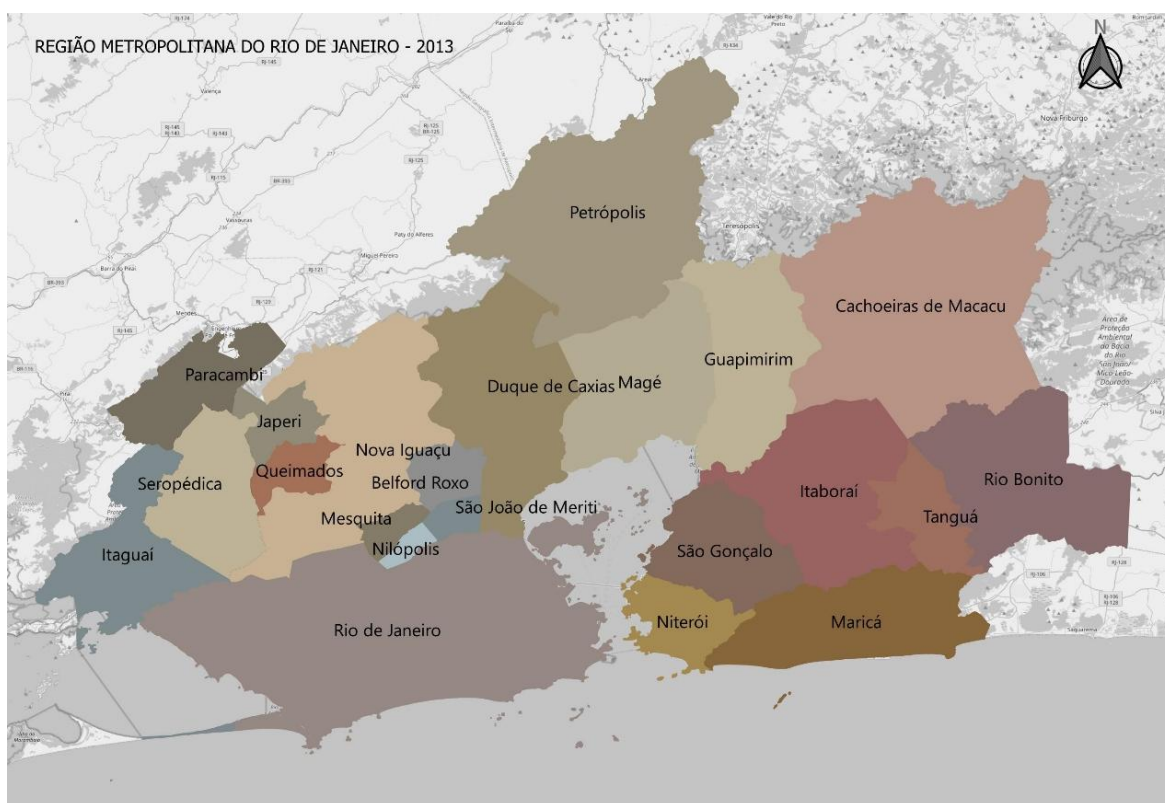
Como visto, a Região Metropolitana decorre “da institucionalização de um conjunto de municípios por meio da lei” (Ribeiro, 2024a, p. 28), porém, muitas RMs não refletem a realidade da dinâmica social. Existem no Brasil 80 regiões metropolitanas, número elevado em relação às regiões que realmente correspondem à influência econômica e social de caráter metropolitano no país, como é o caso das regiões metropolitanas criadas em Santa Catarina, muitas voltadas a uma tentativa de absorção maior de verba e repasse federal, e não reflexo das influências entre as cidades.

Já as regiões de influência que formam a metrópole, segundo a REGIC, são classificadas através das relações econômicas entre as cidades, relação de papéis políticos e de gestão, além de características populacionais, físicas e geográficas como contiguidades das manchas urbanas. É investigado também os movimentos pendulares, investigando os trabalhadores que não moram no município onde trabalham.

É importante considerar que a institucionalidade da Região Metropolitana muitas vezes não reflete a dinâmica econômica e físico-ambiental, e pode refletir somente o interesse político dessa integração. Utilizaremos, nessa dissertação, a conceituação de metrópole desenvolvida pela REGIC e utilizada pelo Observatório das Metrôpoles, por considerar um reflexo mais coerente das dinâmicas sociais no território.

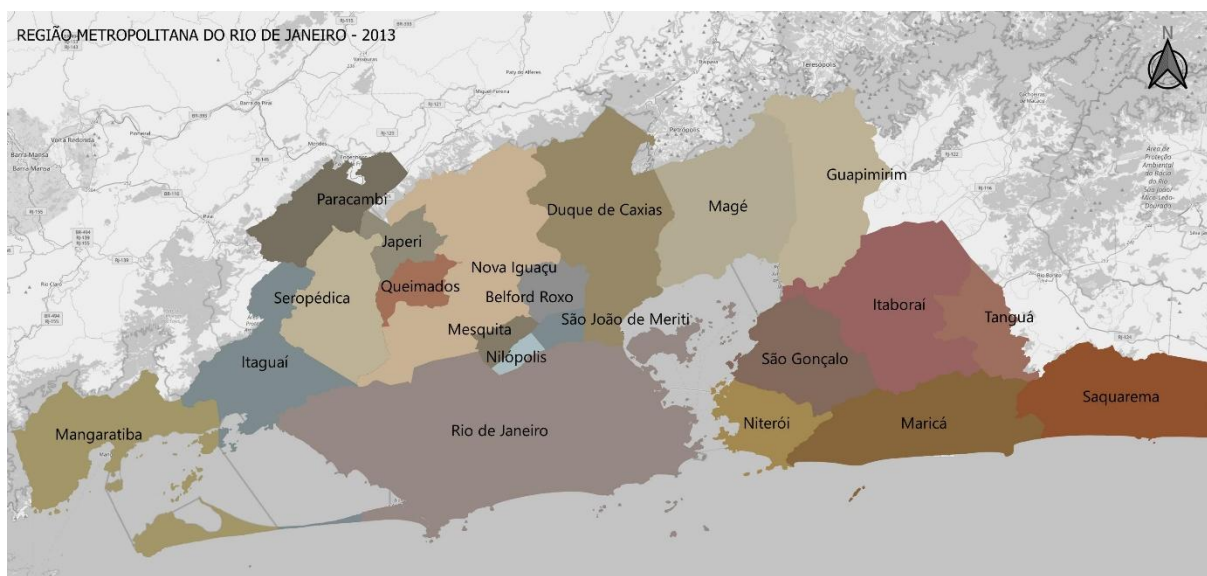
Porém, importante pontuar que, no caso do Rio de Janeiro, a RMRJ institucionalizada é bem parecida com a concentração urbana da metrópole do REGIC e utilizada pelo Observatório das Metrôpoles. As únicas cidades que não fazem parte da dinâmica econômica são Petrópolis, Rio Bonito e Cachoeira de Macacu, segundo o REGIC. Além da inclusão de Mangaratiba e Saquarema, devido as suas importantes contribuições econômicas e sociais para a dinâmica metropolitana.

**Mapa 03 – Região metropolitana institucionalizada**



**Fonte:** Elaboração própria

**Mapa 04 - RMRJ considerada pelo Observatório das Metrôpoles e REGIC**



**Fonte:** Elaboração própria

A metrópole do Rio de Janeiro passa pelo processo de desindustrialização descrito acima, porém com suas particularidades. Apesar de queda da indústria de transformação de alta tecnologia, como nas outras metrópoles, a RMRJ obteve crescimento expressivo no nível de média-baixa intensidade tecnologia. A metrópole Rio de Janeiro é a segunda maior do país em termos populacionais, ficando atrás somente de São Paulo, porém ocupa a segunda menor área de todas as Metrópoles, com o segundo menor número de cidades em sua rede, evidenciando a importância da capital da metrópole para a rede metropolitana e de uma população vivendo de forma mais adensada que outros arranjos.

Apesar da sua pequena área de influência, em relação à São Paulo, a metrópole do Rio de Janeiro possui o segundo maior PIB do país (IBGE, 2020). Traço contraditório, segundo o REGIC, pois o número de consumidores buscando bens e serviços é baixo para manter uma economia do tamanho da Metrópole. A explicação para o alto PIB é a capacidade que as atividades econômicas do Rio de Janeiro possuem de atuar em rede, criando ligações de longa distância com outras metrópoles (IBGE, 2020).

Além disso, é possível acrescentar as características históricas da cidade do Rio de Janeiro e sua composição como antiga capital do Brasil, fazendo-a concentrar, em poucas pessoas, níveis de renda altos e históricos. O território metropolitano também passa por uma crise econômica e social devido ao deslocamento da atividade

industrial para São Paulo, intensificando a renda na mão de poucos (Ribeiro; Ribeiro, 2015)

O processo de ocupação e expansão da RMRJ, assim como das outras metrópoles brasileiras na industrialização e desindustrialização, se configura em uma estrutura marcada pela desigualdade socioespacial (Santos *et al.*, 2013). O núcleo urbano, apesar de concentrar grande quantidade de equipamentos e serviços, possui áreas de favela próximas a áreas de maior poder aquisitivo, onde a ausência de serviços básico é bastante relevante, além da presença de grupos armados e intervenções policiais violentas contra direitos humanos básicos, caracterizando uma situação de proximidade física e distância social (Ribeiro, 2008).

O espaço físico como parte dos processos da sociedade é produtor e produto da dimensão social. Por isso, as características de fragmentação da Região Metropolitana são produto e produzidas através do modo de produção capitalista, onde as áreas afastadas do centro da metrópole sofrem um processo de fragmentação do território e a metrópole apresenta limites pouco precisos, representando uma espacialidade que se ajusta e tem resposta na lógica do mercado.

A dinâmica capitalista é traduzida na escala da metrópole através do aumento da precarização e da pobreza na população, vivenciada pelas trabalhadoras domésticas que vivem em bairros com pouca infraestrutura e poucos acessos, e na precarização de seu trabalho, com longas distâncias percorridas e ausência de direitos trabalhistas, ainda que conquistados legislativamente.

O processo brasileiro de urbanização acelerado, ao invés de eliminar a herança da exclusão, reproduziu-o e deu-lhe conformações de ilegalidade estrutural e baixíssima qualidade urbanística (Itikawa, 2016), conservando traços coloniais e patriarcais, estruturalmente construídos. A informalidade do trabalho, muitas das vezes, está atrelada a informalidade da moradia. O processo de urbanização e crescimento das cidades aloca os grupos sociais atrelados a trabalhos com pouca ou nenhuma regularidade na periferia, e, na maioria das vezes, sem regularidade de ocupação, uma irregularidade de ocupação territorial e ocupacional.

Devido aos processos de ocupação e distribuição demográfica das metrópoles, aliados a distribuição de transportes em uma malha rarefeita, e a de investimentos pontuais realizados pelo setor público e privado, a periferia apresenta uma configuração densa e descontínua predominantemente nas áreas afastadas da

metrópole (Davidovich, 2004). Estudos (Ribeiro; Ribeiro, 2015) pontuam também a necessidade de investigar além da dicotomia centro-periferia da grande metrópole, principalmente no Rio de Janeiro. O conceito de segregação residencial deve ser alargado, pois o Rio de Janeiro possui áreas de alto status sociais muito próximas territorialmente ao de baixo status social, vivenciado na metrópole. Para investigar a ocupação do trabalho doméstico e a vivência das trabalhadoras é necessário pensar além da dicotomia centro-periferia e investigar como são construídos os espaços de segregação vivenciado por elas.

### 3.1.1 Estrutura social e a importância do território

Importante aqui elencarmos a metodologia adotada na investigação da estrutura socioespacial desse capítulo e sua relação com as teorias abordadas. Partimos da premissa que o território também é fator determinante da construção de desigualdades. A distribuição dos recursos urbanos, recursos de produção, consumo coletivos e outros recursos necessários para garantir as condições de reprodução social na metrópole (Ribeiro, 2015) não são distribuídos de forma equânime e possuem maior substância e quantidade em territórios das camadas superiores da estrutura social. Ao investigar desigualdades no mercado de trabalho de classes sociais que apresentam características social e econômicas muito parecidas, o fator relevante a se considerar é seu local de moradia no interior da metrópole (Ribeiro, 2015).

Por isso, assim como diz M. Ribeiro e L. Ribeiro (2015), as desigualdades territoriais existentes nas metrópoles são relacionadas às desigualdades sociais. Esses efeitos ocorrem em relação dialética, em que as desigualdades territoriais encadeiam ou são desencadeadas a partir de modificação na estrutura social.

Segundo M. Ribeiro e L. Ribeiro (2015) as modificações que ocorrem no território são compostas de ciclo vicioso em que a segregação do território impede a superação da segregação através de rendimentos.

Pessoas que estão mais perto dos locais de concentração de emprego conseguem ocupação com maiores remunerações, têm menos custos de deslocamento e menos desgaste físico; ao contrário, as pessoas que estão mais distantes dos locais de concentração de emprego conseguem ocupações de menor rendimento, têm custos mais elevados de transporte e maior desgaste físico por realizarem cotidianamente longos deslocamentos (Ribeiro, 2015, p. 40).

Então, a configuração espacial tem relação dialética com as configurações sociais, econômicas e políticas. Assim como afirma Castells (2020), o espaço - e o espaço urbano - é produto e componente da estrutura social. Os conceitos de espaço urbano também estão relacionados ao que vai dizer Harvey sobre o espaço urbano. No sistema capitalista ele ganha um valor completo, que se apresenta como força produtiva para a acumulação capitalista em suas várias esferas produtivas (Harvey, 1973 *apud* Ribeiro, 2015), ao mesmo tempo que é objeto de acumulação para aquelas esferas produtoras do espaço urbano (Topalov, 1978 *apud* Ribeiro, 2015).

É importante também recorrer a conceituação da sociologia urbana marxista, que considera o território como produto e, ao mesmo tempo, componente da estrutura social. O espaço urbano é tanto ator da segregação socioespacial da força produtiva gerando valor, quanto objeto de acumulação. Por isso, é possível dizer que

o produto urbano se constitui sob condições contraditórias que são próprias do capitalismo, por isso mesmo é que se constitui de modo desigual, mas combinado, engendrando espaços onde se concentram as melhores condições de vida e espaços de condições precárias de sobrevivência. (Ribeiro, 2015, p. 44).

A definição de classe e fração de classe utilizada nessa dissertação para investigar a segregação socioespacial acometidas às trabalhadoras domésticas tem como base esquema de estratificação sócio-ocupacional realizado pelo Observatório das Metrópoles em 1990, construído por meio da variável ocupação (profissão), em que foram agrupadas de modo hierárquico 24 categorias, e estas classificadas em oito grupos (Ribeiro, 2015, p.34), e depois atualizada em 2023 para 35 categorias sócio-ocupacionais (Observatório Das Metrópoles, 2023).

O esquema de estratificação foi elaborado de acordo com o conceito de espaço social formulado por Bourdieu (2008),

onde as ocupações foram classificadas segundo sua representação em termos de capital cultural e de capital econômico, refletindo, portanto, posições sociais em termos de seu volume global de capital e, ao mesmo tempo, em termos de sua estrutura de capital (RIBEIRO, 2015, p. 34).

O Observatório das Metrópoles fez uma categorização das classes sociais a partir das determinadas categorias sócio-ocupacionais, considerando, também, características para além de sua ocupação, como posições sociais de renda, escolaridade, situação ocupacional e outros (Ribeiro; Ribeiro, 2015). As categorias

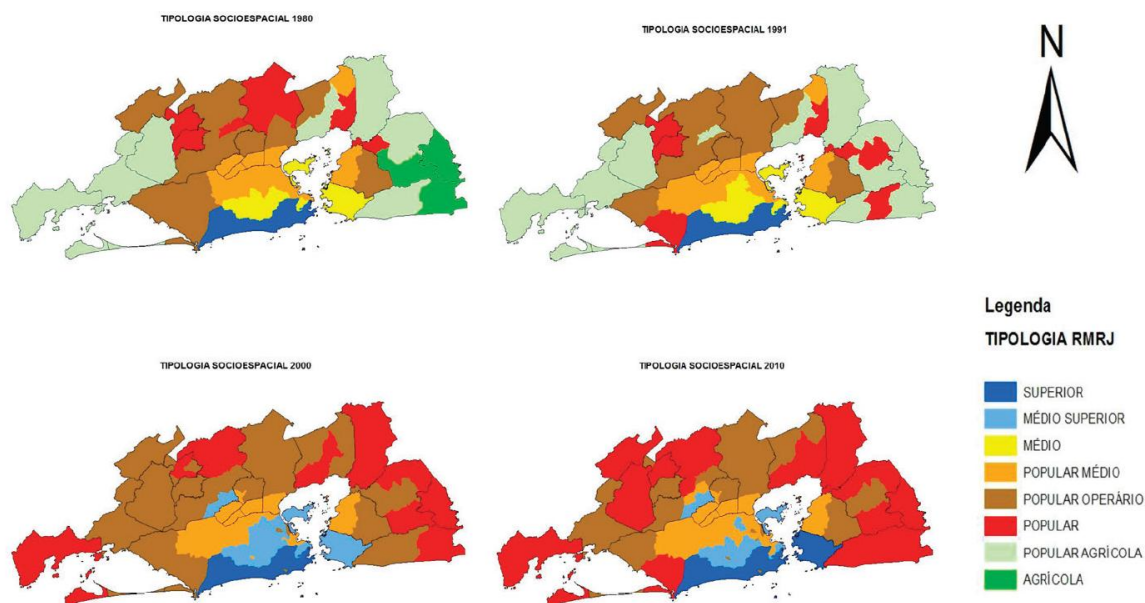
sócio-ocupacionais (CAT) trabalhadas pelo Observatório foram depois revistas em 2023 (Observatório das Metrópoles, 2023), considerando as mudanças ocorridas nas últimas décadas, complexificando e atualizando as CATs acordo com as modificações observadas na estrutura de ocupação capitalista.

As categorias sócio-ocupacionais são importantes chaves de análise para investigações sobre os padrões de segregação e desigualdades construídas no território metropolitano. Muitas categorias unem diversas ocupações, por exemplo, pela sua pouca relevância individual e por possuírem características sociais e econômicas semelhantes a outras categorias, mas a ocupação do trabalho doméstico sempre foi uma categoria isolada, isso pela sua relevância numérica, histórica, social e econômica.

As trabalhadoras domésticas estão posicionadas na fração de classe do subproletariado caracterizado pelo baixo status social, fragilidade ocupacional e precariedade nas relações de trabalho (Observatório das Metrópoles, 2023). Junto as trabalhadoras domésticas estão os trabalhadores do serviço de entrega, trabalhadores dos serviços de limpeza e trabalhadores ambulantes e biscateiros. É a categoria com menos rendimento na vida urbana e a que menos recebe dentro do subproletariado.

Um dos exemplos de investigações do padrão de segregação a partir do esquema desenvolvido pelo OM foi realizado por Ribeiro e Ribeiro (2015), onde mapeiam através das CATs quais são as ocupações de trabalho predominantes pelos seus moradores no território. Essa investigação ampliada na metrópole do Rio de Janeiro ao longo dos anos é importante para localizar onde moram as pessoas de determinadas categorias sócio-ocupacionais, relacionando suas condições de moradia com acessos ao mercado de trabalho.

**Mapa 05 - Tipologia socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**



Fonte: Observatório das Metrôpoles (Ribeiro; Ribeiro, 2015)

Na tipologia socioespacial apresentada pelos autores, é importante observar, ao longo dos anos, um aumento das áreas com maior concentração relativa de habitantes da categoria sócio-ocupacional popular operário para as habitantes das categorias populares, predominantes nos municípios que fazem fronteira com o Rio de Janeiro e com Niterói. Além de predominância das áreas de nível superior somente na Zona Sul, Barra da Tijuca e Grande Tijuca no Rio de Janeiro e em Niterói. A territorialização dessas áreas será investigada com mais detalhes no decorrer dos capítulos e será importante ponto de análise para a investigação do trabalho doméstico.

### 3.2 O trabalho doméstico na formação da cidade do Rio de Janeiro

Assim como diz Costa Pinto (1953), o trabalho doméstico é uma importante chave de investigação para contextualizar a segregação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro. Os dados de Costa Pinto (1953) têm como foco a cidade do Rio de Janeiro, capital da metrópole, apesar de não abarcar toda a região metropolitana, consideramos de suma importância apresentar e investigar os dados debatidos por ele, devido à relevância e à singularidade das reflexões, associadas as hipóteses dessa dissertação.

A trabalhadora doméstica em 1940, período estudado pelo autor, morava em sua maioria, na casa de suas patroas. Por isso, investigar como a população negra morava nos bairros do Distrito Federal, capital da metrópole, nos anos 1940 tem importante influência no lugar de moradia das trabalhadoras domésticas.

A cidade do Rio de Janeiro em 1940 apresentou aumento da porcentagem de pessoas brancas em relação às negras, segundo estudos desenvolvidos por Costa Pinto (1953). A população branca, entre 1872 e 1940, passou de 38,11% para 63,52% e a população negra, de 61,89% para 35,88% (Pinto, 1953, p.45). Apesar do crescimento massivo de pessoas brancas, o Rio de Janeiro neste período teve mais negros do que brancos em relação a qualquer outro estado da Região Sul, porém, é inferior em relação à média nacional. Segundo Costa Pinto (1953), isso ocorreu devido ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ser o centro industrial de importância nacional com a maior concentração urbana do País, importantes fatores que dão particularidade a ordem econômica e sociológica que aconteceu na região fluminense.

A cidade do Rio de Janeiro, em 1950, nos estudos demográficos apresentados por Costa Pinto (1953), apresentava um maior número de mulheres do que homens, e relevante porcentagem de mulheres negras em relação aos homens negros. Segundo dados expostos por Costa Pinto, em 1950, no Rio de Janeiro, 48,1% da população era composta por homens e 51,1% de mulheres, mas as mulheres negras correspondem a 16% do total enquanto os homens negros 13,4%.

O dado expõe importante fator relacionado à alta migração interna das mulheres negras de diversos pontos do território nacional para a metrópole. Essa migração, que ocorreu massivamente nesse momento histórico, mas que possui reflexos migratórias até hoje, chegava nas metrópoles, e no caso específico ao Rio de Janeiro, para compor principalmente a mão de obra do trabalho doméstico.

A migração era composta por uma população adulta entre 20 e 39 anos, que partia para a metrópole em busca de oportunidade de emprego. As mulheres, maioria nas migrações, participavam principalmente das ocupações de serviço doméstico, depois das indústrias têxteis, e, por último, das oportunidades de trabalho de serviços gerais, como escritórios e repartições públicas (Pinto, 1953, p. 52).

O êxodo das mulheres negras entre os 20 e 29 anos tem como localidade original as zonas rurais adjacentes, segunda Costa Pinto (1953), especialmente do interior do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (Pinto, 1953, p. 55).

É possível aqui fazer relação com a história das entrevistas que serão apresentadas no capítulo seguinte. A família de Ruth, assim como a de muitas outras, veio do interior de Minas Gerais para trabalhar no Rio de Janeiro, e sua avó exercia o trabalho doméstico.

Nos anos 1950, também foi visível a migração entre as mulheres brancas no grupo entre 20 e 29 anos, que também preenchiam a ocupação do trabalho doméstico, mas em menor proporção, sendo mais requisitadas para serviços em escritórios e repartições. As imigrações do exterior eram predominantemente realizadas por homens, porém, nas migrações internas predominavam as mulheres, diferença relevante para investigar o preenchimento dos postos de trabalho naquela época e suas relações com mobilidade social das mulheres negras até hoje.

A industrialização também foi marco importante para o avanço das mulheres no mercado de trabalho. A quantidade de mulheres no mercado de trabalho, segundo Costa Pinto (1953), era maior no Rio de Janeiro em 1940 do que no conjunto do Brasil, corroborando para o fenômeno de migração urbano rural, realizado por essas mulheres, e uma particularidade social construída no Distrito Federal com a industrialização.

A ocupação de maior número de mulheres neste período é o trabalho doméstico, e as mulheres negras trabalham no serviço remunerado em maior proporção do que as brancas. Por isso, investigar o trabalho doméstico é pontuar a importância do papel condicionador dessa posição social, principalmente para as mulheres negras. Desde a infância, atitudes e estereótipos são relacionados às mulheres negras, associando-as a uma posição social cristalizada que tem como uma das características o trabalho doméstico.

Segundo Costa Pinto, comparando com o total da população masculina ocupada no Rio de Janeiro, os trabalhadores domésticos deste sexo representam 1,48% em 1950, já as mulheres trabalhadoras domésticas representam 9,03% da população feminina ocupada (Pinto, 1953, p. 105). O forte traço feminino no trabalho doméstico é visto ao longo dos anos até os dias atuais, como demonstraremos nos próximos capítulos.

Muitas famílias, segundo Costa Pinto (1953) — e aqui podemos acrescentar, os homens dessas famílias — preferiam as mulheres no mercado de trabalho através do trabalho doméstico ao invés do trabalho nas indústrias, ocupação de grande

porcentagem executada pelos homens no início do processo de industrialização. Isso devido à familiaridade com o trabalho doméstico, executado sempre pelas mulheres, e à segurança e à reprodução de papéis sociais. Os homens não gostariam de ver suas esposas ou filhas nas fábricas reproduzindo papéis não dedicados a elas socialmente. A luta das mulheres feministas para serem equiparadas aos homens no trabalho da indústria é um exemplo da facilidade de aceitação e vinculação das mulheres ao trabalho doméstico pela sociedade.

Qualquer atividade extra-doméstica remunerada a que uma mulher se dedicasse era bastante para afastá-la do tipo ideal da mulher da classe dirigente; por outro lado, [...] o serviço doméstico era a grande oportunidade de ocupação feminina, [...], que via numa 'casa de família' um ambiente melhor para suas filhas do que numa 'oficina'. (Pinto, 1953, p. 50).

Nos anos 1950, dentre os homens trabalhadores do serviço doméstico, a maioria era de brancos, totalizando 58,53%. Porém, em relação ao número total de trabalhadores pretos e pardos no Rio de Janeiro, 3,41% eram empregados domésticos, enquanto entre os brancos, somente 1,17% tinham essa ocupação (Pinto, 1953). É possível então concluir que, apesar do maior número de trabalhadores brancos, a ocupação é mais relevante para os negros do que para os brancos.

Os homens brancos ocupavam, em sua maioria, as ocupações do serviço doméstico que exigiam certas habilidades e capacitação, como mordomo, copeiro, chofer de carros particulares, jardineiro, ou funções no serviço doméstico de hotéis de maior preço. Evidenciando também a preferência social por pessoas brancas em serviços desse tipo, que possui maior contato com o público ou patrões.

Já as atividades que exigiam menor grau de capacitação eram menos remuneradas e executadas em ambientes longe de seus patrões, como na cozinha e área de serviço e, por isso, eram em sua maioria executadas por mulheres negras através das lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras etc.

Entre as mulheres em 1940, e como visto até hoje, o maior número de trabalhadoras domésticas eram mulheres negras. A cada 100 mulheres pretas presentes no Rio de Janeiro, 31,47 eram empregadas domésticas. Segundo Costa Pinto (1953), a ocupação do trabalho doméstico em 1940 tem forte influência na construção e distribuição social das pessoas negras pela cidade. Isso considerando que, primeiro, não são todas as famílias que contratam o serviço doméstico remunerado e, sendo ele contratado, em sua maioria, pelas famílias de maior renda,

não se distribuem igualmente no território metropolitano; segundo que a maioria das trabalhadoras domésticas eram mulheres negras; e, por último, devido as trabalhadoras domésticas naquele período dormirem, em sua maioria, em seus locais de trabalho.

Essas circunstâncias colaboram para o aumento de moradoras negras em regiões mais abastadas da cidade, no caso do Rio de Janeiro, na Zona Sul, onde, devido a condição racial, social e econômica, não predominavam as mulheres negras de baixa escolaridade.

A grande concentração das trabalhadoras domésticas em 1940 no Rio de Janeiro encontrava-se nos bairros residenciais das classes de maior poder aquisitivo como Copacabana, Santa Teresa, Glória, Lagoa e Tijuca. Segundo Costa Pinto (1953), embora esses bairros em conjunto tivessem 32,19 % da população da cidade, ali se encontravam 69,05% dos empregados domésticos, e as demais áreas da cidade tinham pouco mais de 30% dos empregados domésticos. Em mapa abaixo, indicamos os bairros de maior concentração de trabalhadoras domésticas, e também os bairros de grande poder aquisitivo na época.

**Mapa 06** – Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e Niterói (1935)



**Fonte:** Geographisches Institut J. Köhler. Data: 1935 Disponível em: <https://www.imagnerio.org/iconography/maps/28707442>. Inserção própria do nome dos bairros

**Tabela 01** - Empregados domésticos, segundo a sexo e a cor, nas diversas zonas do Distrito Federal (1940)

*Empregados domésticos, segundo o sexo e a cor, nas diversas zonas do Distrito Federal. (\*)*  
(1940)

(DADOS PROPORCIONAIS A 100 EMPREGADOS EM CADA ZONA)

| ZONAS           | HOMENS |        |          |        |       | MULHERES |        |          |        |       | HOMENS<br>E<br>MULHERES |
|-----------------|--------|--------|----------|--------|-------|----------|--------|----------|--------|-------|-------------------------|
|                 | Branco | Pretos | Amarelos | Pardos | Total | Branco   | Pretas | Amarelas | Pardas | Total |                         |
| 1. <sup>a</sup> | 13,27  | 5,33   | 0,12     | 4,15   | 22,87 | 31,37    | 32,35  | 0,24     | 13,15  | 77,13 | 100,00                  |
| 2. <sup>a</sup> | 16,28  | 5,09   | 0,05     | 5,05   | 26,47 | 25,68    | 28,80  | —        | 19,05  | 73,53 | 100,00                  |
| 3. <sup>a</sup> | 12,61  | 3,40   | 0,06     | 3,52   | 19,61 | 29,14    | 29,38  | 0,08     | 21,79  | 80,39 | 100,00                  |
| 4. <sup>a</sup> | 8,37   | 2,69   | 0,05     | 2,39   | 13,50 | 27,45    | 35,26  | 0,13     | 23,66  | 86,50 | 100,00                  |
| 5. <sup>a</sup> | 5,03   | 3,00   | 0,02     | 1,95   | 10,00 | 20,81    | 45,33  | 0,13     | 23,73  | 90,00 | 100,00                  |
| 6. <sup>a</sup> | 6,80   | 3,85   | —        | 1,74   | 12,39 | 20,07    | 46,63  | 0,10     | 20,81  | 87,61 | 100,00                  |
| 7. <sup>a</sup> | 8,33   | 3,64   | —        | 3,50   | 15,47 | 20,47    | 37,83  | 0,11     | 26,12  | 84,53 | 100,00                  |
| 8. <sup>a</sup> | 18,11  | 4,01   | —        | 6,21   | 28,33 | 20,65    | 28,99  | 0,04     | 21,99  | 71,67 | 100,00                  |
| TOTAL           | 8,15   | 3,14   | 0,03     | 2,61   | 13,93 | 24,22    | 38,41  | 0,12     | 23,32  | 86,07 | 100,00                  |

(\*) A distribuição das circunscrições pelas zonas urbanas é a seguinte

| ZONAS           | CIRCUNSCRIÇÕES QUE COMPREENDE                                  |
|-----------------|----------------------------------------------------------------|
| 1. <sup>a</sup> | Candelária, S. José, Ajuda                                     |
| 2. <sup>a</sup> | S. Domingos, Sacramento, Ilhas, S. Rita, Gambôa                |
| 3. <sup>a</sup> | S. Antônio, Sta. Ana, Espírito Santo                           |
| 4. <sup>a</sup> | S. Tereza, Glória, Lagoa, Copacabana, Gávea                    |
| 5. <sup>a</sup> | Engenho Velho, Rio Comprido, Tijuca, Andaraí                   |
| 6. <sup>a</sup> | Engenho Novo, Meyer, S. Cristovão                              |
| 7. <sup>a</sup> | Piedade, Penha, Irajá, Pavuna, Madureira, Jacarepaguá, Inhaúma |
| 8. <sup>a</sup> | Campo Grande, Guaratiba, Sta. Cruz, Realengo                   |

Fonte: Pinto, 1953, p.127.

Na tabela acima, feita por Costa Pinto (1953), são evidenciados os trabalhadores domésticos nas diversas zonas do então Distrito Federal. É importante levar em consideração que o gráfico não explicita a quantidade de trabalhadores por região, mas faz uma porcentagem dos trabalhadores por raça. A primeira observação relevante é a presença de trabalhadores doméstico em todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro, e a presença sempre maior de mulheres pretas e pardas ao invés das brancas, com somatória sempre acima da metade das trabalhadoras.

A porcentagem das mulheres pretas também é a maior em todas as zonas. Conforme veremos mais à frente, nos dados investigados desde 1980 até hoje, a porcentagem de mulheres negras é sempre maior que a metade, porém, hoje em dia a maior porcentagem são sempre de mulheres pardas.

Como sabido, o movimento negro, desde a década de 70, engloba as categorias censitárias de pretos e pardos como uma categoria analítica e política

negra. É sabido também que a etnização sofrida pelo povo preto do Brasil tem raízes das políticas de branqueamento desenvolvidas pelo Estado (Nascimento, 2016). Por isso, apesar das diferentes formas de segregação atrelado a amplitude da coloração do povo negro no Brasil, as mulheres pretas e pardas ocupam, na nossa estrutura social e política o mesmo local social historicamente construído para os negros, e assim, dificultando formas de ascensão e mobilidade social (Gonzalez, 2020).

Segundo o autor, é evidente a influência e importância do trabalho doméstico sobre a composição étnica da população de algumas zonas urbanas do Rio de Janeiro. Copacabana, Santa Teresa e Glória, por exemplo, têm 83,96% em 1940 de homens brancos, enquanto entre as mulheres esta proporção cai para 74,43%, diferença evidentemente relacionada ao contingente de mulheres negras trabalhadoras domésticas nessas áreas.

Além do trabalho doméstico, as favelas também são importantes territórios de predominância negra, como pontuado por Costa Pinto (1953) e ocorrido até os dias atuais. No Rio de Janeiro de 1940, as favelas estavam espalhadas em todo o território e, por isso, aumentam a porcentagem de pessoas negras em bairros considerados ricos como Gavea e Leblon.

Segundo Costa Pinto (1953), a porcentagem de pessoas negras na favela em 1940 no Rio de Janeiro era quase o triplo da proporção de pessoas negras na população total na cidade: “Dentre cada 100 habitantes do Rio de Janeiro - aproximadamente 29 é negra; de cada 100 habitantes - aproximadamente 7 vivem nas favelas; de cada 100 habitantes das favelas - aproximadamente 71 é negra” (Pinto, 1953, p.130). Evidenciando a forte relação entre raça e as ocupações de favela, onde o padrão de segregação socioespacial dos grupos raciais fica mais explícito.

É sabido que as favelas localizadas na Gavea e no Leblon, locais onde houve aumento da população negra e eram um traço evidente da segregação racial na zona sul, foram dizimadas no final dos anos 1960 por incêndios criminosos e forçada desocupação (Brum, 2012), como a favela da Praia do Pinto, diminuindo drasticamente a ocupação de pessoas negras e de menor poder aquisitivo nesses bairros. Ainda assim, atualmente a segregação vivida no Rio de Janeiro ainda tem características presentes em escalas locais, com favelas consolidadas da zona sul do Rio de Janeiro, como o conjunto de favelas Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, situado

entre os bairros de Copacabana e Ipanema, bairros de maior poder aquisitivo e símbolos da zona sul carioca.

Assim, como diz Lazzo Matumbi, em sua canção intitulada 14 de maio, na qual reflete as consequências da abolição do Brasil e a falta de medidas compensatórias e sociais para a população negra, o negro “levando a senzala na alma, subiu a favela / pensando em um dia descer, mas eu nunca desci” (14 DE MAIO, 2019).

Ainda que boa parte das trabalhadoras domésticas morem na casa dos seus patrões nos anos 1950, dentre os habitantes de favela, o trabalho doméstico era a ocupação da maioria das mulheres, seguido da indústria da transformação. Esse importante dado relaciona a característica do trabalho doméstico, em sua maioria realizado por mulheres negras, e seu local de moradia, apesar de muitas morarem na casa dos seus patrões, boa parte delas também moravam nas favelas, território predominantemente negro.

**Tabela 02** - Habitantes das favelas do Rio de Janeiro, segundo o ramo de atividade e o sexo. (1949)

### QUADRO XXI

#### *Habitantes das favelas do Rio de Janeiro, segundo o ramo de atividade e o sexo.*

(1949)

| <i>Atividade</i>                                   | <i>Homens</i> | <i>Mulheres</i> | <i>Total</i>   |
|----------------------------------------------------|---------------|-----------------|----------------|
| Agricultura .....                                  | 101           | 35              | 136            |
| Indústrias em geral .....                          | 11.395        | 2.894           | 14.289         |
| Construção civil .....                             | 10.573        | —               | 10.573         |
| Comércio .....                                     | 4.602         | 608             | 5.210          |
| Transportes e comunicações ..                      | 4.043         | 21              | 4.074          |
| Administração, segurança pública e defesa nacional | 2.834         | 105             | 2.939          |
| Empregos domésticos .....                          | 2.375         | 9.531           | 11.906         |
| Inativos e outras .....                            | 33.030        | 56.680          | 89.710         |
| <b>TOTAL</b> .....                                 | <b>68.953</b> | <b>69.884</b>   | <b>138.837</b> |

Fonte: Pinto, 1953, p.135.

Nos dados expostos por Costa Pinto (1953) acima, é importante considerar que o maior contingente de inativos e de ocupações não especificadas são mais da metade de crianças de entre 0 e 13 anos de idade, que totalizam 46.869, impropriamente incluídos nessa tabela de ocupações.

Segundo dados, é possível considerar que, da grande massa da população ocupada das favelas em 1949 no Rio de Janeiro, os trabalhadores homens ocupavam principalmente as indústrias em geral, da construção civil, nos transportes e no comércio, e as trabalhadoras mulheres são domésticas (Pinto, 1953, p. 135).

Outra informação importante trazida pelo autor era a origem de nascimento dos moradores de favela em 1950. Segundo ele, mais da metade dos moradores eram provenientes de outros estados, reforçando a hipótese de que as migrações nacionais eram em grande porcentagem de pessoas negras que iam para a cidade à procura de trabalho. 61,86% da população das favelas era oriunda de outros pontos do território nacional (Pinto, 1953).

Outra característica social importante trazida pelo autor é o analfabetismo. Em 1940 ele era maior entre as mulheres negras e principalmente entre as trabalhadoras domésticas. O número de analfabetos era de 36,12 entre 100 homens pretos e de 54,08 entre 100 mulheres da mesma cor (Pinto, 1953, p. 149-150).

Além disso, é evidente a pouquíssima mobilidade social para as mulheres negras neste período histórico. “Entre as pretas como entre as pardas, as maiores quotas de alfabetizadas aparecem, coincidentemente, nas zonas urbanas onde maior é a concentração residencial daqueles grupos, ou seja, nos subúrbios da região Nordeste da cidade” (Pinto, 1953, p. 151).

Estas informações são evidenciadas pelo fato de que as analfabetas, em sua maioria, eram trabalhadoras domésticas que moravam na casa de seus patrões. O bom índice de alfabetizadas nos subúrbios de predominância preta também demonstra as dificuldades de ascensão social das mulheres negras decorrente somente da alfabetização.

A mobilidade social da mulher negra, segundo o autor, era árdua e recente, “que não ocorre sem ter que vencer certas resistências, algumas abertamente declaradas” (Pinto, 1953) como a construção social da mulher negra voltada somente a uma hiper sexualização ou ao trabalho doméstico.

Indicadores da ocupação do trabalho doméstico e da composição das favelas no Rio de Janeiro nos anos 1940 demonstram que a forma de distribuição da população negra em áreas mais abastadas economicamente só é explicada em função da ocupação e posição social, evidenciando traços específicos da segregação social vivida nas cidades brasileiras. Assim, se constata que o trabalho doméstico é importante chave analítica para compreender a segregação social vivida pelas mulheres negras.

### **3.3 O território da RMRJ através da posição socioespacial do trabalho doméstico nos últimos quarenta anos**

A partir de 1980, na RMRJ, conforme vimos, ocorreu um processo acentuado de desindustrialização (Ribeiro; Ribeiro, 2015), em que são evidenciadas modificações na forma do trabalho e no processo de acumulação do capital, gerando novos contornos para a metrópole. A retomada da democracia, aliada ao esgotamento do modelo de substituição de importações e modificações próprias da dimensão social fez as características do espaço metropolitano se modificarem (Ribeiro; Ribeiro, 2015), além das transformações relativas ao surgimento de novas centralidades associada ao comércio e serviços.

Considerando tais mudanças sociais e econômicas, a investigação dos dados das ocupantes do trabalho doméstico realizada neste capítulo compara dados do censo demográfico do IBGE de 1980 e 2010. As ausências de dados completos do Censo Demográfico de 2022 fazem essa comparação não ser realizada até o período atual, porém os dois anos analisados servirão de importante compreensão das modificações vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas nos últimos anos.

A escolha comparativa, partindo dos anos 1980, também tem relação com as características de envelhecimento da população geral brasileira e de como é reverberado no trabalho doméstico. É importante considerar nessa investigação a faixa geracional vinda em movimento migratório para o Rio de Janeiro, e sua inserção desde muito novas no trabalho doméstico, sua permanência nessa ocupação até hoje, ou as que migraram para outras ocupações.

A análise de dados que segue tem a função de expor as características, de modo interseccional, das trabalhadoras domésticas, correlacionando diferentes posições de sexo, raça e idade. É sempre importante considerar que essa categorização de dados é um recorte estatístico decorrentes do escopo do Censo Demográfico do IBGE, e de um período histórico, porém, as características sociais não são estáticas. Além disso, as categorizações utilizadas pelo IBGE não são marcadores sociais determinantes para as posições sociais, pois, ao invés disso, os dados são reflexos das posições sociais construídas historicamente.

### **3.3.1 Análise comparativa do perfil da trabalhadora doméstica em 1980 e 2010**

Importante evidenciarmos, antes de tudo, as modificações e permanências das ocupações de trabalho entre 1980 e 2010. e suas relações com o trabalho doméstico. Diferente das outras metrópoles brasileiras, por ter sido capital do Brasil, o Rio de Janeiro apresentava, já em 1980, segundo Luiz Cesar Ribeiro e Marcelo Ribeiro (2015), uma porcentagem considerável de ocupações médias em sua estrutura social, totalizando 30,6%, e tornando-se o grupo sócio-ocupacional de maior participação.

As ocupações médias, segundo relatório da estrutura sócio-ocupacional desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, produzido em 2015, são as ocupações de escritório, ocupações técnicas, de supervisão média de saúde e educação e outros. Importante evidenciar que essa estrutura foi atualizada posteriormente, mas os tipos de ocupação servem de base para investigarmos as características da metrópole carioca.

Além disso, é importante considerar a relevante porcentagem de profissionais do nível superior em relação a outras metrópoles, e, também em 1980, a pouca quantidade de ocupações relacionadas aos grupos de dirigentes. A maioria delas pertencia ao setor privado, evidenciando a transferência dos dirigentes dos setores públicos para a capital Brasília (Ribeiro; Ribeiro, 2015). Outro setor relevante era o grupo secundário, que consistem nos trabalhadores da construção civil e indústria tradicional, com 25,3% dessa ocupação, ainda que tenha diminuído porcentagem em relação a década anterior. O que se evidencia no setor secundário, segundo os autores, é que a maior porcentagem das ocupações eram trabalhadores da

construção civil, comprovando que o setor industrial não foi a principal atividade dessa metrópole (Ribeiro; Ribeiro, 2015).

Voltando para o setor de trabalhadores em que está inserido o trabalho doméstico, em 1980, os trabalhadores do terciário especializado e não especializado somam um terço do total de ocupados, que incluem os trabalhadores do comércio, ambulantes e as trabalhadoras domésticas, corroborando para a grande porcentagem de pessoas que compõem as camadas mais inferiores da estrutura social na metrópole do Rio de Janeiro. Por isso, segundo os autores, é possível dizer que a metrópole de 1980 era caracterizada como uma metrópole de serviços modernos de posições mais elevadas da estrutura social com as ocupações médias, e de serviços considerados tradicionais e associados aos serviços especializados e não especializados, que se localizam em posição inferior na estrutura social e onde se encontra o trabalho doméstico (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 168).

Importante destacar, nesse momento histórico, assim como reafirma Costa Pinto (1953) para 1940 e 1950, a relevância do trabalho doméstico para a formação do território carioca metropolitano. Pois, no espaço metropolitano, conforme afirmado por Ribeiro e Ribeiro (2015), as classes ou camadas superiores da estrutura social, detentores de capital econômico e capital cultural, muitas vezes estão ocupando as porções de território de maior prestígio social junto com as trabalhadoras domésticas e ocupações de servidão. Enquanto o operariado, representado pelos trabalhadores da indústria moderna e trabalhadores da indústria tradicional, junto com operários da construção civil e trabalhadores agrícolas, ocupavam porção divergente do território.

A presença dos empregados domésticos junto às camadas superiores da estrutura social corresponde ao momento da sociedade brasileira em que esses trabalhadores, em sua grande maioria, residiam nas casas dos patrões. E, apesar de ser uma categoria que ocupa posição inferior na estrutura social, tendia a se concentrar nas áreas onde também se concentravam as camadas superiores da estrutura social (RIBEIRO; RIBEIRO, 2015, p. 177).

Já em 1990, segundo os autores, a estrutura social sofreu mudanças, mas seguiu o processo visualizado em 1980, tornando-se cada vez mais terciária e o setor secundário perdendo cada vez mais importância. Isso ocorre devido ao processo de desindustrialização citado acima. Para os autores, importante conceituação desse momento para o sistema capitalismo brasileiro foi a “des-complexificação e des-diferenciação da estrutura social”, isso porque a metrópole contém tendência à

simplificação das clivagens em torno de oposições classes superiores-classes populares ou ricos-pobres (Ribeiro, 2015, p.20), aumentando o antagonismo e a desigualdade de grupos sociais.

Em 1990, segundo Ribeiro e Ribeiro (2015), a diminuição do trabalho doméstico executado por trabalhadoras que dormiam na casa de seus patrões foi importante fator para a modificação da estrutura socioespacial, pois “essa camada social tem diminuído sua concentração territorial nos espaços onde se concentram as camadas mais superiores da estrutura social, podendo significar uma mudança importante na sociedade brasileira” (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 178), corroborando para maior clivagem e desigualdades entre os grupos sociais no território.

Na primeira década do século XXI, modificou a dinâmica que ocorria tanto em 1980 quanto em 1990 devido à maior estabilidade econômica nacional “redução do desemprego, aumento do trabalho formal, aumento real do salário mínimo e redução das desigualdades de renda” (Barros, 2010 *apud* Ribeiro; Ribeiro, 2015). Devido a essas modificações, ocorre um aumento da participação dos profissionais de nível superior, uma diminuição da participação das ocupações médias e uma estabilização na base da estrutura social, em que se encontram as trabalhadoras domésticas. A estabilização na base da estrutura social, segundo os autores (Ribeiro; Ribeiro, 2015), teve como consequência um aumento do número de trabalhadoras domésticas e prestadores de serviços no terciário não especializado, pois ocorreu uma diminuição dos ambulantes.

As modificações e permanências nos grupos sócio-ocupacional entre 1980 e 2010 trazem duas importantes análises que aqui serão trabalhadas e incorporadas a partir do trabalho doméstico. Ribeiro e Ribeiro (2015) reafirmam que, apesar de uma tendência à dualização das cidades globais, na metrópole do Rio de Janeiro continuou importante a presença das camadas médias, refletindo mudanças específicas nas categorias de trabalho. O antagonismo de classe foi visto entre camadas superiores e classes populares, e não mais entre camadas superiores e operariado. É uma estrutura social com elevada segregação e terciarizada, “marcada pela maior presença dos grupos sociais vinculados ao terciário moderno – profissionais de nível superior – e ao terciário tradicional – trabalhadores do terciário especializado e não especializado” (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 174).

Nessa estrutura, como vimos, a importância do trabalho doméstico segue presente para a estrutura social metropolitana, relacionando a importância do capital mercantil para as posições sociais da metrópole e como dinamizador da acumulação urbana no Rio de Janeiro (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 175), por serem atividades prioritariamente relacionadas ao comércio e a prestação de serviços.

Os grupos sociais detentores de capital, ainda que o espaço metropolitano sofra mudanças devido às mudanças sociais, continuam a comandar os processos territoriais e a eles são reservados os espaços exclusivos na metrópole, abastecidos de infraestrutura.

O Observatório das Metrôpoles (Ribeiro, 2015) tem uma perspectiva alargada de centro metropolitano, onde esses grupos sociais moram, relacionando os distritos que concentram relativamente os grupos sociais das camadas superiores da estrutura social. Utilizaremos essa classificação para investigar a segregação socioespaciais das trabalhadoras domésticas.

Centro metropolitano, aqui, diz sobre sua dimensão social e não geográfica, propriamente dita, e se situa na área da metrópole denominada de Zona Sul (Copacabana, Ipanema, Leblon etc.), os bairros em torno da Tijuca (Vila Isabel, Grajaú e Tijuca) e também os bairros em torno da Barra da Tijuca (Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca), todos situados no município do Rio de Janeiro, que dá nome à Região Metropolitana. É possível também considerar como centro metropolitano a Zona Sul do município de Niterói, município que foi capital do estado do Rio de Janeiro até 1975, e que possui moradores de elevado status econômico, cultural e social (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 34).

Em 1980, por exemplo, o distrito que mais concentrava grupos sociais das camadas superiores era o da Lagoa, que incorporava os bairros da Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Ipanema e Leblon. Em 1991, 2000 e 2010, além do distrito da Lagoa, foi incorporado a Barra da Tijuca que passou a se destacar e concentrar grupos sociais das camadas superiores (Ribeiro; Ribeiro, 2015, p. 181).

O número de pessoas ocupadas no trabalho doméstico em relação ao total de pessoas ocupadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro teve em seu percentual leve queda de 1980 a 2010. No Censo de 1980, 9,5% das pessoas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, número que em 2010 era 9,2%. A porcentagem no Brasil, de pessoas ocupadas pelo trabalho doméstico, ao longo dos anos, sempre foi estável,

girando em torno de 5 a 6% (Fernandes; Carvalho, 2020), porém, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro esse número é mais expressivo do que a porcentagem nacional, o que revela a importância do trabalho doméstico na RMRJ.

Em relação a diferença de sexo, a RMRJ é um reflexo do Brasil do caráter feminino dessa ocupação, com 95,4% de trabalhadoras nos anos 1980 e 94,9% em 2010. Uma característica de estabilidade em uma ocupação predominantemente feminina por razões históricas coloniais e generificadas.

Os dados da tabela permitem dizer que, apesar da redução da proporção de homens na população total dos ocupados, eles continuam sendo maioria e, mesmo assim, o trabalho doméstico é ocupado predominantemente por mulheres, na comparação entre 1980 e 2010.

**Tabela 03** - Trabalhadores domésticos e pessoas ocupadas segundo o sexo da Região Metropolitanas do Rio de Janeiro - 1980 e 2010

| Sexo                            | 1980  | 2010  |
|---------------------------------|-------|-------|
| <b>Trabalhadores Domésticos</b> |       |       |
| Masculino                       | 4,6   | 5,1   |
| Feminino                        | 95,4  | 94,9  |
| Total                           | 100,0 | 100,0 |
| <b>Pessoas Ocupadas</b>         |       |       |
| Masculino                       | 66,1  | 55,8  |
| Feminino                        | 33,9  | 44,2  |
| Total                           | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo demográfico - 1980 e 2010.

Em números absolutos, as mulheres ocupadas no mercado de trabalho na RMRJ mais do que dobraram, passando de 1.146.864 pessoas, em 1980, para 2.339.363, em 2010. No trabalho doméstico, o crescimento não é proporcional ao geral, mas possui leve aumento, passando de 321.268 em 1980 para 451.285 em 2010, um aumento de 40,5%. É possível então refletir sobre uma leve estagnação do número de pessoas que ocupam o trabalho doméstico, ainda que mais mulheres tenham entrado no mercado de trabalho.

Segundo dados do Censo na RMRJ, a ocupação do trabalho doméstico representa 28% da força de trabalho feminino em 1980 e 19,3% em 2010, porcentagem relevante em relação ao total de mulheres ocupadas no mercado de trabalho, a cada 50 mulheres que trabalham 10 são trabalhadoras domésticas. Em

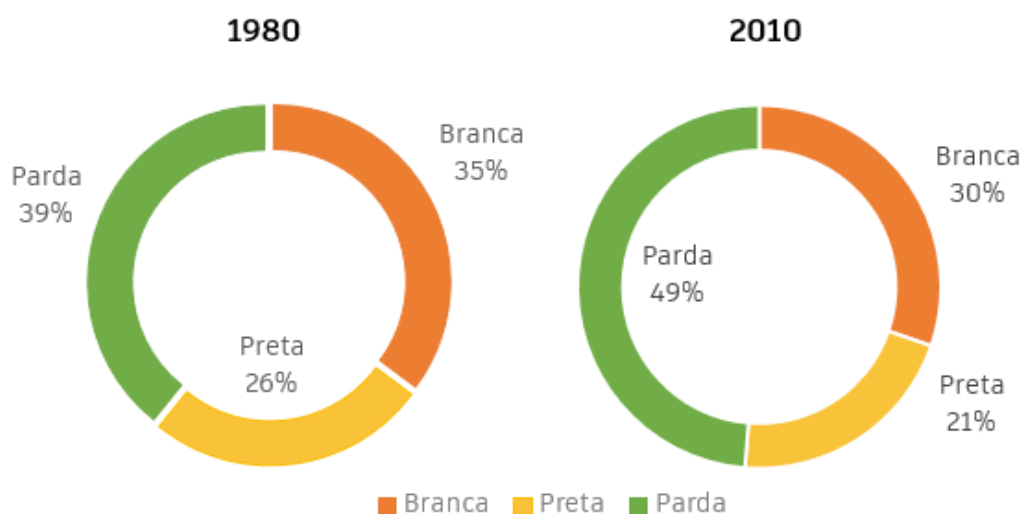
relação aos homens, a ocupação do trabalho doméstico representa apenas 0,6% de todas as ocupações, tanto em 1980 quanto em 2010.

Segundo cor ou raça, entre os anos de 1980 e 2010 houve uma diminuição da porcentagem tanto de pessoas brancas quanto de pessoas pretas na ocupação do trabalho doméstico. E, em contrapartida, houve um aumento de quase dez pontos percentuais de trabalhadoras pardas no trabalho doméstico, aumento percentual também visto no total de pessoas ocupadas na Região Metropolitana como um todo.

Em números absolutos, é possível verificar um aumento de mais da metade das pessoas pardas ocupadas no total nas ocupações na RMRJ, passando de 988.225, em 1980, para 2.082.622 em 2010. Os trintas anos que separam os dois Censos são evidentes para constatar o aumento das mulheres no mercado de trabalho, e principalmente das mulheres pardas. As pessoas pardas, por tanto negras, são inseridas tanto em trabalhos de maior status social, quanto os de menor status como as domésticas, uma evidência da heterogeneidade e etnização da negritude no Brasil (Carneiro, 2004) no qual, considerando as pessoas negras, as mulheres pardas possuem maior mobilidade social do que as pretas.

Ainda que as mulheres predominantemente brancas e algumas pardas tenham entrado em mais volume no mercado de trabalho desde os anos 1980, ao longo dos anos, a porcentagem do trabalho doméstico não se altera substancialmente. Mesmo que possa existir uma mobilidade do número de pessoas ocupadas, em razões quantitativas eles se mantêm.

**Gráfico 01** – Trabalhadoras domésticos e pessoas ocupadas segundo a cor ou raça na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1980 e 2010



**Fonte:** Censo Demográfico – 1980 e 2010

Aqui também é importante considerar o aumento da consciência e reflexão sobre com qual cor as pessoas se identificam ao longo dos anos, aumentando o número de pessoas que se consideram pardas e pertencentes ao grupo de pessoas negras (Velasco; Rocha, 2019), um aumento não quantitativo, mas de transferência entre os grupos sociais, um aumento de informação, identificação e consciência.

Em relação à posição na ocupação, os dados do IBGE de 1980 não diferencia a característica do emprego como trabalhadoras com carteira ou sem carteira. Nos anos 1980, 10% das domésticas trabalhavam por conta própria, a maioria delas (90%) era contratada pelos seus patrões, mas sem informações quanto ao vínculo empregatício. Como sabemos, a obrigatoriedade da assinatura da carteira para as domésticas acontece somente em 1988, por isso, é possível considerar que a maioria não possuía carteira de trabalho nesse período.

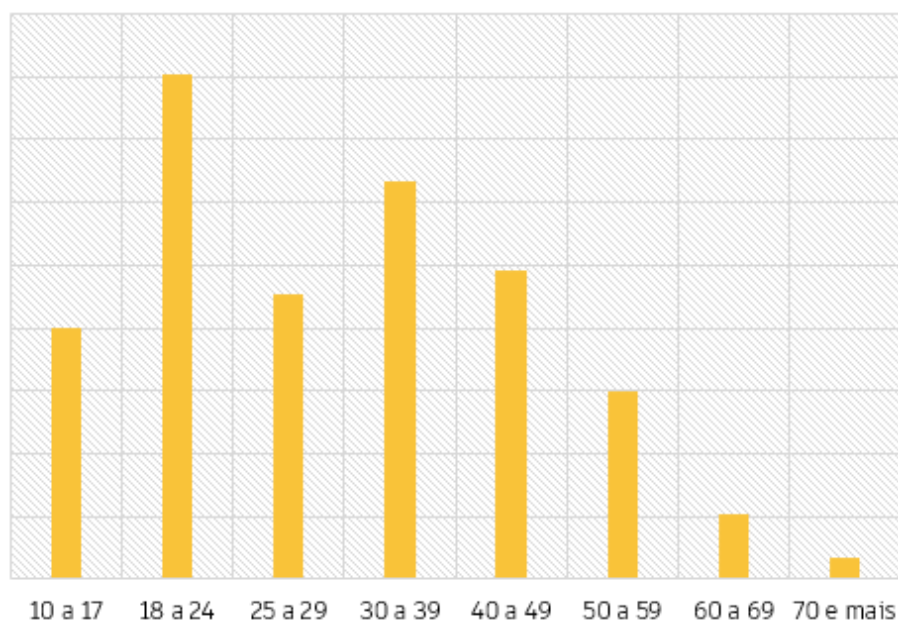
Em 2010, a maioria das trabalhadoras domésticas executavam a sua ocupação sem carteira de trabalho, com mais de 57,2% delas. Uma percentagem muito maior do que a irregularidade da carteira de trabalho do total de pessoas ocupadas na RMRJ, porém de acordo com a média nacional para a categoria. Das 3.755.167 pessoas ocupadas, somente 16,8% não possuíam carteira de trabalho em 2010. Comparando o total de pessoas ocupadas sem carteira em 2010, 22,86% destas pessoas eram trabalhadoras domésticas, uma relevante percentagem em relação ao total de pessoas ocupadas sem carteira.

Importante pontuar que, também em 2010, a PEC das Domésticas não havia sido aprovada, o que corrobora para a maioria das trabalhadoras não apresentarem carteira de trabalho. No próximo tópico veremos o impacto da PEC da obtenção da carteira de trabalho pelas trabalhadoras domésticas.

Em relação à faixa de idade das trabalhadoras domésticas na RMRJ, uma diferença significativa foi observada na comparação de 1980 e 2010, assim como na média nacional. Em 1980, a maior porcentagem das pessoas ocupadas no trabalho doméstico possuía entre 18 e 24 anos, seguido das pessoas entre 30 e 39 anos. Já em 2010, a faixa etária de maior parte das ocupadas era entre 40 e 49 anos, seguido das trabalhadoras entre 30 e 39 anos.

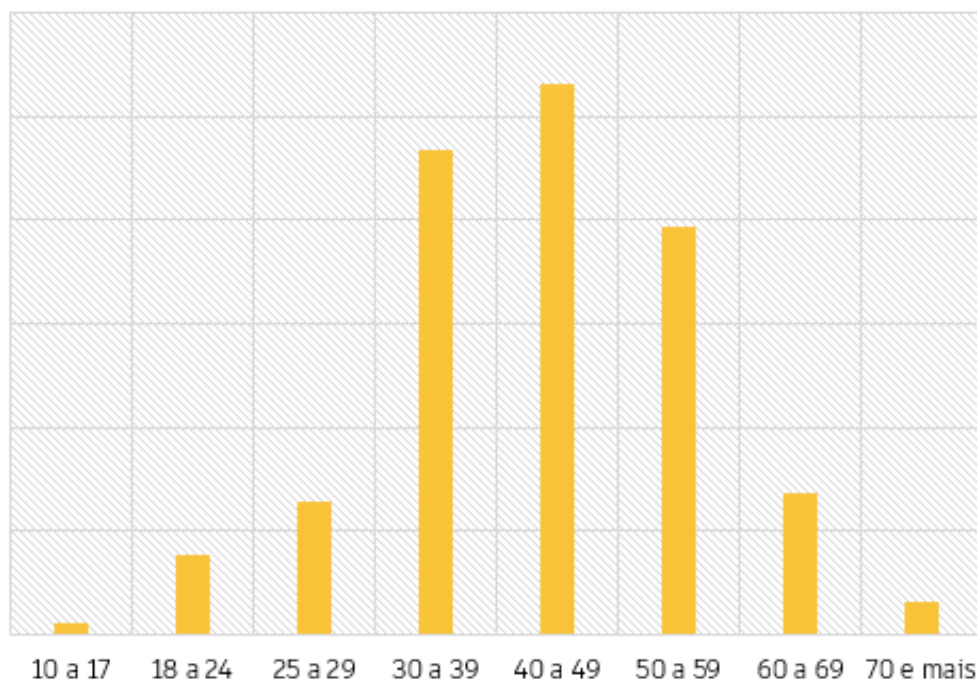
Muito se sabe sobre a característica de envelhecimento da população brasileira. Nos anos 1980 a maioria das pessoas no Brasil se encontrava entre 15 e 19 anos, e hoje em dia a maioria das pessoas possuem entre 25 e 35, uma característica de envelhecimento da população geral. Porém, a característica das ocupantes do trabalho doméstico é diferente da margem total de envelhecimento, com um saldo considerável para as trabalhadoras de mais idade do que a média da população brasileira, totalizando, mais da metade das trabalhadoras com mais de 40 anos.

**Tabela 04** - Faixa de idade dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1980



**Fonte:** Censo demográfico - 1980 e 2010

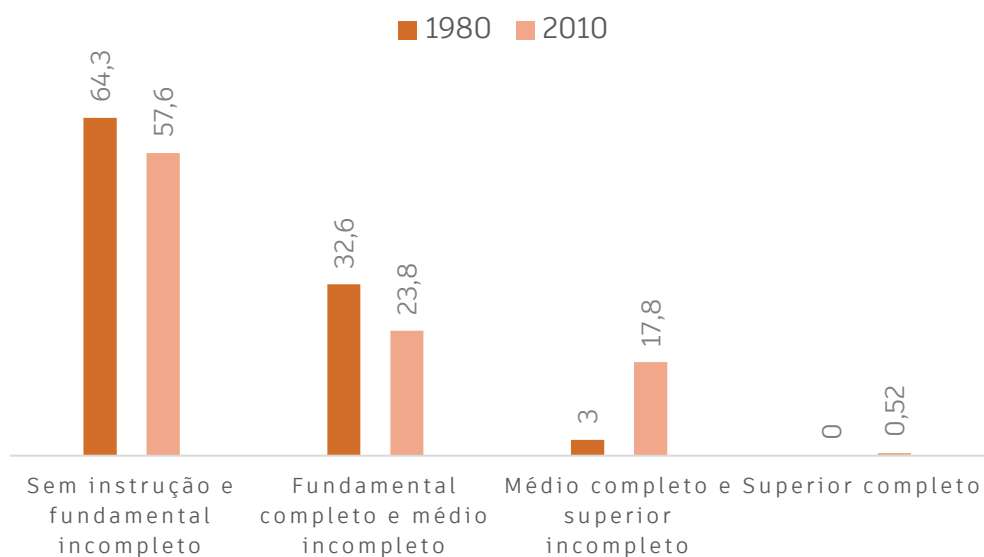
**Tabela 05** - Faixa de idade dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2010



Fonte: Censo demográfico - 1980 e 2010

Quando observado o nível de instrução das trabalhadoras domésticas, tanto em 1980 quanto em 2010, mais da metade possuíam o fundamental incompleto ou sem instrução, com menos de 9 anos de escolaridade e não concluído a educação básica obrigatória.

**Tabela 06** - Trabalhadoras domésticas na RM/RJ segundo nível de instrução



**Fonte:** IBGE – Censo Demográfico, compilado por Espínola (2018).

Dados sobre o nível de instrução reforçam a hipótese de que muitas mulheres recorrem ao trabalho doméstico como primeiro emprego, uma forma de sobrevivência e garantia financeira para as mulheres que precisam trabalhar, e acabam escolhendo o trabalho ao invés do estudo.

No ano de 2010, importante dado observado foi o aumento de trabalhadoras domésticas com o nível de instrução até o médio completo ou o superior incompleto. Muito se sabe sobre o crescimento econômico nos primeiros governos do Presidente Lula (2003-2011) e os avanços educacionais no Brasil, com um crescimento de pessoas na escola e um grande investimento nas universidades e na qualidade da aprendizagem (Oliveira, 2009). Pode-se então dizer que os avanços educacionais que atingiram relevantes resultados nos anos 2000 tiveram reflexo no nível de instrução das trabalhadoras domésticas, aumentando a porcentagem das que possuem médio completo, porém, uma porcentagem ainda muito aquém da média nacional.

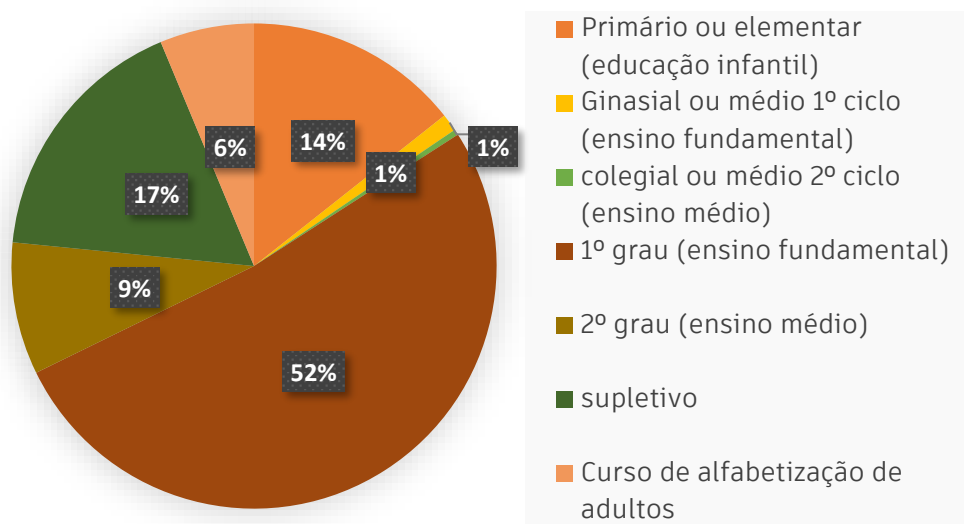
Dentre as trabalhadoras domésticas, segundo dados do Censo, em 1980 cerca de 10% delas estudavam no momento da realização da pesquisa, já em 2010 esse número caiu para cerca de 8%. Apesar de não ser porcentagem muito significativa, é importante investigar quais cursos essas trabalhadoras cursavam.

Das trabalhadoras domésticas que frequentavam os diversos níveis de instrução, no momento da realização da pesquisa, em 1980, a maioria cursava o ensino fundamental (mais de 53%). Em 2010, a maioria das trabalhadoras domésticas também cursava o ensino fundamental, porém, em porcentagem menor, totalizando 37% das que frequentavam. Importante considerar que a porcentagem de trabalhadoras que cursavam o supletivo, hoje conhecido como Educação de Jovens e Adultos (EJA), programa destinado a pessoas que não conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio na idade destinada para tal nível de instrução, aumentou de 1980 para 2010, subindo de 17% para 28% das trabalhadoras domésticas que estudavam.

Os dados apresentados dialogam com a realidade, pois tanto em 1980 quanto em 2010 as trabalhadoras domésticas menores de idade, que cursavam o ensino fundamental regularmente, ainda eram trabalhadoras recorrentes nesse setor ocupacional, pois a idade para estar regularmente matriculado no ensino fundamental

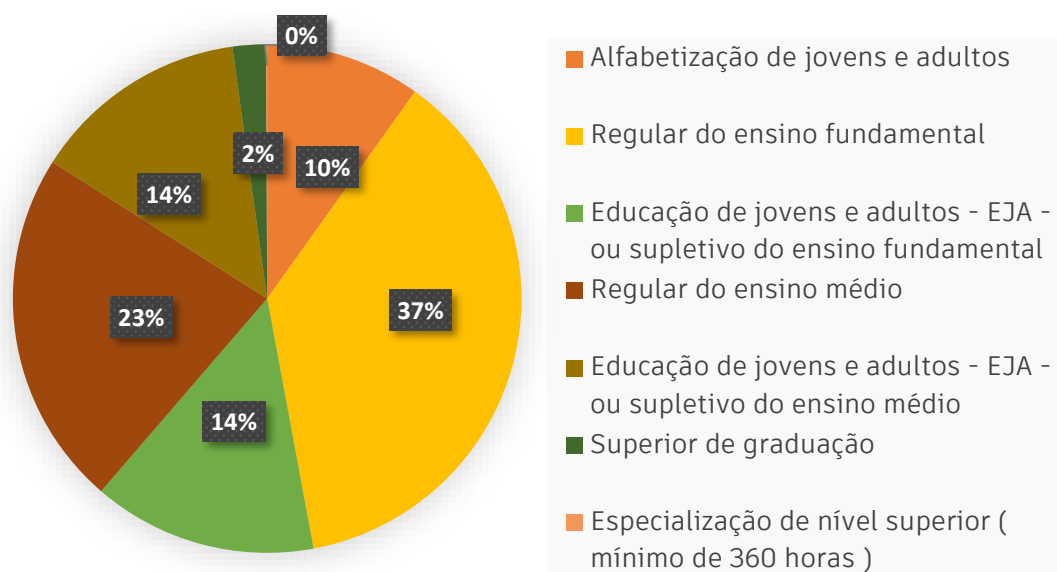
é entre 6 e 14 anos. O dado revela, infelizmente, uma porcentagem de crianças realizando o trabalho infantil.

**Tabela 07** – Das que frequentam instituições de ensino, qual o curso (1980)



**Fonte:** Censo Demográfico 1980

**Tabela 08** – Das que frequentam instituições de ensino, qual o curso (2010)



**Fonte:** Censo Demográfico 2010

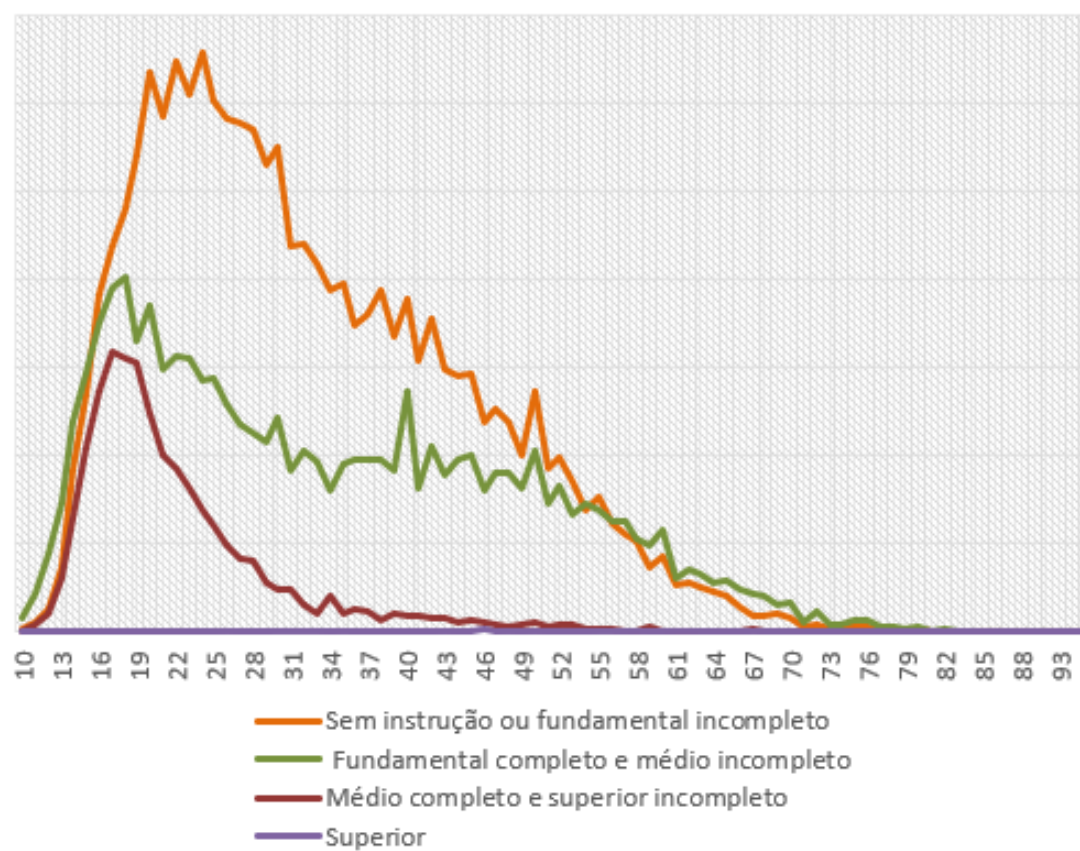
Outro importante dado associado à escolaridade está na investigação da relação entre o nível de instrução que a trabalhadora concluiu ou seguia cursando com sua idade. A partir dessa relação, é possível observar a grande porcentagem de trabalhadoras domésticas sem instrução ou com fundamental incompleto, tanto em 1980 como em 2010, em todas as faixas etárias.

As trabalhadoras domésticas que cursam ou já cursaram o médio completo e o superior incompleto se correlacionam com a curva de idade geral dessa ocupação. Isso quer dizer que a maioria das trabalhadoras com esse nível educacional estão entre 17 e 22 anos em 1980 e entre 28 e 49 anos, faixas etárias com o maior número de ocupadas nos dois anos respectivamente. Porém, importante considerar que a quantidade das trabalhadoras que chegaram até esse nível de instrução era bem baixo em relação ao total.

Outra observação interessante é que a curva das trabalhadoras que possuíam esse nível de instrução aumentou, evidenciando uma maior curva geracional. Uma curva de quase 20 anos de pessoas que conseguiram concluir o ensino fundamental, em contraposição com os seis anos da curva das que possuem esse nível de instrução em 1980, onde estão as trabalhadoras entre 17 e 22 anos.

**Tabela 09** – Relação entre nível de instrução e faixa etária das trabalhadoras domésticas em 1980

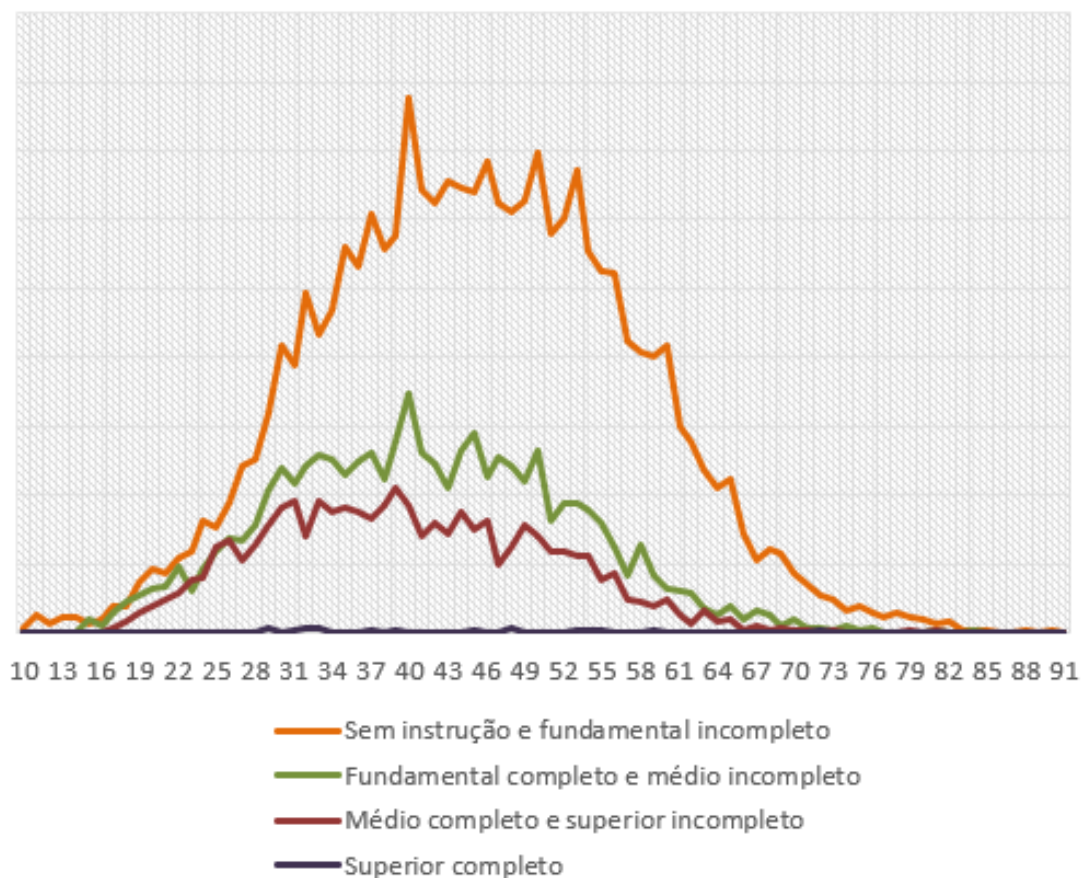
### Idade X Nível de Instrução (1980)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980

**Tabela 10** - Relação entre nível de instrução e faixa etária das trabalhadoras domésticas em 1980

### Idade X Nível de Instrução (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 2010

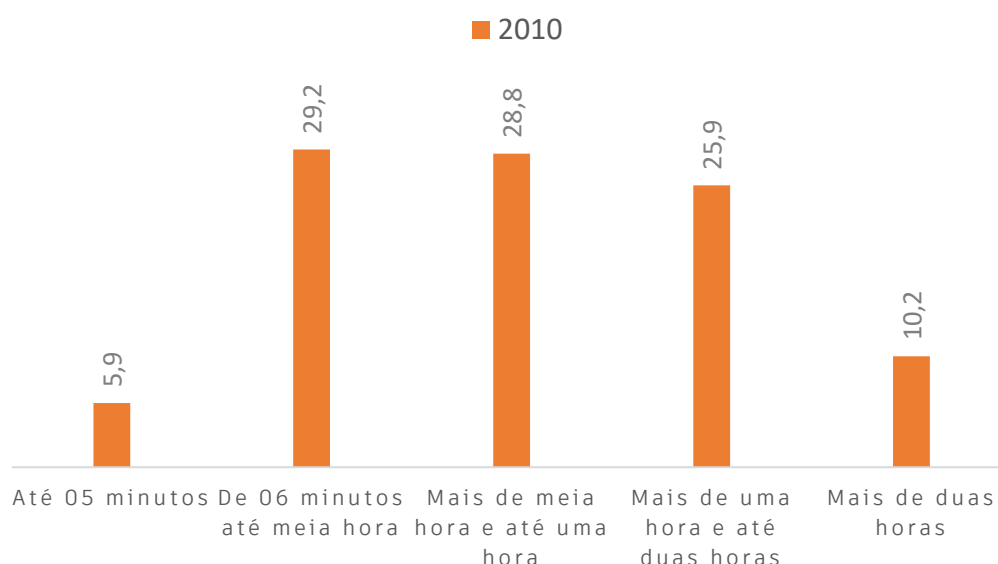
Importante também considerar o avanço das trabalhadoras que finalizaram o ensino fundamental ou tem ensino médio incompleto. A curva de idade das trabalhadoras com esse nível educacional também aumentou em 2010 em relação a 1980, assim como as que concluíram o ensino médio, evidenciando que mais gerações, ao longo dos 40 anos que diferenciam os dois marcos, conseguiram alcançar esses níveis educacionais.

Quanto ao deslocamento das trabalhadoras domésticas em seu fluxo casa-trabalho, o Censo Demográfico do IBGE traz dados relacionados ao tempo habitual de deslocamento. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o tempo habitual gasto pelas domésticas é distribuído de forma equiparada entre as trabalhadoras que gastam de 6 minutos até meia hora (29,2%), mais de meia hora até uma hora (28,8%) e mais de uma hora até duas horas (25,9%), evidenciando que a segregação

residencial na RMRJ não é constituída basicamente de centro/periferia, muitas trabalhadoras moram perto de onde trabalham.

A proximidade pode estar relacionada à enorme segregação vividas por elas ao morarem em favelas localizadas na Zona Sul, onde a diferença entre o capital simbólico, econômico e cultural é exorbitante e se difere em poucos metros; ou ainda pode estar relacionada às trabalhadoras da classe média que vivem em bairros periféricos como Jacarepaguá ou Campo Grande e contratam trabalhadoras do mesmo bairro onde residem.

**Tabela 11** – Tempo habitual gasto de deslocamento da casa até o trabalho diariamente



**Fonte:** IBGE – Censo Demográfico, compilado por Espínola (2018).

Porém, é importante considerar que 36% gasta mais de uma hora de deslocamento casa-trabalho, 1/3 das trabalhadoras, de considerável proporção, demora bastante tempo para chegar ao trabalho, corroborando para a hipótese de apesar de muitas trabalhadoras morarem perto do seu local de trabalho, boa parte delas levava mais de uma hora, e mais da metade leva mais de meia hora.

Outro importante dado extraído do Censo Demográfico são os fluxos migratórios realizados pelas trabalhadoras domésticas, e importante aqui relacionar suas causas e reflexos com o movimento social e econômico do Brasil. Em 1980, das trabalhadoras domésticas entrevistadas, somente 25% nasceram na Região

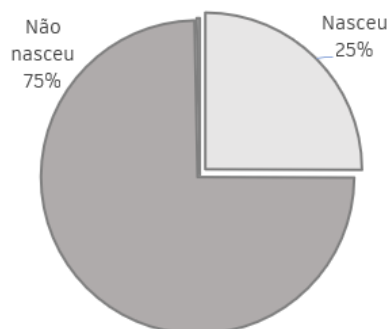
Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto 75% vieram de outras cidades ou estados. A década de 1980 não foi considerada o maior momento de migração do interior para as metrópoles em crescimento, como vimos no capítulo anterior, o movimento aconteceu em período precedente. Mas importante constatar, através desses dados, que os fluxos migratórios para o trabalho nas metrópoles ainda eram bastante relevantes.

Quando investigado qual o seu município de origem em 1980, os dados nos revelam a importante migração que ainda ocorria entre o nordeste e sudeste, 35% das trabalhadoras domésticas migraram da região nordeste, em uma abrangência de estados como Ceará, Pernambuco, Maranhão, Bahia, e com mais relevância o estado da Paraíba, com 13% delas. Nas entrevistas do capítulo seguinte veremos que essa porcentagem de trabalhadoras domésticas advindas da região nordeste para trabalhar no Rio de Janeiro em 1980 ainda era porcentagem relevante, que começaram a se instalar através desse serviço doméstico.

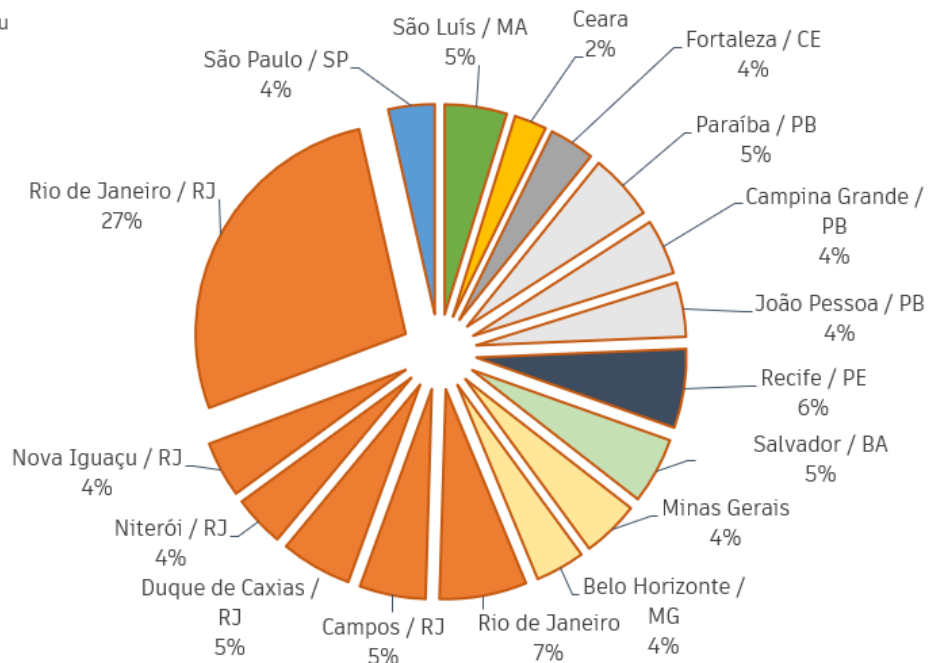
Outro importante dado é que, apesar da migração nordestina ainda ser relevante, mais da metade das trabalhadoras domésticas não nascidas no município da pesquisa eram migrantes do próprio estado do Rio de Janeiro, totalizando 52% delas, e 40% correspondem a migração dentro da própria Região Metropolitana, dado expressivo e relevante para evidenciar a movimentação na própria metrópole. Na Região Metropolitana, 27% das trabalhadoras domésticas não são naturais do município onde responderam à pesquisa e nasceram na capital da metrópole, reafirmando a hipótese de migração para as cidades vizinhas por dificuldade de sustentação financeira pela moradia na cidade do Rio de Janeiro por serem trabalhadoras com menor poder aquisitivo.

**Tabela 12** – Local de nascimento das trabalhadoras domésticas – 1980 e 2010

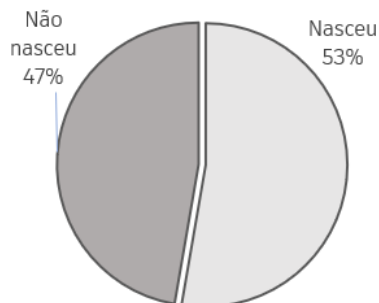
Nasceram no município da pesquisa (1980)



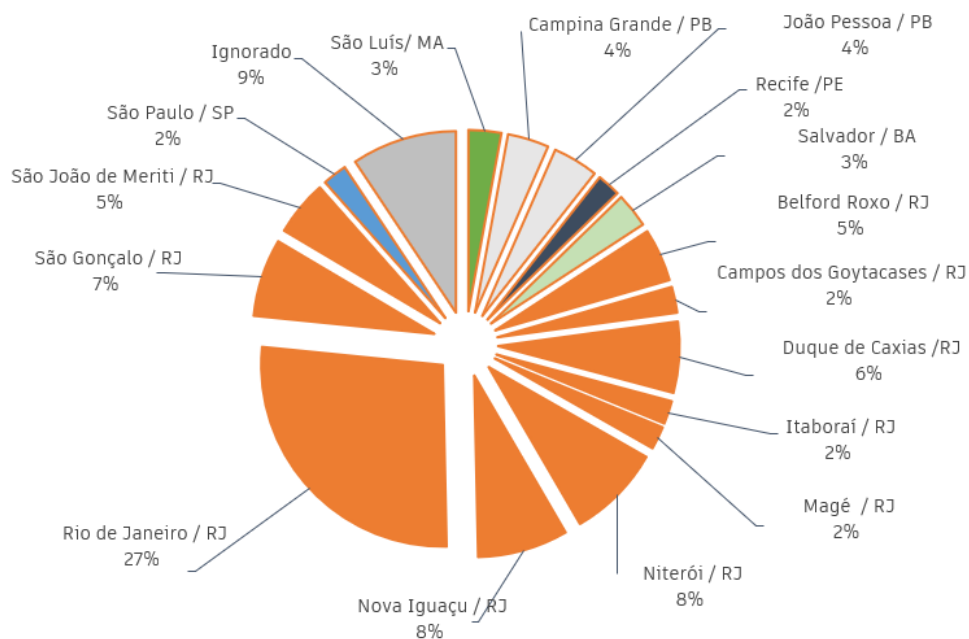
Das que não nasceram, qual o seu município de origem (1980)



Nasceram no município da pesquisa (2010)



Das que não nasceram, qual o seu município de origem? (2010)



**Fonte:** IBGE – Censo Demográfico 1980 e 2010.

Já em 2010, o número das trabalhadoras que nasceram ou não nasceram no município da pesquisa era quase o mesmo, com maior relevância das nascidas. 53% das trabalhadoras domésticas nasceram no município da pesquisa em contraposição

a 47% das não nascidas nesse município. Em relação a 1980, a migração nordeste-sudeste era bem menos relevante nos dados das trabalhadoras domésticas migrantes, reflexo também das modificações na estrutura brasileira discorrida no capítulo anterior, com traços de desindustrialização e das modificações dos tipos de ocupação das categorias de trabalho também apresentadas.

Por isso, em 2010, somente 16% das trabalhadoras domésticas vieram de estados do nordeste brasileiro, com uma porcentagem maior, assim como em 1980, para a migração do estado da Paraíba, com 8% do total das migrantes. A migração dentro do próprio estado e dentro da própria Região Metropolitana possuía relevante aumento em relação a 1980. 70% das trabalhadoras domésticas que não moravam em seu município de origem eram migrantes do próprio estado do Rio de Janeiro, e 68% delas nasceram na própria Região Metropolitana, aumento considerável de 28 pontos percentuais em relação a 1980 e corroborando para a migração dentro da própria região metropolitana com cada vez mais relevância.

Assim como em 1980, 27% das trabalhadoras domésticas não nascidas no município da pesquisa na Região Metropolitana nasceram no Rio de Janeiro, porém diferente de 1980, 33% das trabalhadoras nasceram em outros municípios da Região Metropolitana, um aumento de 30 pontos percentuais em relação a 1980. A dinâmica territorial do século XXI da Região Metropolitana no Rio de Janeiro evidenciada no capítulo anterior reflete na dinâmica das trabalhadoras domésticas, que migravam com maior relevância dentro da própria metrópole e se movimentavam para os territórios onde era possível se estabelecer através de um valor da moradia condizente com seus ganhos pelo trabalho, e conseqüentemente mais afastados de seus locais de trabalho ou de status social, aumentando a segregação socioespacial.

Um importante dado comparativo investigado, entre as trabalhadoras domésticas que responderam o Censo de 1980 e 2010, é o aumento das trabalhadoras domésticas que possuem um segundo trabalho. Em 1980, somente 1% delas possuíam mais de um trabalho, já em 2010 esse número aumentou para 6% das trabalhadoras domésticas. Em 1980, os tipos de ocupação de maior relevância caracterizados como segundo trabalho para as trabalhadoras domésticas ocupavam o mesmo setor, como lavadeiras e passadeiras, corroborando para o debate de serem ocupações que reafirmam o estereótipo de gênero, e, por isso, de mais fácil inserção das mulheres, como auxiliares de costuras, manicures e pedicures. Ou ainda

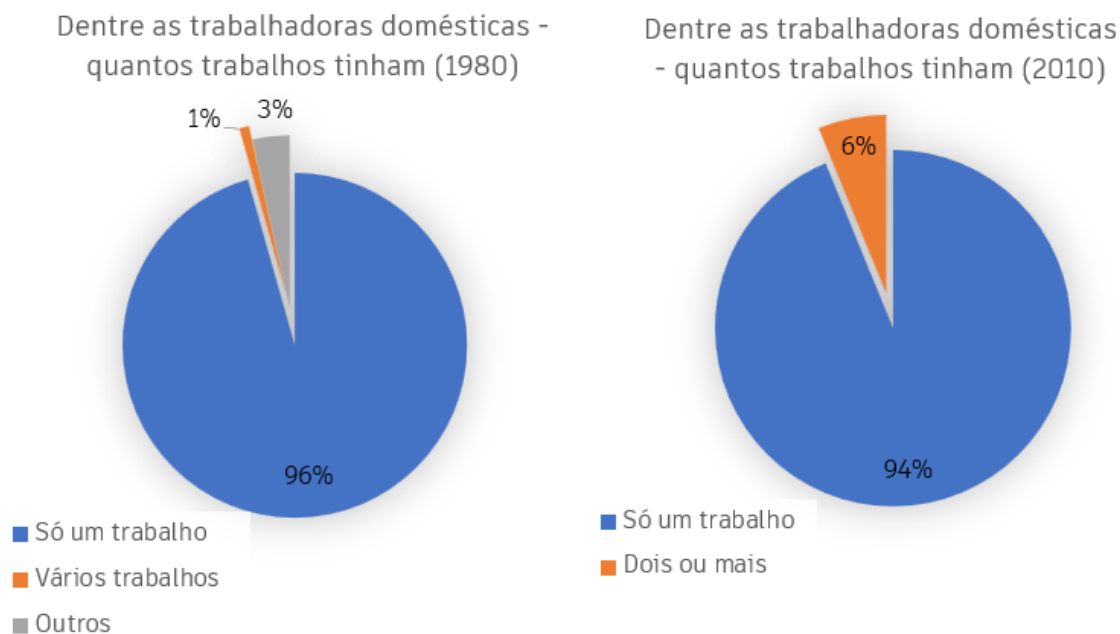
trabalhos que sofrem o mesmo grau de precarização que o trabalho doméstico, como as vendedoras ambulantes.

De todos os ocupantes na região metropolitana no Rio de Janeiro em 1980, os que possuem o segundo trabalho como o serviço doméstico é também bastante relevante e totalizam 1,3% de todos os ocupantes, constituindo a terceira ocupação de maior percentagem como segunda ocupação dos trabalhadores, perdendo somente para pedreiros e serventes de pedreiros, ocupações predominantemente masculinas. Por isso, é possível dizer que na década de 1980 o trabalho doméstico era uma importante ocupação de segurança e garantia de estabilidade financeira, sendo a segunda opção de trabalho mais procurada pelas mulheres quando necessitavam de complementação de renda.

O aumento da segunda ocupação para as trabalhadoras domésticas entre 1980 e 2010 era pouco em relação às outras ocupações em que era recorrente uma segunda jornada trabalhista (Antunes; Mészáros, 2006). Mas é importante considerar que esse aumento tem relação com o aumento da precarização do trabalho doméstico e da baixa remuneração, fazendo-as procurarem outros trabalhos para complemento de renda.

Ainda que somente 6% das trabalhadoras domésticas possuíam mais de um tipo de ocupação em 2010, 22% delas trabalhavam em mais de uma casa, diferentemente de 1980, quando a maioria trabalhava para somente uma patroa, modificação relacionada ao aumento do processo de diarização do trabalho doméstico, em que as trabalhadoras são contratadas por dia de serviço. Essa modificação visualizada nos trinta anos analisados através do Censo Demográfico é também evidenciada através das trabalhadoras domésticas entrevistadas, conforme descrito no capítulo seguinte.

**Tabela 13** – Mais de um trabalho executado pelas trabalhadoras domésticas – 1980 e 2010

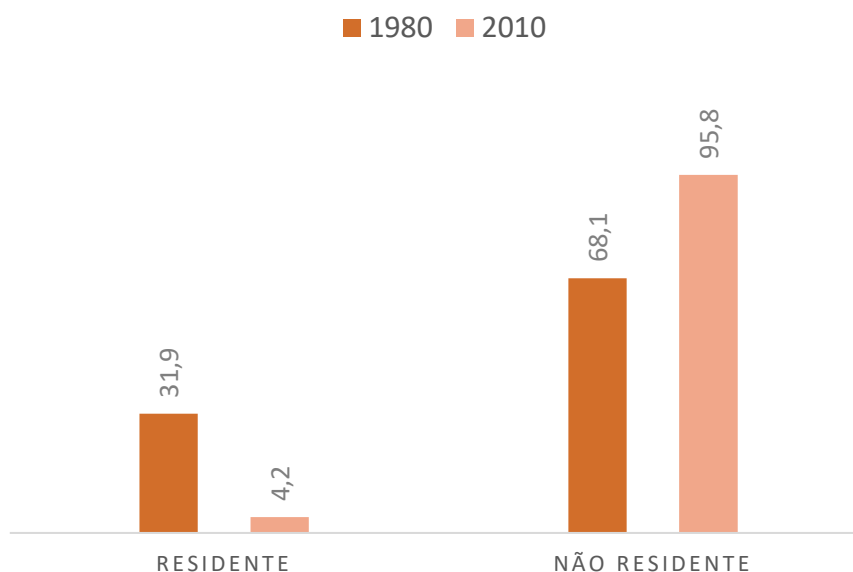


**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico – 1980 e 2010

Outro fator de grande modificação na característica do trabalho doméstico entre os anos 1980 e 2010 foi o decréscimo de trabalhadoras que moravam no domicílio onde trabalhavam. No ano de 1980, 31,9% das trabalhadoras domésticas moravam no local de trabalho, no ano de 2010 esse número caiu para 4,2%. Muitos foram os fatores dessa queda e o principal deles, a meu ver, esteve associado à mudança cultural e social em relação à necessidade de uma trabalhadora doméstica por tempo integral, como vimos acima.

Apesar do índice de desigualdade Gini, que mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população (Salata; Ribeiro, 2023)<sup>15</sup>, possuir a mesma proporção em 1980 e 2010, de 0,53, a pobreza diminuiu muito nesses 30 anos, e muitas trabalhadoras já não aceitam as muitas horas de trabalho morando no domicílio onde trabalham. Uma última hipótese é a situação de contrato de uma trabalhadora doméstica que mora onde trabalha não ser mais uma prioridade para as famílias contratantes, que preferem contratar diaristas ou babás sem vínculo empregatício.

<sup>15</sup> Variando de zero a um, o valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda.

**Tabela 14** – Trabalhadoras domésticas na RM/RJ que residem onde trabalham

**Fonte:** IBGE – Censo Demográfico, compilado por Espínola (2018).

Apesar do baixo número de residentes no seu local de trabalho pelas trabalhadoras domésticas e da mudança da dinâmica desse trabalho, é importante ainda investigarmos o local do território metropolitano onde elas moram. Quais bairros de quais cidades ainda reafirmam esse padrão de contratação e de segregação, em que as patroas sentem necessidade de contratarem uma trabalhadora doméstica para uma jornada de 24h em suas casas.

Para isso, foram utilizados dados do universo<sup>16</sup> do Censo. Ao investigarmos todas as cidades da Região Metropolitana no Rio de Janeiro através de dados do censo em 2010, cidades como Paracambi, Itaboraí, Magé, Seropédica, Tanguá, Mangaratiba, Itaguaí, Guapimirim, Queimados e São João de Meriti possuíam dados irrelevantes de trabalhadoras que moram em seus locais e trabalho. Em Queimados, por exemplo, só havia uma trabalhadora que morava no seu local de trabalho em toda a cidade. As cidades de Niterói e Maricá possuíam trabalhadoras que moravam no seu local de trabalho com mais relevância quantitativa em bairros como Icaraí, com mais de 50 trabalhadoras que moravam na casa de seus patrões; São Francisco,

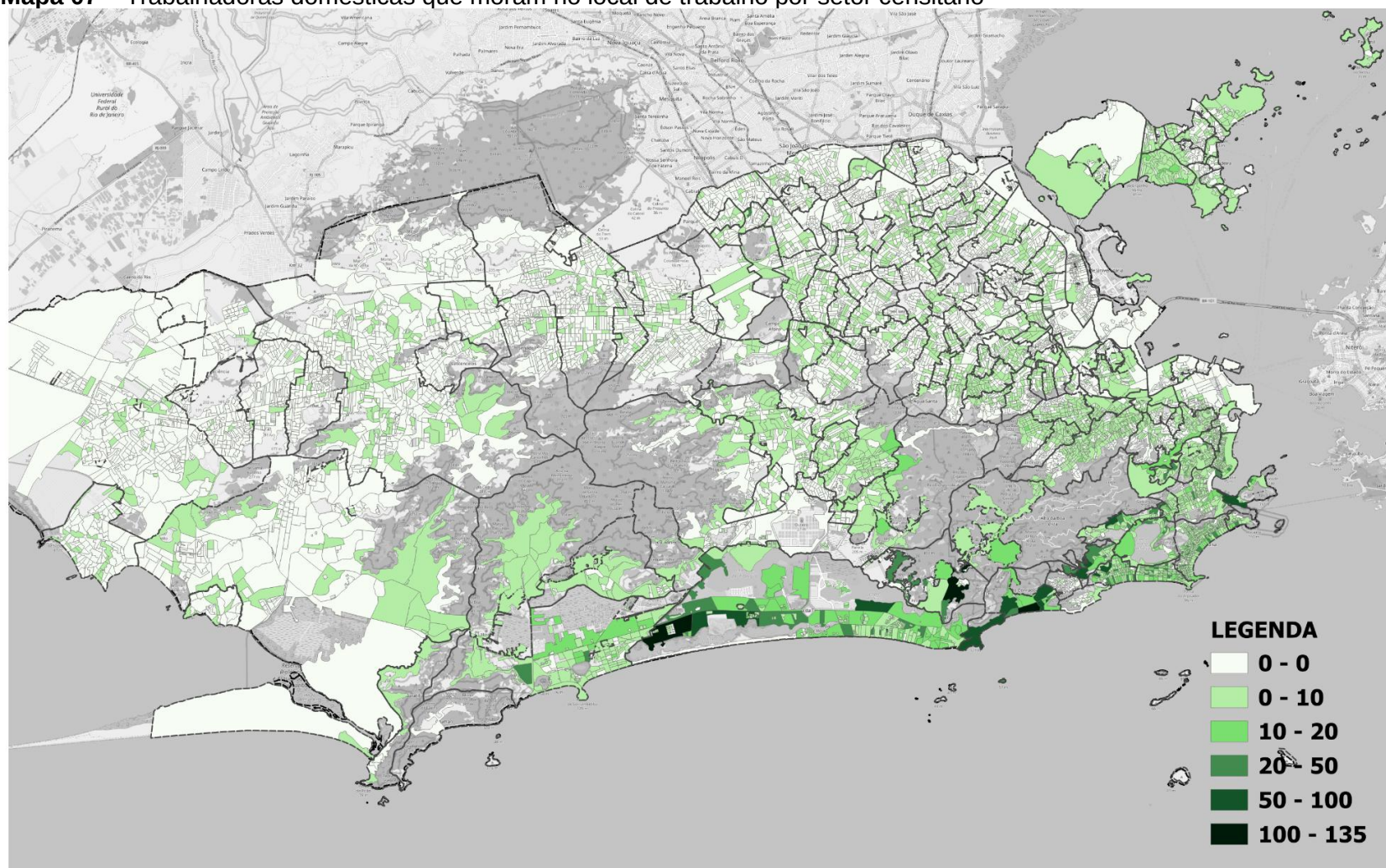
<sup>16</sup> O universo é o grupo que respondeu o questionário básico do Censo aplicado para todas as pessoas recenseadas. É o questionário mais simplificado em relação aos dados da amostra.

Itaipu e Cambinhas, bairros planejados de casas e praia, com mais de 35 trabalhadoras que moravam nas casas dos seus patrões. Todos esses bairros citados possuíam elevada renda *per capita* e alto status social, mas nada supera a cidade do Rio de Janeiro que contabiliza a maior quantidade de trabalhadoras domésticas morando na residência de seus patrões. Por isso, a seguir, nos debruçaremos somente nos dados do Rio de Janeiro, município com a mais relevante característica desse tipo de ocupação em toda a Região Metropolitana.

Ao investigar os dados das trabalhadoras domésticas que moravam na casa dos patrões, decidimos evidenciar os resultados em duas portas de entrada, devido à evidência específica de cada resultado. Primeiro, mostraremos o mapa desenvolvido na pesquisa para a cidade do Rio de Janeiro, onde são demarcados todos os setores censitários da cidade e categorizados o quantitativo de quais setores possuíam trabalhadoras que moravam na casa de seus patrões.

Ao mostrar a cidade do Rio de Janeiro dividida por setor censitário, a menor unidade territorial de coleta do IBGE, e nas metrópoles as porções de bairros equivalentes a algumas quadras, fica evidente a segregação socioespacial construída através de enclaves fortificados (Caldeira, 2000) e condomínios fechados em diferentes formas de ocupação.

**Mapa 07 – Trabalhadoras domésticas que moram no local de trabalho por setor censitário**



**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Elaboração própria.

Em branco estão os setores censitários que não apresentam nenhuma trabalhadora doméstica morando na casa de seus patrões, e eles estão em boa parte dos bairros da zona oeste, como Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Realengo, e nos verdes mais escuros estão os setores com maior quantidade de trabalhadoras domésticas morando na casa de seus patrões. O setor censitário com maior quantidade de trabalhadoras domésticas morando na casa de seus patrões totaliza 135, diferente de outras cidades da Região Metropolitana, onde o maior setor censitário totaliza 16 trabalhadoras em São Francisco, bairro da zona sul de Niterói.

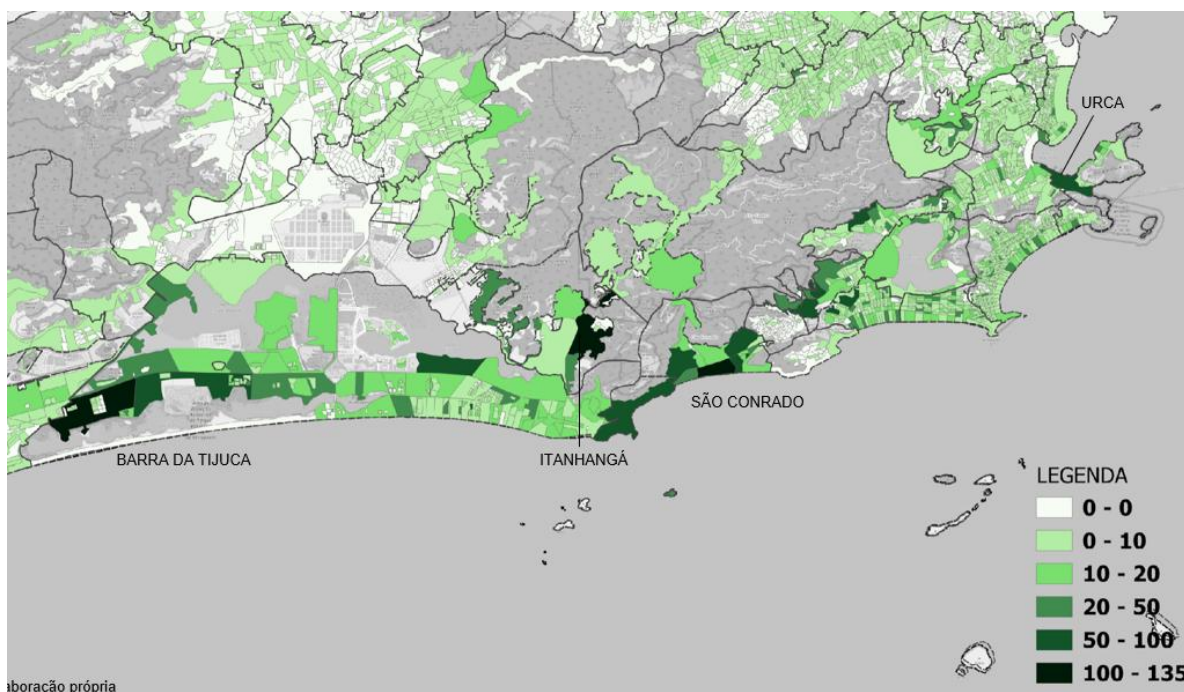
Como dito, o setor censitário não corresponde necessariamente ao limite total dos bairros, por isso o dado é bastante relevante. Uma porção do bairro de Itanhangá, por exemplo, possui mais de 100 trabalhadoras domésticas morando na casa de seus patrões, em contraposição com uma porção de São Francisco onde possuem 16.

No mapa 02, aumentamos a escala de visualização dos bairros que possuem o maior número de trabalhadoras domésticas morando no local de trabalho. É possível visualizar, então, que todos os bairros da zona sul possuem trabalhadoras domésticas morando, e em quase todos os setores censitários. Outros bairros importantes para a análise são Santa Teresa, na região central da cidade, e Tijuca, na região norte. Nos dados expostos por Costa Pinto (1953) sobre 1940, por exemplo, Santa Teresa e Tijuca, junto com Lagoa, eram os bairros onde mais predominavam trabalhadoras domésticas morando com seus patrões.

A diferença massiva das análises dos dados de 1940 por Costa Pinto (1953) para os dados do Censo de 2010 é um elevado crescimento de ocupação de grupos de maior poder aquisitivo em toda a Zona Sul. Desde a Glória até São Conrado, todos os bairros possuíam trabalhadoras domésticas morando no local de trabalho, além de bairros da Zona Oeste como Barra da Tijuca e Itanhangá.

Os setores censitários com o maior número de trabalhadoras domésticas morando no seu local de trabalho na cidade do Rio de Janeiro eram setor da Urca, Itanhangá, São Conrado e Barra da Tijuca, seguidos de Jardim Botânico e Gávea.

**Mapa 08** – Trabalhadoras domésticas que moram no local de trabalho por setor censitário com aproximação dos bairros de maior número de trabalhadoras.



**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Elaboração própria

São Conrado é o último bairro da Zona Sul banhado pelo mar. A partir de 1930, o crescimento da cidade ao longo da orla chegou a São Conrado, chamado de Praia da Gávea naquela época. A Gávea era reconhecida como um bairro operário, mas com essa expansão gerou a construção de condomínios nos lotes vazios de São Conrado e Gávea, mudando a dinâmica da região (Pereira, 2024). A favela da Rocinha, uma das maiores e mais antigas favelas do Rio de Janeiro, já era bem consolidada nesse período, favela que faz limite com o bairro.

Hoje o bairro é conhecido por possuir hotéis cinco estrelas e condomínios de luxo associadas à classe média alta e alta, como o condomínio de luxo Praia Guinle e o Hotel Nacional, projetado por Oscar Niemayer. Além de fazer fronteira com a Rocinha, faz também fronteira geográfica com a Pedra da Gávea, importante ponto turístico da cidade. O bairro, apesar de pequeno territorialmente, possui grande quantidade de prédios com muita ocupação e vastas comodidades em seus condomínios, com piscinas e quadras poliesportivas, criando verdadeiras fronteiras segregadas na cidade, como diz Caldeira (2000), ao investigar o padrão de segregação nas cidades brasileiras.

Os setores censitários com maior quantidade de trabalhadoras domésticas são as quadras onde se encontram os condomínios de prédios de mais de vinte andares e apartamentos com mais de 500 m<sup>2</sup>, evidenciando, um tipo de segregação verticalizada e bastante ocupada em prédios de muitos andares.

**Figura 01** - Imagem panorâmica do bairro de São Conrado com a Pedra da Gávea ao fundo



**Figura 02** - Imagem de satélite da quadra onde possui o maior número de trabalhadoras domésticas que moram na casa dos patrões, ao lado de Campo de Golf.



**Fonte:** Site Invexo, 2024 <sup>17</sup>

**Fonte:** Google Earth

A Urca, por sua vez, é um bairro que possui como predominância uma ocupação de casas ou prédios de baixo gabarito, com antigas construções e famílias possuidoras de elevada posição social há mais tempo. O setor censitário com a maior predominância de trabalhadoras domésticas que moravam na casa dos patrões era parte do bairro localizado ao lado da entrada do Iate Clube do Rio de Janeiro, da entrada para o Pão de Açúcar e ao lado das Escolas Militares, que tradicionalmente são localizadas ao lado da Praia Vermelha.

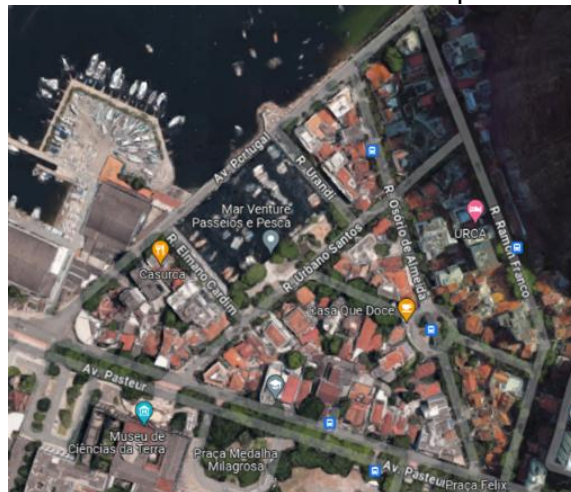
<sup>17</sup> Disponível em: <https://invexo.com.br/corretor-de-imoveis-alto-padrao-rio-de-janeiro-rj/> . Acesso em: 10 jan. 2025

**Figura 03** - Imagem da tipologia de casas da Urca



**Fonte:** Fui ser Viajante<sup>18</sup>

**Figura 04** - imagem de satélite de quadra com o mais número de trabalhadoras domésticas morando na casa dos patrões.



**Fonte:** Google Earth

No bairro da Urca, a média de idade dos moradores é alta, com muitos moradores acima dos 50 anos, segundo o Data Rio<sup>19</sup>, reafirmando uma característica também visualizada nas entrevistas colhidas no próximo capítulo, muitas senhoras de mais idade contrataram o trabalho doméstico há bastante tempo e continuam reafirmando essa prática até os dias atuais, e muitas vezes com a mesma trabalhadora. As trabalhadoras, também em sua maioria, possuem idade mais avançada, trabalhando a vida toda para a mesma patroa.

<sup>18</sup> Disponível em: [https://www.fuiserviajante.com/rio-de-janeiro/bairro-da-urca/#google\\_vignette](https://www.fuiserviajante.com/rio-de-janeiro/bairro-da-urca/#google_vignette). Acesso em: 10 jan. 2025

<sup>19</sup> População residente, por idade e por grupos de idade, segundo as Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA) e Bairros em 2000/2010. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/e68e54eaa6bb484dbb40828acf2b3e7e/about>. Acesso em: 10 jan. 2025.

**Figura 05** - Imagem satélite do Condomínio de casas de luxo



**Fonte:** Google Earth

**Figura 06** - Imagem panorâmica do Condomínio de prédio ao lado da Lagoa de Marependi.



**Fonte:** Edifício Reserva de Itaúna<sup>20</sup>.

**Figura 07**- Imagem de site de anúncio imobiliário.



**Fonte:** Lançamentos RJ<sup>21</sup>

A Barra da Tijuca é um bairro que possuiu ascensão das classes mais favorecidas economicamente nos últimos anos, mobilizando novas moradias no formato de condomínios de prédios ou de casas. Ao longo de todo o bairro existem muitas trabalhadoras domésticas que moram na casa de seus patrões, e os setores

<sup>20</sup> Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/reserva-de-itauna-brascan-3387307/3387307#7>. Acesso em: 10 jan. 2025

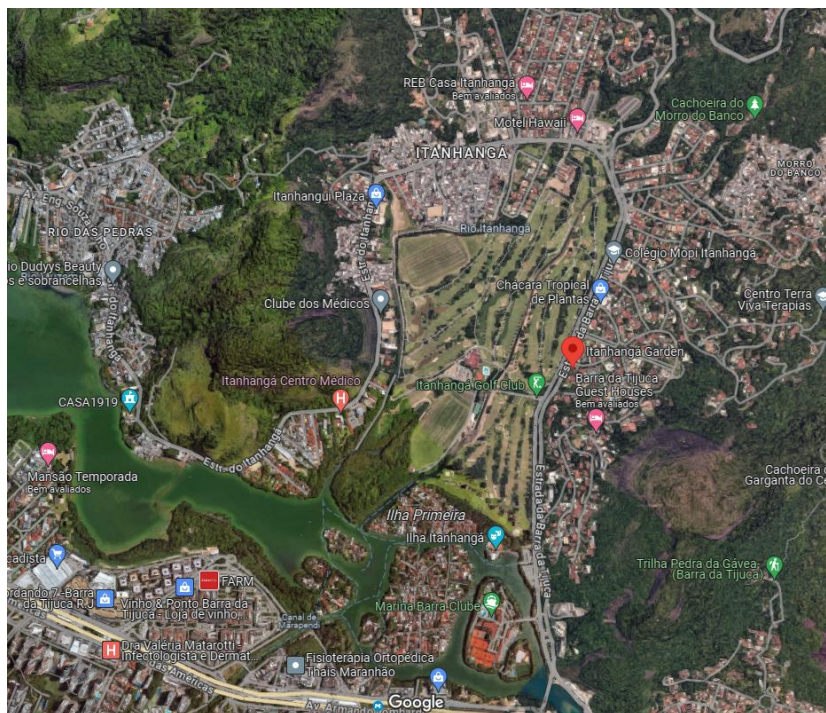
<sup>21</sup> Disponível em: <https://lancamentosrj.com/endereco/condominio-pedra-de-itauna-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 15 set. 2024

censitários de maior número de trabalhadoras eram as quadras do condomínio Crystal Lake e do condomínio Pedra de Itaúna, condomínio de casas de alto luxo. Segundo os próprios sites de imobiliárias do local, as casas são de quatro ou cinco quartos, com metragem de 400m<sup>2</sup> a 900m<sup>2</sup>, área de lazer em cada residência, em sua maioria com piscina, sauna e hidromassagem, além da infraestrutura do próprio condomínio com quadra poliesportiva, quadra de tênis, balsa, playground e segurança 24h.

Além da grande quantidade de trabalhadoras em casas de elevado padrão, também foi levantada uma quantidade considerável de trabalhadoras domésticas morando no edifício Lagoa de Itaúna, prédio construído nos anos 2000 e composto por torre única com apartamentos de 110m<sup>2</sup>, avaliados em 1 milhão e 300mil reais, segundo sites de imobiliária, e composto também de infraestrutura comum para os moradores, como campo de futebol, quadra poliesportiva, quadra de tênis de praia, piscina, balsa de acesso etc.

O setor censitário mais surpreendente para a pesquisa e onde existe um dos maiores números de trabalhadoras domésticas morando na casa de seus patrões era o Itanhangá. Isso porque é um condomínio de casas de alto padrão com piscinas e quadras de esporte privativas, ao lado do campo de Golf “Itanhangá Golf Club”, e ao lado da favela de Rio das Pedras, favela composta historicamente por nordestinos que foram trabalhadores da construção da Barra da Tijuca e lá se instalaram, evidenciando a enorme desigualdade territorial em pouco metros.

**Figura 08** - Imagem em satélite com a ocupação do bairro Itanhangá, ao lado de campo de golfe e da favela de Rio das Pedras



Fonte: Google Earth

**Figura 09** - Imagem de anúncio de casa luxuosa em Itanhangá



Fonte: Lançamentos Rj<sup>22</sup>

**Figura 10** - Captura de tela de site de anúncio imobiliário.



Aos investigar os dados através das quantidades de trabalhadoras domésticas que moram no local de trabalho é importante perceber algumas diferenças do foco de análise por bairro ao invés do foco por setor censitário.

O bairro de Copacabana, por exemplo, é o bairro que mais possuía trabalhadoras domésticas morando na casa dos patrões, totalizando 2.278

<sup>22</sup> Disponível em: <https://lancamentosrj.com/jardim-do-itanhanga-o-paraiso-de-sofisticacao/>. Acesso em: 15 set. 2024.

trabalhadoras e 14% de trabalhadoras que moravam na casa dos patrões. Ao investigar os setores censitários, porção menor que o bairro neste caso, os quantitativos de Copacabana eram mais baixos que os citados acima, com setores censitários que possuíam entre 30 a 40 trabalhadoras domésticas morando na casa dos patrões, evidenciando um espriamento das trabalhadoras que moram na casa dos patrões por todo o bairro que possui alta densidade residencial.

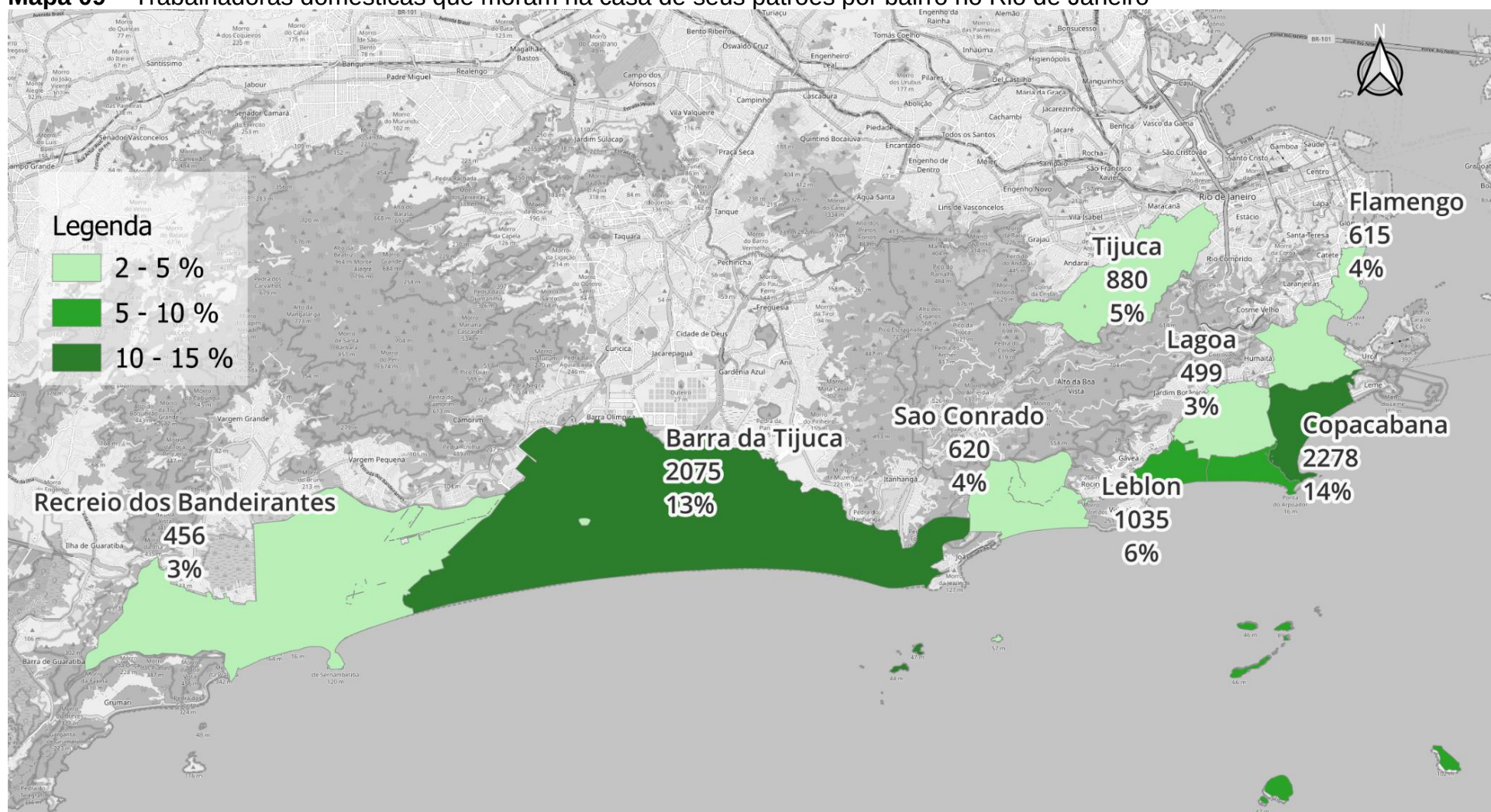
Este fato evidencia a característica do bairro de Copacabana possuir grande proporção territorial. Copacabana é um dos bairros da zona sul de mais tradicional ocupação, uma classe social que ainda persiste com hábitos culturais e sociais de herança colonial, com trabalhadoras domésticas morando em seus territórios.

O segundo bairro com o maior número de trabalhadoras domésticas morando na casa dos patrões era a Barra da Tijuca, com 2.075 trabalhadoras domésticas, 13% do total. O bairro corrobora também com o elevado número de trabalhadoras por setor censitário, uma classe social de alto poder aquisitivo e emergente que reproduz a mesma dinâmica social existente desde o período colonial brasileiro.

Ao investigar mais a fundo as características dos bairros onde moravam as trabalhadoras domésticas na casa de seus patrões foi importante perceber a manutenção de forte segregação socioespacial, uma autosegregação realizada pelas classes superiores em enclaves fortificados de condomínios de casas de luxo na Barra da Tijuca ou Itanhangá, de condomínios verticalizados com elevada infraestrutura, clusters, como vai dizer Caldeira (2000) ao investigar as segregações territoriais, e que também começam a se instalar na periferia metropolitana, como é o caso de Itanhangá, e também da manutenção da segregação em bairros como Copacabana.

Em mapa abaixo são destacados os bairros com a maior quantidade de trabalhadoras domésticas morando na casa de seus patrões em uma escala de verde. Os bairros que contabilizaram abaixo de 100 trabalhadoras morando, e por isso baixa porcentagem, não foram considerados nesse mapa, pela irrelevância em relação ao todo.

**Mapa 09 – Trabalhadoras domésticas que moram na casa de seus patrões por bairro no Rio de Janeiro**



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Elaboração própria

Após investigar quais os bairros onde predominavam as trabalhadoras domésticas morando na casa dos patrões em 2010, tornou-se importante investigar qual a faixa de renda dessas famílias. Em mapa abaixo, desenvolvido pela pesquisa, são destacados em uma escala de vermelho a renda dos domicílios que possuem rendimento mensal *per capita* igual ou superior a 5 salários mínimos, valor equivalente a 2.550 reais em 2010.

É evidente que os setores censitários que concentram mais renda são os bairros onde predominam o maior número de trabalhadoras domésticas por setor censitário, comprovando que a segregação de classe e renda pode ser vista através do trabalho doméstico e de que essa segregação acontece de forma muito enfática em quadras de condomínios. Em alguns setores da Barra da Tijuca, os mesmos territórios que apresentam números elevados de trabalhadoras domésticas, nas quadras do condomínio Crystal Lake e do condomínio Pedra de Itaúna, visto acima, mais de 69% dos moradores possuíam renda igual ou superior a 5 salários mínimos.

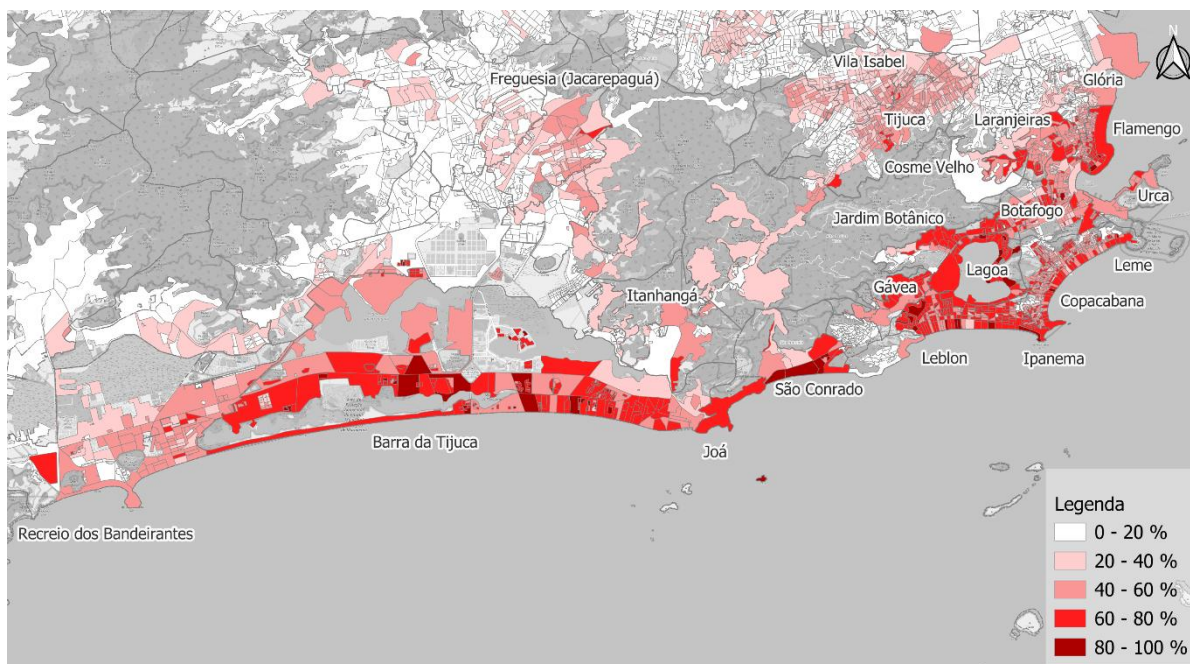
O setor censitário de maior renda em 2010 estava em um condomínio de prédios na Barra da Tijuca, em que 100% das pessoas possuíam renda superior a 5 salários mínimos, e onde trabalhavam 424 trabalhadoras domésticas.

Importante evidenciar que de 2010 para os dias atuais, os valores do salário mínimo aumentaram bastante, mas naquele momento as trabalhadoras domésticas ganhavam em média na metrópole do Rio de Janeiro, 582 reais, valor quase equivalente ao valor do salário mínimo.

A partir de tais análises é possível concluir que o trabalho doméstico, mesmo apresentando em 2010 uma porcentagem baixa de pessoas morando na casa de seus patrões em relação ao todo, ao investigarmos onde elas moravam, fica evidente os reflexos latentes da desigualdade social vivida no território metropolitano. Isso porque a maior quantidade de trabalhadoras domésticas moradoras da casa de seus patrões estavam em bairros onde era maior a renda de *per capita* por domicílio, reafirmando que as famílias de maior poder aquisitivo do território metropolitano do Rio de Janeiro ainda reproduzem a necessidade social de possuir de uma trabalhadora doméstica moradora de sua casa.



**Mapa 11** – Zoom de mapa 10 evidenciando a Zona Sul. Porcentagem de domicílios com renda domiciliar mensal *per capita* igual ou maior que 5 salários mínimos



**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Elaboração própria

Após debruçarmos sobre o local de moradia das famílias que contratam o trabalho doméstico de modo integral, mudaremos o foco para o local de moradia de mais de 95% das trabalhadoras domésticas da Região Metropolitana, através de dados disponibilizados pelo Censo Demográfico IBGE das áreas de ponderação. As áreas de ponderação são construídas pelo IBGE através de critérios de relativa homogeneidade demográfica e tamanho populacional e são um agrupamento de setores censitários. A utilização das áreas de ponderação tem a vantagem de possibilitar uma análise mais detalhada devido a uma coleta de dados mais minuciosa do território metropolitano.

Ao investigar o percentual de trabalhadoras domésticas através de dados trabalhados por Ferreira (2023) por área de ponderação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é possível perceber que as trabalhadoras domésticas moravam em sua maioria nos municípios mais distantes da capital da Região Metropolitana. Não existe um município com mais de 50% do percentual de trabalhadoras morando, dividindo-se em muitos municípios. Entre 11 e 15% são eles: Maricá, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mangaratiba e Nova Iguaçu. Os

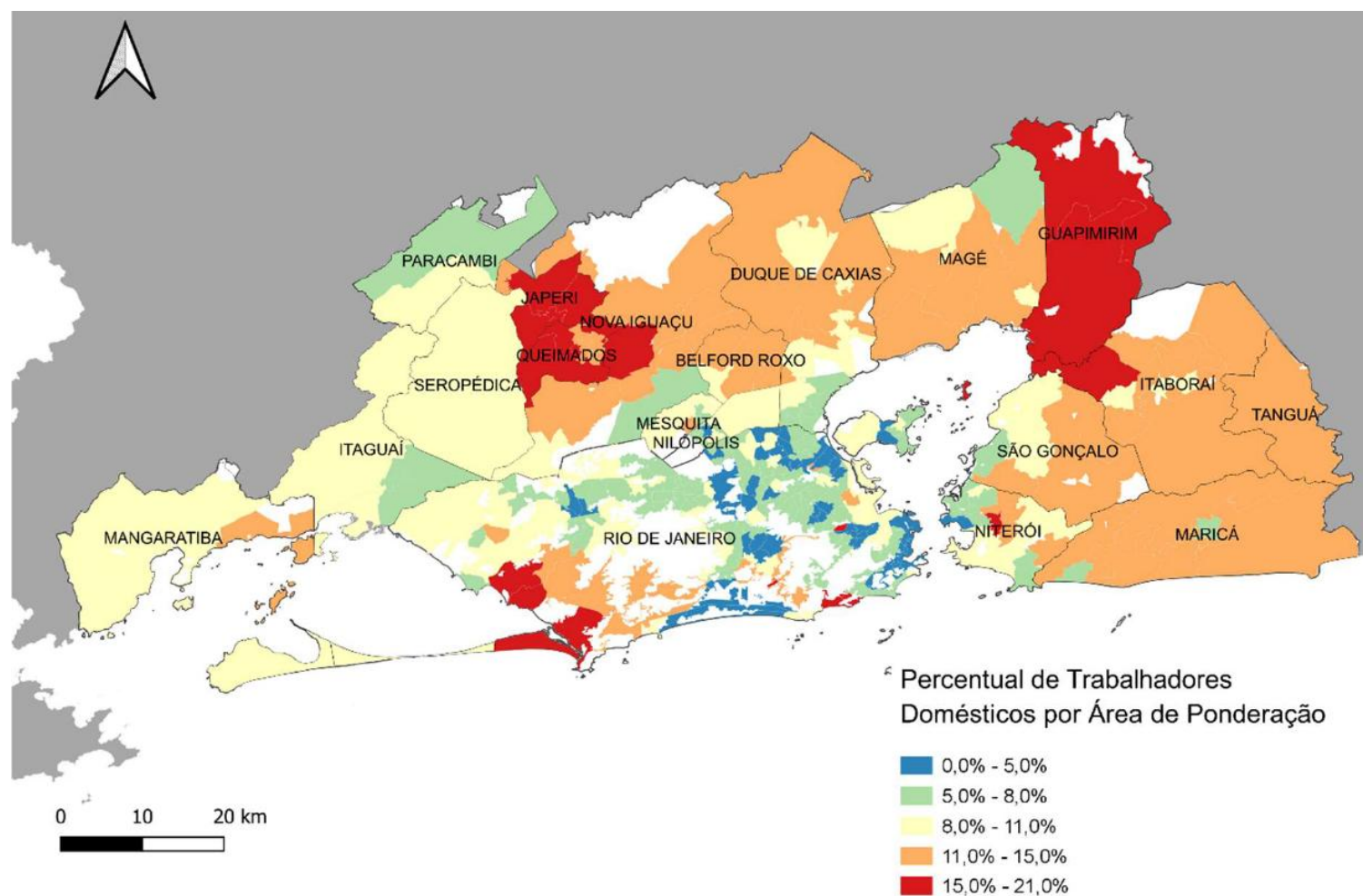
municípios de Queimados, Japeri, Guapimirim e Nova Iguaçu concentravam 15 a 21% das trabalhadoras.

Importante também considerar que a elevada porcentagem também era visualizada no município do Rio de Janeiro e Niterói, municípios que são considerados os centros sociais e econômicos da região metropolitana, porém em bairros, ou afastados do centro como Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba, ou em favelas localizadas ao lado de bairros de elevado status social e econômico como a Favela da Rocinha, a Favela da Mangueira e a Cidade de Deus, favelas com elevado número de habitantes.

Esse padrão também se repetia em Niterói, onde a elevada porcentagem de trabalhadoras domésticas morava no Fonseca ou em Cubango, bairros onde predominavam trabalhadores do proletariado de serviços e subproletariado. Importante também evidenciar que o único bairro com maior status social e nula ou irrelevante porcentagem de trabalhadoras domésticas que moravam com suas próprias famílias era a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, fato completamente diferente das trabalhadoras que moravam na casa dos seus patrões como vimos acima.

Bairros como Copacabana, Ipanema, Glória, São Conrado, ou ainda bairros da Zona Sul de Niterói como Icaraí, Santa Rosa e Ingá são bairros com elevado status social e moradores com alto poder aquisitivo, e ainda assim possuíam ao menos 10% de trabalhadoras domésticas que moravam com suas próprias famílias. Importante ressaltar que, para essa análise específica, foram desconsideradas as trabalhadoras que moravam na casa de seus patrões, com foco somente nas trabalhadoras que moravam com suas próprias famílias e se deslocavam diariamente para seus locais de trabalho, e nesse caso, os bairros anteriormente citados em pequena escala apresentavam moradias para essas trabalhadoras.

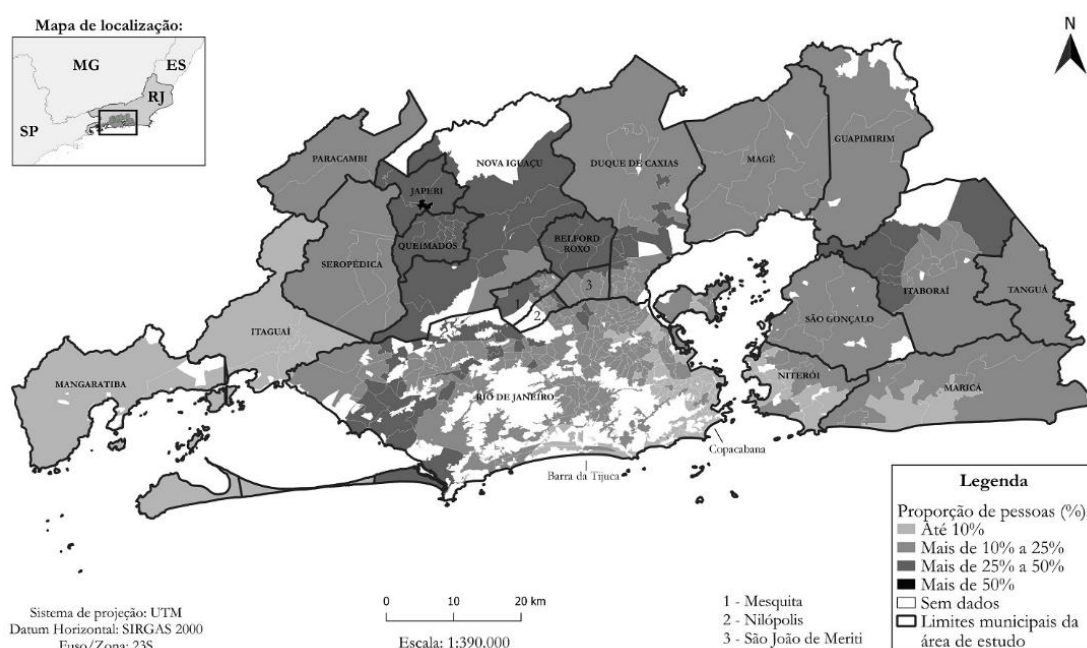
**Mapa 12** - Mapa com percentual de trabalhadores domésticos por Área de Ponderação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Dados do Censo Demográfico de 2010



. Fonte: Boletim IPPUR (DIAS *et al.*, 2023).

Um ponto importante para a investigação da segregação socioespacial acometida às trabalhadoras domésticas foi a relação do local de moradia das trabalhadoras por área de ponderação com as investigações feitas por Ribeiro e Ribeiro (2015), em que territorializam o nível de escolaridade e o tempo de deslocamento casa-trabalho na Região Metropolitana no Rio de Janeiro. As conclusões chegadas pelos autores são de que a baixa escolaridade está relacionada a porções do território metropolitano com baixo status social, cultural e econômico. Seu tipo de ocupação tem relação com seu local de moradia e a dificuldade de deslocamento casa-trabalho, evidenciando a territorialização de pessoas com baixa escolaridade e trabalhos de pouco rendimento em regiões mais afastadas dos centros metropolitano, tendo que percorrer longas distancias para realizar seus trabalhos.

**Figura 21** - Proporção de pessoas ocupadas que realizam deslocamento casa-trabalho acima de 1 hora (em %) – 2010

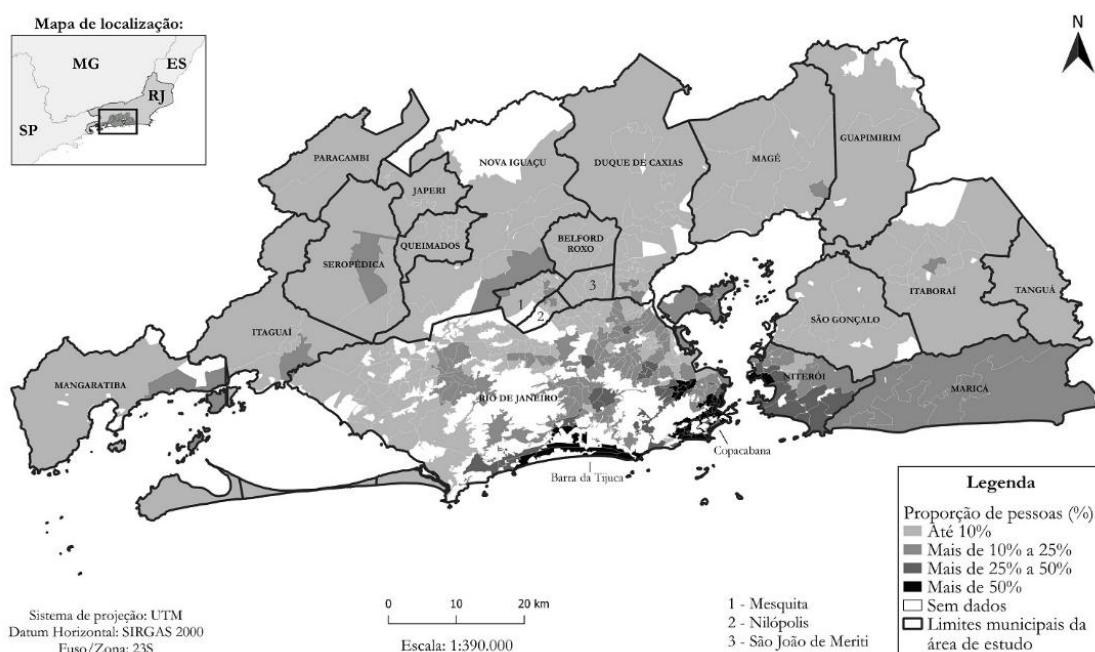


Fonte: Ribeiro; Ribeiro, 2021

Aos cruzar os dados do local de moradia das trabalhadoras com os mapas desenvolvidos pelos autores (Ribeiro; Ribeiro, 2021), fica evidente que as trabalhadoras domésticas moradoras de Queimados, Nova Iguaçu e Japeri, onde possui maior porcentagem delas na RMRJ, compõem a porcentagem de

trabalhadores que se deslocavam mais e uma hora no trajeto casa-trabalho. E também eram essas trabalhadoras que compunham a porcentagem de pessoas com pouco índice de escolaridade nessas cidades, corroborando para os dados compilados acima sobre a baixa escolaridade atrelada às trabalhadoras domésticas.

**Figura 22** - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível superior de escolaridade (em %) – 2010



Fonte: Ribeiro; Ribeiro, 2021.

### 3.3.2 Mudanças e persistências em 40 anos para o trabalho doméstico

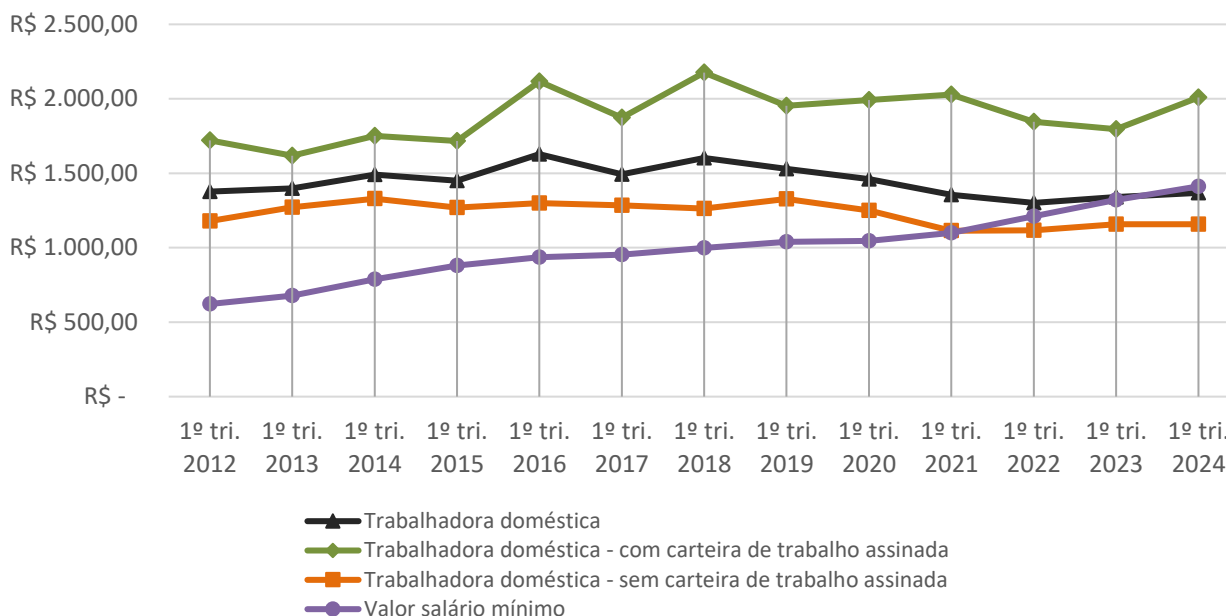
Visualizando as modificações e permanência das características das ocupações de 1980 para a atualidade, Ribeiro (2024a) nos demonstra pouca alteração no rendimento médio das ocupações do Brasil, porém o rendimento mediano aumentou. No Brasil, o valor do rendimento médio é maior que o rendimento mediano, isso significa que mais da metade das pessoas ocupadas ganham valor inferior ao rendimento médio, um traço da enorme desigualdade de renda em que poucos ganham o equivalente ao salário de muitos (Ribeiro, 2024a).

Também segundo Ribeiro (2024a), nos últimos 40 anos a estrutura econômica e social no Brasil se modifica completamente, com redução, inclusive da desigualdade de renda entre 1982 e 2021.

Com o foco no trabalho doméstico, é possível perceber que mesmo com a variação positiva de 53,7% no rendimento médio das trabalhadoras domésticas no Brasil, essa ocupação continua a possuir o menor rendimento médio na estrutura sócio-ocupacional. Segundo Ribeiro (2024a), em 1982, o rendimento médio dessa categoria era de R\$667,66, e o valor do salário mínimo era de R\$757,14.

Em tabela desenvolvida para a pesquisa com dados da PNAD contínua disponibilizados através do SIDRA (Banco de Tabelas Estatísticas) do IBGE é possível visualizar que o rendimento médio das trabalhadoras domésticas (em preto no mapa) de 2012 para 2024 no estado do Rio de Janeiro segue valores sempre parecidos com o salário mínimo. Entre 2012 e 2018 possuiu aumento de 2 a 4% por ano, um pouco abaixo do aumento do salário mínimo que possui média de 4%. A partir de 2018 o rendimento médio das trabalhadoras domésticas apresentou queda, ficando em 2024 abaixo do salário mínimo, que possuiu aumento naquele ano (linha roxa).

**Tabela 15** – Rendimento mensal, em real, das trabalhadoras domésticas ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho efetivamente recebido no trabalho principal no estado do Rio de Janeiro



**Fonte:** PNAD Contínua. Sistema IBG de Recuperação Automática (SIDRA – IBGE).

Ao investigar o rendimento médio<sup>23</sup> das trabalhadoras domésticas a partir das trabalhadoras domésticas que possuem ou não carteira de trabalho é evidenciada grande diferença de rendimento devido à formalidade da ocupação. As trabalhadoras domésticas com carteira assinada (linha verde) possuíram entre 2012 e 2024 salários sempre acima do salário mínimo. Uma pessoa com carteira assinada em 2018 ganhava 42% a mais que uma pessoa sem carteira de trabalho, percentual que aumentou para 45% em 2021 e em 2024 segue a 42%. Em 2021, enquanto as trabalhadoras domésticas com carteira tinham rendimento médio mensal de R\$ 1.845,00, as trabalhadoras domésticas sem carteira (linha laranja) ganhavam em média R\$ 1.117,00, valor abaixo do salário mínimo do ano de R\$ 1.212,00. Os anos que seguiram a pandemia foram períodos em que as trabalhadoras domésticas por

<sup>23</sup> Para o trabalho doméstico não é necessário investigar o rendimento mediano, isso porque o salário das trabalhadoras possui valores parecidos, e assim a média é a forma mais eficiente nesse caso de investigar o rendimento delas.

conta própria sofreram bastante, pois não eram pagas ou ganhavam muito a menos do valor acordado (Duarte, 2020; Ferreira, 2020; Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos, 2021).

O início dos anos 2000 até a instauração da crise em 2015 foi um período de muitas melhoras econômicas como comentado em capítulos anteriores. A partir de 2016, o rendimento médio mensal das trabalhadoras passou a apresentar uma leve queda, intensificada com a pandemia e até chegar a se aproximar com o valor do salário mínimo. Essa batalha de ascensão do salário das trabalhadoras e sua constante facilidade de queda, apesar dos avanços de direito e justiça ao longo dos anos, e associando facilmente ao valor do salário mínimo, nos rememora os conceitos abordados por Cardoso (2019) acerca da fronteira de necessidade.

Para o autor, como vimos, a percepção da desigualdade e o sentido de justiça está atrelado ao acesso aos bens pela sociedade e podem ser classificados através de uma fronteira da necessidade e uma fronteira de legitimação. A fronteira da necessidade, como vimos, se relaciona ao mínimo necessário para a sobrevivência material, essa percepção varia entre o pobre e o rico e a disponibilidade percebida desses bens.

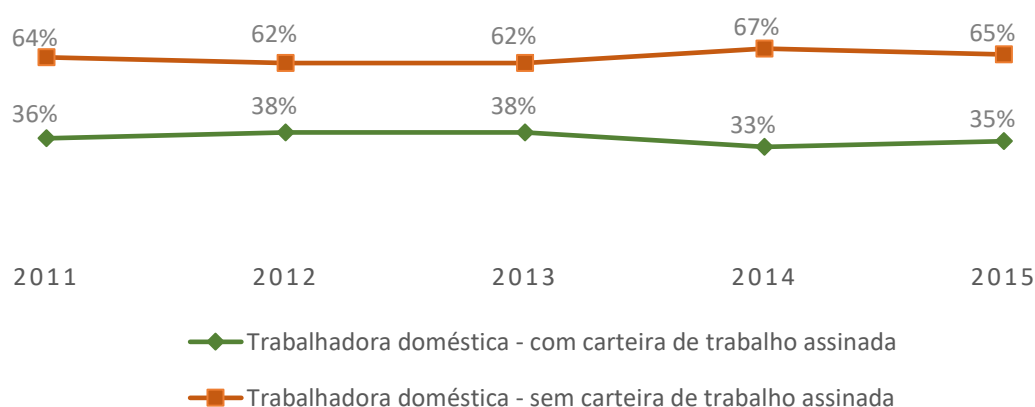
É possível associar, a partir dos conceitos de Cardoso (1961), que a fronteira da necessidade no Brasil está associada ao valor do salário mínimo, valor considerado mínimo para a sobrevivência material. Apesar de sabermos que no Brasil 27% da população vive na extrema pobreza, ganhando 209 reais por mês CATTO, 2024), 1/6 do salário mínimo. Porém, como propõe Cardoso (1961), a fronteira da necessidade está atrelada ao mínimo ideal para sua reprodução. Por isso, podemos dizer que para parte da população, a percepção da desigualdade no caso do valor recebido pelas trabalhadoras domésticas é considerada socialmente aceitável, reafirmando uma estratificação social e uma divisão entre pobres e ricos.

Ao investigar a quantidade de trabalhadoras domésticas com carteira assinada na Região Metropolitana no Rio de Janeiro entre 2011 e 2015 de acordo com os dados da PNAD contínua disponibilizados pelo SIDRA, é visualizado que sempre a maioria delas, porcentagem que gira em torno de 60% não possuíam carteira de trabalho.

Obviamente devemos ter atenção às comparações, isso porque os dados compilados acima são para o estado do Rio de Janeiro e os dados abaixo para a Região Metropolitana. Porém, é correto afirmar que o predomínio da informalidade no

trabalho doméstico é, infelizmente, uma característica recorrente em todo o território nacional.

**Tabela 16** – Posição na ocupação no trabalho principal para as trabalhadoras domésticas (RMRJ)



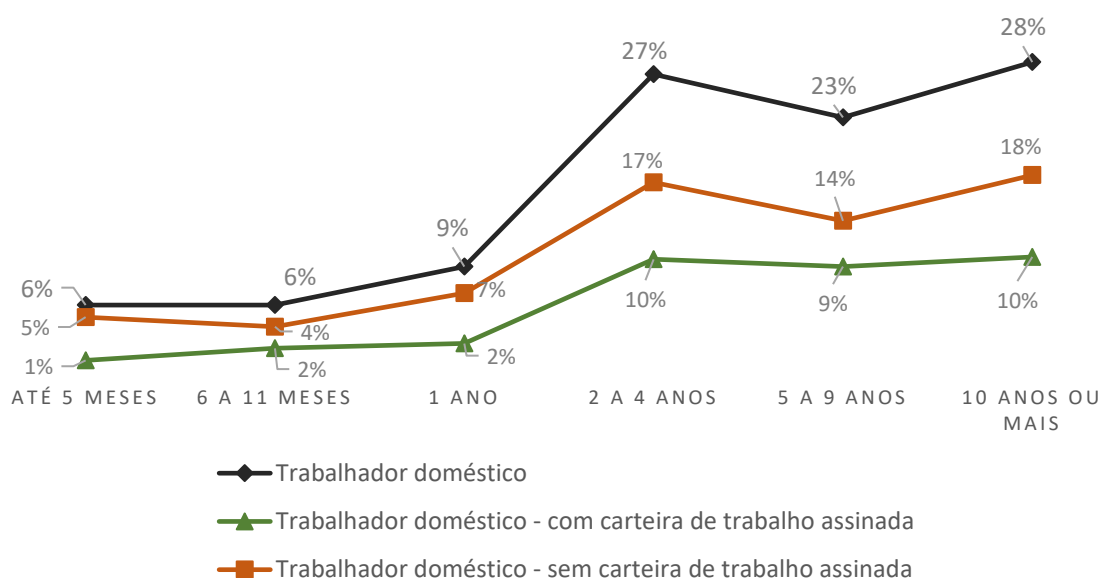
**Fonte:** PNAD Contínua. Sistema IBG de Recuperação Automática (SIDRA – IBGE).

Outro relevante dado para a investigação das modificações do trabalho doméstico na metrópole ao longo dos anos é o tempo de permanência na mesma ocupação principal, e no caso do trabalho doméstico, trabalhadoras que permanecem trabalhando para as mesmas casas de família. Os dados entre 2011 e 2015 disponibilizados pelo SIDRA/IBGE possuem pouca variação ao decorrer dos anos, por isso, a tabela abaixo tem como foco o ano de 2015. Mais da metade das trabalhadoras domésticas possuem longo período de permanência no mesmo trabalho, com 28% do total das trabalhadoras com 10 anos ou mais de permanência do trabalho, reafirmando a prática de contratação da mesma trabalhadora doméstica para a mesma família ao decorrer dos anos. Prática que reafirma posições sociais, levando a afirmações duvidosas como “serem da família” pelo longo tempo de trabalho, prática acima que só reafirma as desigualdades sociais, culturais e racistas.

Ao avaliar o tempo de permanência é também visualizado diferença entre as trabalhadoras que possuem ou não carteira assinada. As trabalhadoras com carteira eram quase o dobro das trabalhadoras sem carteira que permaneciam no mesmo

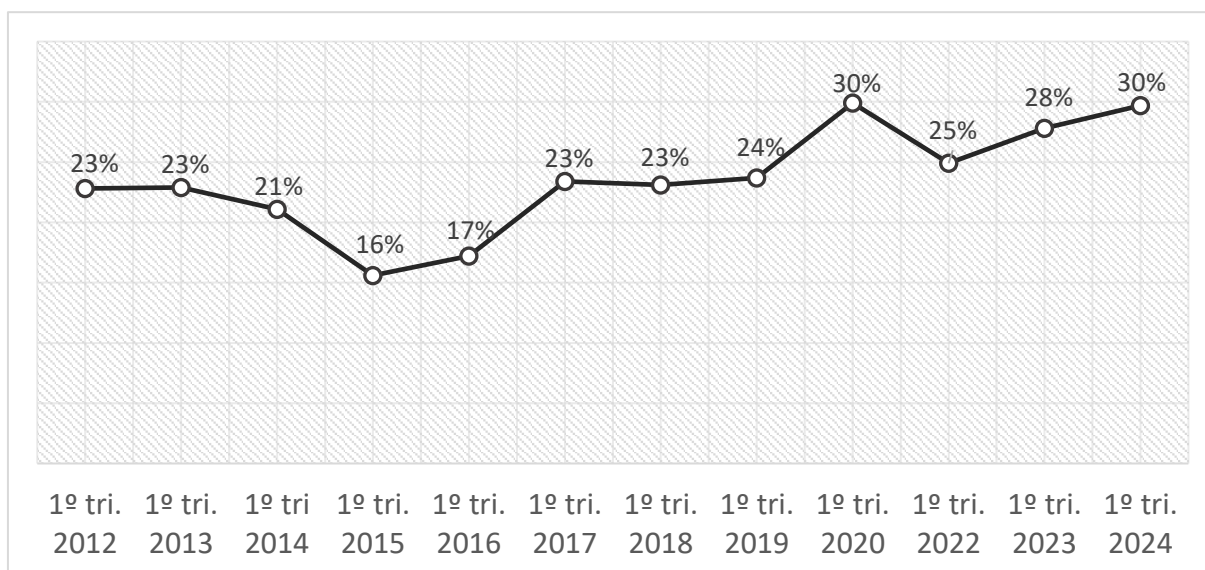
trabalho após 5 anos ou mais, evidenciando a segurança de trabalho ao garantir a carteira assinada e a características das famílias contratadas que regularizam essa situação somente após anos de trabalho.

**Tabela 17** – Tempo de permanência na ocupação principal para s trabalhadoras domésticas em 2015 (RMJ)



**Fonte:** PNAD Contínua. Sistema IBG de Recuperação Automática (SIDRA – IBGE).

Entre 2012 e 2024 foi levantado através da PNAD Contínua as trabalhadoras domésticas que trabalhavam em mais de um domicílio. Através dessa variável foi possível avaliar a quantidade de trabalhadoras que executavam o trabalho em uma modalidade mais conectada com a contratação por diária, prática cada vez mais comum. Ao analisar os primeiros trimestres entre 2012 e 2024 é visualizado aumento da porcentagem de trabalhadoras que executavam o trabalho doméstico em mais de uma casa, totalizando em 2024, 30% delas.

**Tabela 18** – Trabalhadoras domésticas que trabalham em mais de um domicílio (RMRJ)

**Fonte:** PNAD Contínua. Sistema IBG de Recuperação Automática (SIDRA – IBGE).

Por último, é importante considerarmos a relação entre os salários das trabalhadoras domésticas de 1980 para 2024 no Brasil metropolitano, isso porque o trabalho doméstico é importante chave analítica para compreensão das desigualdades sociais, e neste caso em específico, da desigualdade de renda. Ribeiro (2024a), ao investigar as mudanças e permanências da estrutura sócio-ocupacional nos últimos quarenta anos, nos mostra que ocorreu uma redução das desigualdades de renda no Brasil metropolitano, e isso tem influência em parte, na variação positiva do rendimento médio das trabalhadoras domésticas, pois, “mesmo as categorias sócio-ocupacionais que tiveram variação positiva, tiveram-na em patamar inferior ao obtido pelos trabalhadores domésticos” (Ribeiro, 2024a, p. 37).

A maioria dos trabalhadores tiveram redução da sua razão de renda devido à variação negativa dos seus rendimentos médios, porém, somente o trabalho doméstico, a ocupação com menor rendimento dentre todas as ocupações, teve saldo positivo ao considerar os rendimentos médios dos últimos quarentas anos no Brasil metropolitano.

Isto leva a considerar que para garantir a diminuição geral da desigualdade de renda foi necessário que algumas categorias sócio-ocupacionais tivessem ganhos mais elevados de renda (Ribeiro, 2024a) e que o trabalho doméstico pudesse representar a redução dessa desigualdade de renda nos últimos 40 anos. O dado

exposto reafirma o trabalho doméstico como um reflexo das desigualdades do Brasil, além da importância de investigar a ocupação do trabalho doméstico nos últimos 40 anos como reflexo de como se deu a desigualdade brasileira nos últimos anos.

As outras ocupações que tiveram aumento da renda foram os trabalhadores de serviços de entrega e os trabalhadores dos serviços de limpeza, porém, ocupações que aumentaram sua renda abaixo do rendimento médio. O aumento dessas ocupações tem razões sociais com a modificação das relações capitalistas financeirizadas, através do trabalho de plataforma.

Nos últimos 40 anos, houve redução da desigualdade de renda, porém, a grande disparidade social ainda se manteve, construída historicamente através da escravidão do povo preto e disparidade de gênero. Assim, o trabalho doméstico tem aumento na sua renda, reflexo dessa redução de desigualdade, mas continua como trabalho relevante, principalmente entre as mulheres negras de baixa instrução e poder aquisitivo na RMRJ.

Mesmo com variação positiva de 53,7% no rendimento médio das trabalhadoras domésticas no Brasil, ainda assim, continuou a ser o menor rendimento médio na estrutura sócio-ocupacional. Segundo Ribeiro (2024a), em 1982, o rendimento médio dessa categoria era de R\$667,66, e o valor do salário mínimo era de R\$757,14. Em 2021, o rendimento médio era de R\$1.023,03 e o salário mínimo, de R\$1.212,00. Ou seja, apesar do aumento do rendimento médio, as trabalhadoras domésticas sempre ganharam, em média, valor inferior ao salário de referência básica do mercado de trabalho.

Para a renda, ocorreram importantes mudanças e readequações sociais que são vistas através do trabalho doméstico. A maioria das famílias brasileiras não considera mais necessário um trabalho doméstico remunerado diário, por exemplo, por isso as trabalhadoras aumentam cada vez mais a porcentagem das que trabalharam em mais de um domicílio, para complementar a renda, e, dessa forma, sem carteira de trabalho e garantias trabalhistas.

#### **4 FLUIDAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: “DONA MARIA JÁ SE FOI, SÓ DEPOIS É QUE O SOL NASCE...”<sup>24</sup>**

Este capítulo apresenta o território vivido pelas trabalhadoras domésticas, trazendo à tona suas vivências e possibilitando a construção de um retrato mais abrangente da complexidade urbana. Assim como bell hooks, acreditamos aqui na potência da compreensão do território pelos habitantes dos espaços periféricos, “por se deslocarem frequentemente atravessando longas distâncias entre casa e trabalho constroem uma compreensão sobre ambos os espaços” (hooks, 2019). Elas observam a cidade diferentemente das posições privilegiadas na tessitura social que vivem nas áreas centrais, e não realizam os mesmos deslocamentos ou as mesmas distâncias, percorrendo e vivenciando múltiplas formas de vida.

A construção desse capítulo tem como metodologia a realização de duas entrevistas mais longas com duas trabalhadoras domésticas, relacionando a sua posição de trabalho com aspectos e marcos de sua vida e trajetória. A proposta é contar essas histórias, em uma linguagem narrativa, trazendo para a dissertação histórias de trabalhadoras domésticas que só aconteceriam em países com características históricas como o Brasil e suas determinadas condições sociais já levantadas nos capítulos anteriores.

Uma das propostas de investigação proposta deste capítulo é também contar a história das trabalhadoras domésticas para além dessa ocupação, quais são seus laços afetivos criados ao longo dos anos e como vivencia a cidade. Não é através do trabalho doméstico que elas exercem suas práticas de resistência e vivência no território. O movimento sindical abrange poucas sindicalizadas na esfera total, e suas práticas de resistência como mulheres negras perpassam outros lugares para além do trabalho.

Durante o processo de escolha das entrevistas, do processo de entrevista e depois das reflexões e escritas trazidas aqui, ficou cada vez mais evidente a necessidade de me reafirmar como sujeito presente nessas conversas e o quanto das

---

<sup>24</sup> Trecho de música: A Ordem Natural das Coisas. Emicida feat. Mc Tha. Álbum: AmarElo. Laboratório Fantasma. 2019

conversas acionaram as experiências de vida da minha família e as pesquisas relacionadas ao tema desde o início do processo de construção da dissertação.

Por isso, nesse capítulo decido contar a história delas em primeira pessoa, evidenciando o meu corpo-território (Gago, 2020; Tavares, 2023) também presente nessa troca com as entrevistadas, e no modo que percebo e aciono reflexões a partir de suas falas. Ao ouvi-las, e no processo de transformar isso em escrita, tornou-se cada vez mais necessário inserir meu “eu-pesquisadora” no relato dessas experiências, considerando as particularidades das trabalhadoras domésticas e os acionamentos de sociedade a partir disso. É possível considerar que as trocas por elas compartilhadas aumentaram minhas práticas de conhecimento para a construção da pesquisa, instigando por uma epistemologia construída a partir do contato com essas mulheres (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2010).

Uma pesquisadora, que observou, perguntou e se sentiu muito atravessada pelas histórias contadas, conectou as histórias delas com as experiências da minha família, com livros lidos, músicas ouvidas, com as referências bibliográficas trazidas e com as investigações de segregação socioespacial que investiguei a partir das trabalhadoras domésticas no território metropolitano do Rio de Janeiro.

Para resguardar a história e particularidades pessoais das entrevistas, troco neste capítulo o nome das entrevistadas e de todas as pessoas citadas por elas. A estrutura da entrevista era muito fluida, com a proposta delas contarem um pouco de sua história, relacionando os aspectos pessoais e a sua trajetória de trabalho no trabalho doméstico. Nessas conversas também foram destacadas a rotina de trabalho, as suas condições de moradia do seu local de trabalho e as condições de moradia de seus patrões, além das percepções sobre o deslocamento entre a residência e seus locais de trabalho.

Considero importante, também, em conversa fluida com as entrevistadas, trocar sobre suas relações familiares, seu núcleo familiar, suas relações de criação e relação com outros membros da família, pensando em construir, ainda que muito prematuramente, uma investigação das ocupações realizadas por essas famílias ao longo dos anos. Além disso, também conversarmos sobre as perspectivas de futuro das entrevistadas, sonhos ainda não realizados e o envelhecer.

#### 4.1 Aproximação

Me aproximei das duas entrevistadas através de minha tia, que veio trabalhar no Rio de Janeiro nos anos 1970 como dama de companhia para uma senhora no bairro Méier, Dona Leninha. Seus laços tecidos no Méier durante esses mais de quarenta anos de morada foram base para minha conexão com essas mulheres. Minha tia conhece Evanize, a primeira história contada aqui, desde que chegou no Rio de Janeiro, porque as duas trabalhavam na mesma rua. Minha tia passou a frequentar a vila onde Evanize trabalhava para fazer a unha de uma das moradoras.

A boa memória de minha tia também me ajudou muito a contar essas histórias, relembrando os laços criados de muito tempo. Através da construção dessas amizades, minha tia também me confidenciou, em conversas informais, um pouco mais da história de vida das entrevistadas e suas percepções quanto às suas escolhas de vida. Por isso, tanto a entrevista de Evanize, quanto a de Ruth, tem além da interpretação da ouvinte, interpretações de minha tia, que compõem e dão corpo a esse dia de troca com elas.

Entrevistei tanto Ruth quanto Evanize na casa de minha tia, por ser um local próximo do local de trabalho das duas. Além disso, é também um local onde elas já conheciam e conseguiríamos ter uma troca mais confortável, íntima e respeitosa com a história de cada uma.

Minha tia mora em uma parte do Méier bastante ocupada por casas, com prédios somente na rua principal. A maioria das casas têm quintais e espaços arborizados. Ao ouvir a entrevista para redigir os relatos que aqui seguem, os sons das entrevistadas se misturam aos sons de pássaros, que rondavam o Méier naquela manhã de inverno de uma quarta-feira. Minha tia mora nos fundos de uma casa onde o dono é um de seus antigos chefes, uma família de portugueses que tem alguns imóveis no Rio de Janeiro, e principalmente no Méier. Minha tia vive nessa casa aos fundos, onde antes existia uma mangueira na área de serviço e que cortava o telhado e a casa ao meio, trazendo sombra. O quintal era também mais povoado por plantas e também por uma cachorra, dos donos da casa, que minha tia cuidou por anos. Hoje o quintal é em sua maioria de cimento, mas ainda com um pé de goiaba, plantado pela minha tia e que resiste a mais de 20 anos, e outras plantas que minha tia cuida com muito carinho.

Evanize, amiga antiga da minha tia e que já foi na casa dela algumas vezes, gosta muito de cuidar de plantas. A primeira coisa que Evanize fez ao chegar lá foi reparar como as plantas que antes existiam cresceram, e quais eram as plantas novas. Um pé, que ficamos na dúvida ser de chuchu ou maracujá, era recente e crescia através de todo o varal de roupas que percorre o quintal. Tinha também um novo pé de pimenta, carregado de frutos vermelhinhos e redondinhos, no ponto para serem retirados.

Evanize, na saída, pegou uma pimentinha para tentar plantar em casa, levando com ela um pedacinho da casa da amiga dela que já tanto a acolheu. Evanize aproveitou esse momento para comentar o carinho que nutre pela minha tia, e que, inclusive, a maioria dos trabalhos que hoje ela executa foram indicados por ela.

No mais, a escolha do tema dessa dissertação tem como base a importância de investigar as mulheres negras no trabalho doméstico, mas para as entrevistas dessas trabalhadoras domésticas não foi necessário escolher mulheres negras. Compartilhando a minha pretensão de fazer uma conversa com trabalhadoras domésticas, minha tia, uma mulher preta, sugeriu suas amigas que ocupam o trabalho doméstico a tempos.

Eu não havia contado que o foco do meu trabalho era investigar trabalhadoras domésticas negras, mas tinha certeza que as mulheres indicadas pela minha tia eram negras. E não deu outra. Isso porque sua rede de sociabilidade é bastante segregada racialmente, as mulheres que fazem parte de sua rede de afeto construída através de trabalhos em comum são todas negras, e as redes de afeto criadas pelas patroas são todas brancas. Uma mulher preta reconhece, ajuda e fortalece outra mulher preta nessas redes de trabalho.

O fato da não necessidade de explicar pra minha tia que eu tinha o interesse de falar de mulheres negras trabalhadoras, e de não precisar escolher mulheres negras porque elas “apareceram” devido ao meu percurso de construção da pesquisa e da percepção da rede de fortalecimento criada pelas mulheres negras da minha família, reafirmam ainda mais a construção social dessas trabalhadoras e a necessidade da escolha desse tema por essa ótica.

## 4.2 Evanize

Evanize nasceu em cidade próxima a Garanhuns, em Pernambuco, em 1963 – hoje está com 61 anos de idade – e veio para o Rio de Janeiro quando tinha dezessete anos com o primo de sua mãe. Ao chegar no Rio de Janeiro, trabalhou na casa de Dona Madalena, no Caju, durante quatro anos. Sua patroa trabalhava como nutricionista na cozinha industrial do antigo Hospital São Sebastião, no Caju.

Passados os quatro anos, Dona Madalena, devido a uma proposta de emprego, resolveu mudar para alguma cidade mais distante da região metropolitana, na qual Evanize não se recorda ao certo, talvez Santa Cruz, bairro do Rio de Janeiro, ou Belford Roxo, município da região metropolitana. Evanize, apesar de gostar bastante de Dona Madalena, não queria se mudar para mais distante, por isso sua patroa conseguiu para Evanize um novo trabalho, na casa da Dona Naide, também trabalhadora da cozinha industrial do Caju como nutricionista.

Evanize conta, com afeto, que Dona Naide e ela envelheceram juntas e usa o crescimento das crianças de sua patroa como exemplo de como passou bastante tempo trabalhando com ela. Quando começou a trabalhar na casa de Dona Naide, Rosângela e João eram adolescentes, os quais viram crescerem. Os filhos, tanto seus quanto da patroa, são importantes marcações do tempo. Minha tia inclusive comentou antes da entrevista que ela criou os dois filhos de Dona Naide, que hoje tem mais de 50 anos, além da mãe da patroa, hoje já falecida. Evanize engravidou e ganhou seu filho Carlos na casa da Dona Naide, cuidando de seu filho na casa da patroa até completar 12 anos. Após esse período, casou e foi morar com o marido. Evanize, em todos os momentos da conversa, não gostava de lembrar do marido e considerava ter sido uma péssima ideia ter se casado com ele.

Evanize morava na casa de Dona Naide, uma casa grande e de vila na Rua Aquidabã, no Méier, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro. Quando foi morar com o marido mudou, em primeiro momento, também na Rua Aquidabã, na esquina da vila da patroa, porém em um prédio, morando de aluguel. Depois, mudou com o marido para Duque de Caxias. Mas como começou a ficar muito perigoso, resolveu sair de lá.

Para Dona Naide, foram mais de 20 anos trabalhando como trabalhadora doméstica, de segunda a sexta. No início ela era contratada com carteira assinada, mas, a partir de 1990 (depois de ter ficado um ano em Pernambuco enquanto sua

mãe era viva, e para apresentar a ela seu filho Carlos), não tinha mais carteira assinada e Dona Naide propôs uma contratação como diarista. Naquela época, ela era contratada por mês, porém sem os benefícios da carteira de trabalho.

Depois disso, a patroa contratou uma cuidadora, pois começou a envelhecer e não conseguir mais ficar sozinha, além de começar a sofrer de Alzheimer. Evanize, inclusive, lembra que foi ela uma das primeiras a perceber que Dona Naide começava a sofrer da doença. Ela comentava com Rosângela, filha da Dona Naide, que sua patroa estava começando a esquecer muitas coisas e estava mudando rapidamente, mas Rosângela insistia que era mal da idade. É importante perceber como a esfera do cuidado acontece na relação entre as trabalhadoras e suas patroas, mas muitas vezes elas são menosprezadas ou não ouvidas pelos outros familiares.

Depois dessa mudança de vida da Dona Naide, Evanize passou a ganhar por diária e a não ir todos os dias, mudando sua frequência para duas vezes na semana. É nesse momento, mais ou menos no início dos anos 2000, que Evanize começa a trabalhar como diarista em mais de uma casa durante a semana, e segue assim até hoje. O trabalho doméstico é então para Evanize sua principal ocupação, desde o início de sua vida no trabalho até hoje. Desde então, Evanize ganha por dia trabalhado, não possui o cadastro no Microempreendedor Individual (MEI)<sup>25</sup>, mas contribui com o carnê para a previdência social do governo, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Evanize nunca foi cuidadora de idosos ou babá, sempre trabalhou com faxina. Quando Dona Naide foi piorando do Alzheimer, Evanize passou um tempo indo aos sábados para ser companhia para sua patroa. Nesse momento, a cuidadora ia de segunda a sexta, e aos sábados ela ficava cuidando da patroa. Segundo Evanize, ela era somente uma acompanhante, porque a patroa fazia tudo sozinha. Ela sentia que Dona Naide precisava mais de uma companhia, para dar atenção a ela, e para ela não se machucar.

Evanize se recorda que nunca quis cuidar de idosos nem de crianças, por ser uma responsabilidade muito grande. Ela conta, rindo, que não tem a mínima paciência de cuidar de crianças, pois, segundo ela, muitas crianças hoje em dia não sabem ouvir, ou não se pode dizer não. Uma vez, ofereceram a ela um trabalho de babá, mas

---

<sup>25</sup> Regime tributário simplificado para a formalização de pequenos empreendedores e trabalhadores autônomo.

ela recusou porque sempre quis fazer faxina. Evanize explica que vai um dia, limpa tudo que precisar, fica somente escutando as reclamações das patroas, em sua maioria mais velhas, e depois vai pra sua casa, não precisando ter responsabilidade com mais ninguém.

Hoje, Evanize mora em Saracuruna, bairro de Duque de Caxias na baixada fluminense<sup>26</sup>, há mais de 16 anos, onde comprou uma casa para morar com os filhos. Evanize gosta de morar lá, pois o terreno é grande e pode plantar no quintal. Ela também conta com alegria que o quintal torna agradável fazer um almoço tranquilo chamando família e amigos. Para ela, uma das coisas ruins de morar em Saracuruna é trabalhar no Méier devido ao tempo de trajeto. É difícil depender do trem para fazer esse trajeto, por ser muito longo, e muitas vezes não funcionar, devido a manutenções ou operações nos bairros onde passa.

Quando não tem trem ela não vai, pois um trajeto que dura em média duas horas fica completamente incerto e pode durar mais de quatro horas. O pior ramal, segundo ela, é o de Saracuruna, porque muitas vezes o trem quebra e fica muitas horas sem funcionar, ou ainda sua linha tem que ser paralisada devido a tiroteios em bairros como Parada de Lucas, Vigário Geral, Brás de Pina e Cordovil. Além disso, segundo ela, prefere não pegar ônibus pois depois da pandemia, as linhas que vão até a Central do Brasil saindo de Saracuruna diminuíram muito, e ainda é bem mais cansativo pelo trânsito e engarrafamento.

Para chegar no Méier, Evanize sai da sua casa em Saracuruna e anda até a estação de trem por pelo menos 20 minutos, pois, como pontua, mora distante do centro, em uma área com características mais rurais. Na estação, pega o trem até o Maracanã, e de lá desce para pegar outro trem sentido Méier. Descendo no Méier, pega um ônibus até as casas onde faz faxina. Evanize lembra que antigamente andava da estação de trem até as casas que trabalha, um trajeto de mais ou menos 20 minutos andando. Porém, hoje em dia, não faz mais isso por ser cansativo, preferindo pegar um ônibus. Um momento, assim como muitos outros vistos na

---

<sup>26</sup> A baixada fluminense é um termo popular utilizado para definir os municípios que fazem parte da Região Metropolitana e estão localizados na porção oeste do território metropolitano e ao longo dos anos foram se desmembrando do Rio de Janeiro e do município de Iguaçu. São eles: Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

entrevista, em que Evanize relembra como o avanço da idade interfere em suas práticas cotidianas de trabalho e em seus anseios de futuro.

Lembro que Evanize comentou que também anda de sua casa até a estação de trem em Saracuruna, e pergunto se ela também prefere de vez em quando pegar um ônibus, mas Evanize responde que não tem ônibus da casa dela até a estação, então sempre tem que andar. Lembro de mais uma das diferenças de infraestrutura associada a localização do seu bairro e do pouco abastecimento e ônibus conectando os bairros mais afastados a pontos de trem ou BRT nas cidades metropolitanas.

Devido à distância do trajeto até o Méier, Evanize prefere dormir na casa de suas patroas quando vai trabalhar, ficando alguns dias no Méier e fazendo todas as faxinas de uma vez. Isso porque gasta mais tempo na condução até o trabalho do que trabalhando. Hoje em dia, Evanize trabalha em cinco casas. Na casa da Dona Naide trabalhou até uns dois anos atrás, mas hoje, com 90 anos, sua ex-patroa está num asilo pra idosos. Evanize fala disso com muito pesar na voz, reafirmando que cada família decide o que fazer com suas pessoas de mais idade, mas que Rosângela não tem paciência de cuidar da sua mãe. Ela já foi visitar Dona Naide no asilo e a viu muito triste, chorando muito. Além de sofrer bastante com a doença, de vez em quando lembrava de Evanize com carinho na visita.

Apesar da casa estar vazia, de vez em quando Evanize vai à casa de Dona Naide fazer uma limpeza para a casa não ficar abandonada. Além disso, trabalha na casa de Dona Elisa há seis anos como diarista, e na Dona Iasmin, também como diarista, há dois anos e pouco. Essas três casas ficam na mesma vila, na Rua Aquidabã, onde morou. Evanize, nesse momento da conversa, foi lembrando as casas que trabalha, duas vezes na semana é diarista para uma família em Água Santa, e na casa do Seu Alex na Aquidabã há quatro anos. Evanize trabalha terça, quarta e quinta e nesses dois dias dorme no Méier, na casa da Dona Elisa ou da Dona Naide. Dona Elisa também é uma senhora de mais de 90 anos e Evanize, neste momento da conversa, levanta a preocupação das duas venderem suas casas. Isso acarretaria para Evanize a perda de trabalho e local para dormir quando vai ao Méier.

Evanize resume que trabalha fixo três vezes na semana e de quinze em quinze dias vai a algumas casas, sempre alternando entre as casas e não trabalhando mais de três vezes na semana. Ela vai ajustando os horários de acordo com sua necessidade, e contou, por exemplo, que começou a fazer fisioterapia em Saracuruna

segunda e sextas devido a um problema no joelho, e por isso está indo ao Méier, terça, quartas e quintas. Quando ela terminar, pretende ir ao Méier terças, quintas e sextas. Lembro, mais uma vez, de como a idade vem impactando suas ações cotidianas, tendo que ter mais atenção e cuidado a sua saúde.

A maioria de suas patroas são de muito tempo, e Evanize construiu essa rede de trabalho por serem vizinhas entre si ou familiares de antigas patroas. Devido a idade, Evanize comenta que não pega mais novas faxinas, pois considera muito pesado e cansativo. Segundo ela, às vezes é uma bagunça em faxinas novas, pois a pessoa não limpa a casa há tempo, dando muito trabalho colocar tudo em ordem. Evanize conta a história de uma casa que trabalhou por muitos anos no Sampaio, mas que não tem mais vontade nenhuma de voltar. Contou que, essa semana, inclusive, o filho dessa patroa ligou solicitando seu trabalho, mas Evanize recusou, dando uma desculpa de que não estava mais trabalhando pois estava com problema no joelho. O apartamento dela é um horror, segundo Evanize, com muita coisa. Relembra que essa patroa é uma dessas pessoas mais velhas que guardam tudo, com muitas coisas acumuladas, uma coisa em cima das outras, e muito saco e muita caixa.

Além disso, Evanize fala que essa patroa era muito chata, ficando atrás dela o tempo todo e perguntando onde já tinha limpado, colocando o dedo nos móveis pra ver se ainda tinha poeira. Evanize comenta que saía de lá acabada, pois, além disso, ficava falando de doença o tempo todo. Comentou que essa patroa parecia ter uma carga negativa muito pesada, pois saía de lá sempre muito cansada.

Nesse momento, comentamos um pouco da relação da limpeza de faxina com a limpeza de cargas energéticas e de como ela acredita nisso. Quem tem muita coisa guardada e não doa nada a ninguém fica com muita energia guardada, além de nunca organizar as coisas em casa, deixando as energias pesadas e não renovadas. Evanize também faz referência a sua casa e às casas de pessoas menos abastadas, que não têm muita coisa por falta de dinheiro, mas que também por isso não têm o costume de guardar tanta coisa. Ela não tem nada guardado e só tem aquilo que usa, sempre doando o que não precisa e fazendo as coisas circularem, criando uma rede de cuidado e afeto entre os seus, lembro eu.

Seu Alex (Alexandre) é uma das casas que Evanize vai de vez em quando. Ele tem 50 anos e ela fala com carinho desse patrão, e o usou como contraponto de não associar a sua falta de organização com energias pesadas onde sai exausta. Também

acha muito engraçado o nível de desorganização dele e como não consegue fazer a maioria das coisas em casa. Evanize lembra com carinho que Seu Alexandre, quando não está achando nada em casa, liga para ela, pra pedir ajuda e socorro na faxina e arrumação. Por isso, os dias com ele são mais flexíveis, ela vai qualquer dia e hora que puder. Alex aparentou também não ser rigoroso com os horários e tratar com carinho Evanize.

Evanize conta que a casa do Seu Alex é grande, são três quartos, dois banheiros, uma sala enorme e uma cozinha enorme, cheia de coisa. Ela reclama, pois ele adora bibelôs e enfeites. Mas, segundo ela, a casa dele não é ruim de limpar porque ele não cozinha. Com isso, a cozinha não tem gordura, só poeira e bagunça. Por lá, ela chega cedo e até 10h ou 11h coloca tudo no lugar, sendo uma faxina bem tranquila.

Depois minha tia contou que Seu Alex é filho da Conceição, uma grande amiga da minha tia, umas de suas primeiras clientes quando era manicure e que faleceu de câncer. Minha tia tem muito carinho pela Conceição, ela mostrou muita coisa do mundo pra minha tia e a ajudou em muita coisa. Minha tia apresentou Evanize ao Seu Alex depois do falecimento de sua mãe, pois precisava de ajuda para arrumar a casa. Minha tia também comenta que Seu Alex gosta muito dela e a trata como uma mãe. É importante dizer aqui que elas gostam de compartilhar as histórias das boas relações de trabalho, gostam de ser reconhecidas pelo trabalho exercido e muitas vezes constroem laços de amizades, que viraram realmente um laço de afeto e cuidado, apesar da relação hierarquizada.

Evanize tem dois filhos, Carlos, de 37 anos, e Manoel, de 23. Evanize fala com carinho dos dois, são os Cosme e Damião dela, onde um vai, vai o outro. Eles se dão muito bem. Apesar da grande diferença de idade, são bons amigos. Os dois moram com ela em Saracuruna. O mais velho, Carlos, trabalha em um Atacadão e sofre de esquizofrenia, por isso sempre precisou de mais cuidados de Evanize. O mais novo terminou os estudos e está procurando trabalho. Evanize brinca que não vê a hora dos dois casarem, irem embora e deixarem ela em paz. Isso porque o maior sonho de Evanize é voltar para sua terra natal.

Quando perguntada como se vê daqui a dez anos e se tem algum sonho de vida, Evanize contou que seu maior sonho é, quando se aposentar, voltar para Pernambuco. Isso porque toda a sua família está em Garanhuns. Ela só não foi

embora ainda porque, segundo ela, lá é muito ruim de trabalho. As cidades em que sua família mora estão perto de Garanhuns, mas são no interior, e o trabalho mais frequente por lá é da roça. Após aposentada, acredita que será mais fácil se manter. Os filhos que moram com ela são mais um fator para ela não ir ainda. Evanize ainda não sabe quando vai, não sabe se daqui a dez anos ou mais, mais de uma coisa tem certeza, não quer morrer no Rio de Janeiro.

Evanize conta que ficou mais de 18 anos sem voltar para Pernambuco. Faz dois anos que ela voltou para sua terra natal, e pretende ir de novo no ano que vem. Das sete irmãs, a maioria está por lá, só uma está morando no Piauí. Ela conta que no ano que ia pra Pernambuco, 20 anos atrás, sua mãe faleceu. Depois disso, perdeu a vontade de voltar. Como naquele tempo não existia telefone, e para se comunicar com a família era somente orelhão e carta, foi perdendo o contato. Evanize mandava cartas e ninguém recebia, por isso, com muita tristeza, parou de tentar. Depois, com o celular foi ficando mais fácil encontrar seus familiares, com Facebook e Instagram, ela foi encontrando a sua família. Primeiro achou uma sobrinha que mora em Floriano, e com isso pegou o telefone da sua irmã, depois disso ela conseguiu pegar contato do resto dos irmãos e se comunicar com a família.

Nesse tempo sem contato, muita coisa havia acontecido e ela não sabia, o cunhado e sobrinho de Evanize, por exemplo, haviam falecido e ela não tinha conhecimento. Depois do encontro por telefone, Evanize foi estreitando novamente laços com a família e combinando sua volta à Pernambuco. Quando ela foi, em 2022, ficou um pouco na casa de cada um, porque todo mundo queria recebê-la com muito carinho, e, assim, ficou ao todo 30 dias por lá. Nessa viagem encontrou muita gente que nem lembrava, sobrinhos que nunca tinha visto, meninos crescidos, casados. A sensação é que ela não conhecia ninguém. Seus filhos foram há muito tempo pra lá, antes de sua mãe falecer. Carlos, o filho mais velho, foi duas vezes, e Manoel foi quando tinha apenas dois anos, para sua mãe conhecer. Carlos, que já foi quando mais velho e se lembra da viagem, gostou bastante, mas ela tem dúvidas se hoje em dia ele ia gostar, pois é tudo muito diferente do Rio de Janeiro.

Sua família mora em cidades próximas de Garanhuns, no interior e em cidades pequenas. Uma irmã mora em uma cidade chamada Jupi, de 15 mil pessoas, e a outra mora em Jucati, de 11 mil pessoas. São cidades próximas entre si, mas pequenas e com uma dinâmica bem diferente do Rio de Janeiro.

Ao ser perguntada sobre sua relação com o bairro de trabalho, Evanize gosta de trabalhar no Méier e se sente bem indo pra lá. Isso ocorre, segundo ela, devido ao fato de ter morado por muito tempo na casa da Dona Naide e também com seu ex-marido no apartamento da Aquidabã. Ela considera um pouco diferente de Saracuruna, mas o centro do bairro de Saracuruna bem parecido com o Méier. Evanize comenta que o centro de bairro de Saracuruna não é um centro grande, mas tem muita coisa, ela compra tudo que necessita diariamente por lá, pois tem mercado, loja de roupa, loja de sapato, banco. Como ela mora mais afastada do centro do bairro, é uma caminhada andando, mas apesar disso, faz a maioria das coisas por lá.

Quando precisa de algo que não tem em Saracuruna, vai pro centro da cidade de Caxias. Para atendimento médico, Evanize se consulta em Saracuruna mesmo, lá não tem pronto atendimento, somente CRAS. Fico pensando que antigamente o CRAS tinha clínicos gerais, mas hoje em dia não tem mais essa especialidade, por ser apoio de referência da assistência social, tendo somente psicólogo e psiquiatra. Por isso, quando ela precisa de um médico, vai nos médicos particulares de clínicas populares e os acha muito bons. Como não é algo que precisa com frequência, prefere utilizar as consultas a preço popular.

Saracuruna, seu bairro de moradia, também tem problema de violência, pois o tráfico tomou parte do bairro, inclusive onde mora, e fica até difícil receber as pessoas. Ela conta que a família do seu ex-marido ia muito em sua casa, por exemplo, pois Evanize até hoje se dá bem com as irmãs de seu ex-marido. Porém, hoje em dia é difícil chamá-los para ir lá, pois o tráfico colocou algumas barreiras e quem não conhece se assusta.

Além disso, sua casa sofreu com três enchentes no início de 2024, quando tiveram chuvas torrenciais na baixada fluminense. Choveu e alagou sua casa em janeiro, quando perdeu tudo, em fevereiro e em março. Em março foi a chuva mais forte, onde, em sua casa, entrou quase um metro de água. Ela perdeu geladeira, cama, guarda-roupa. Agora Evanize está comprando as coisas que perdeu aos pouquinhos, mas por causa desses eventos, tem muita vontade de sair de lá. Evanize comentou que agora parece que com qualquer chuva perde as coisas, principalmente depois que asphaltaram, pois a chuva não tem para onde sair. Apesar de gostar de morar no Rio, Evanize lembra que aqui no Rio de Janeiro a gente não vive não, a gente sobrevive.

Evanize lembra que veio para o Rio de Janeiro muito novinha e não tem família por aqui. Tem amigas, mas são poucas, e não tem irmã, nem sobrinha, nem ninguém, só os filhos. As únicas pessoas que tem são a família do seu ex-marido, que a consideram muito, mas moram em Manguinhos e não se veem com tanta frequência.

Por isso, Evanize tem vontade de voltar para Pernambuco. E lembra que “quando a gente vem de Pernambuco, lá no Nordeste, a gente tinha um sonho. Só que quando a gente chega aqui, é completamente diferente. É difícil.” Quando chegou, lembra que foi muito difícil, mas hoje conseguiu se estabilizar bem e agradece a Deus, e ao Rio de Janeiro, pois pontua, “a gente só consegue as coisas com muito sacrifício, muito suor”.

#### **4.3 Ruth**

Ruth é carioca, nasceu no Rio de Janeiro e morou na comunidade da Cachoeirinha, no Lins, durante 42 anos. Como diarista, Ruth trabalha há mais de 26 anos, mas como doméstica faz muito mais. Ruth até me questiona se doméstica e diarista é a mesma coisa, e eu pontuo que sim. No trabalho doméstico, Ruth trabalha desde os 12 anos de idade, conta que perdeu sua mãe com 11 anos e depois disso seu pai a colocou para trabalhar em casa de família. Ela começou a trabalhar em casa de família através de conhecidas da professora de catecismo da Igreja São Jaime, onde frequentava, e, então, ela e sua irmã trabalham desde adolescentes. Hoje Ruth tem 59 anos, e sua irmã mais nova 58.

Ruth trabalhou dos 12 anos até os 26 na mesma casa de família. Essa família mudou para Friburgo nessa época e Ruth foi junto para trabalhar, mas não se adaptou com o frio e a dinâmica, voltando para trabalhar de diarista no Rio de Janeiro. Durante nossa conversa, aos poucos, Ruth foi compartilhando outras questões com esses primeiros patrões, e uma delas é que quando ela foi se mudar pra Friburgo, por exemplo, foi com a promessa que assinariam sua carteira de trabalho, mas isso nunca aconteceu. Ruth nunca teve carteira assinada em todos os seus anos de trabalho doméstico.

Nas casas de família que trabalhou, dormia na casa dos patrões de segunda a sexta e voltava o final de semana para a Cachoeirinha. Porém, como conta Ruth, teve um dia que ela voltou para casa, e seu pai, que depois da morte de sua mãe tinha

casado novamente, vendeu a casa que ele e seus cinco filhos moravam sem comunicá-los. Ela descobriu quando voltou pra casa em um final de semana e ela estava toda fechada, e, desde então, Ruth passou a morar integralmente no serviço, na casa de seus patrões, e seu pai foi morar em Anchieta com a madrasta. Ruth pontua que desde que ele foi morar com a nova esposa nunca levou seus filhos para morar ou cuidar deles, e ela não culpa a madrasta por essa decisão. Ruth não desgosta dela e a considera bastante esforçada e “trabalhadeira”, era função do seu pai pensar nos seus filhos.

O pai de Ruth, hoje falecido, trabalhou na fábrica da Piraquê em Rocha Miranda e depois na Vulcan, casa de plástico. Ele era motorista e, como conta Ruth, cheia de emoção ao lembrar, era uma pessoa muito honesta e correta, e é a referência e ensinamento que ela tem do pai, reafirmando que tudo que ela tem, conquistou por direito. Não tira nada de ninguém, não fica devendo a ninguém, e tem muito respeito com quem ajuda e doa coisas a ela.

Porém, o pai de Ruth também fez coisas que a magoam profundamente, isso porque batia muito na sua mãe. Ruth, com bastante chateação e angústia, se emociona ao contar desses eventos, pois é uma coisa que conviveu desde muito nova.

Sua mãe era dona de casa, mas Ruth lembra que sempre trabalhou costurando para fora. Ela achava que era o pai que colocava o dinheiro pra dentro de casa, mas hoje vê que muita coisa quem pagava era sua mãe, como o dinheiro pra comprar uniforme e roupa para ela e seus irmãos.

Ruth inclusive lembra muitas casas onde trabalha, quem prove o sustento é a mulher, mas ela coloca o homem nas alturas. Porém, quem paga a maior parte do conforto é ela. Ruth conta que “isso eu não aceito, sabe. Eles cantam de galo, mas quem paga a conta é elas, sabem”

Ruth sempre lembra com muito carinho de sua mãe e de seus irmãos, muito próxima até hoje, cultivando muito amor por todos os irmãos. Segundo ela, eles se ajudam muito, criando uma importante rede de afeto e cuidado.

Ruth lembra com emoção, por exemplo, que sua irmã gêmea recentemente passou na OAB e é advogada. Ela sempre quis estudar advocacia e sempre foi muito inteligente, mas só com a idade avançada conseguiu correr atrás de seu sonho. Lembra também de seu outro irmão com carinho, que é porteiro de um prédio há

muitos anos, onde todos gostam muito dele. De vez em quando, quando sai do serviço, Ruth o convida para almoçar ou jantar na casa dela. Comento como é ruim não ter irmãos ou parentes próximos, lembrando da falta que Evanize tem de sua família de Pernambuco.

Ruth, hoje em dia mora de aluguel no Meier e mora dessa forma, e na mesma região, desde que saiu das casas de família. Como diarista, trabalha quase todos os dias em várias casas diferentes e durante nossa conversa pontuou algumas vezes o quão cansativo é essa rotina, mas também comenta que com o convívio com as famílias acaba construindo amizade. Acaba, também, conhecendo as pessoas como elas são, e por isso, lembra que aprendeu muito bem a não misturar o modo como os patrões lidam com o seu trabalho e com ela em si. Conta que muitas patroas são muito rígidas, mas como pessoas são pessoas boas, como companheira de conversa e pessoas legais.

Ruth relembra a primeira casa de família que trabalhou como doméstica, que apesar de muito rigorosos, e onde não cumpriram o que prometeram com a carteira assinada, ressalta que sempre teve uma convivência muito sadia com a família e que aprendeu muita coisa sobre organização da casa com eles, como trocar toda a semana o lençol de cama, por exemplo. Por isso, reafirma que é esse lado que ela procura levar das casas que trabalha.

Porém, quando questionada se ainda possui contato com eles, ela comenta que ainda tenta ligar para eles, mas não é bem recebida. Aquelas pessoas, segundo elas, acham que quando você liga é pra pedir alguma coisa, quando ela só queria realmente saber como eles estão. Quando teve a grande enchente em Friburgo em 2011, por exemplo, ela ligou para saber como eles estavam, mas não foi tão bem recebida e a antiga patroa rapidamente queria cortar o papo.

Vejo que minha tia também aprende muito com as famílias que atendeu e atente, aprendeu sobre a importância da leitura, e lê muitos livros e jornais emprestados. Aprendeu muito sobre coisas de casa também, e repara muito nas coisas de casa e alimentação que as pessoas usam e compram.

Ruth comenta que tem coisas boas em ser diarista, uma delas é que se ganhasse um salário mínimo até hoje, como trabalhadora doméstica de uma casa de família, não poderia morar de aluguel nem pagar a escola de seu filho como faz hoje. A maioria dos patrões paga por dia de trabalho, e uma das maiores dificuldades como

diarista que passou foi na pandemia, quando algumas pessoas pagaram, outras não, e outras ainda pagavam a metade. Ela sofreu muito economicamente, e lembra que a maioria das pessoas que trabalha sabiam que quem provê o sustento da sua casa era somente ela, e ainda assim não ajudavam ou pagavam na pandemia.

Ruth afirma que gosta muito de seu trabalho, não trabalha mal-humorada e nem de cara feia, pois gosta do que faz e faz como se estivesse limpando sua casa. Ao conversar com Ruth, percebi que ela tem uma personalidade muito forte e muito certa de suas convicções, e reafirma, nesse momento, que se ela não se simpatizar com a pessoa que a contratou não costuma ficar e não tem problema de sair, pois tem que estar trabalhando onde se sente bem.

Ela passou a gostar mais do trabalho quando parou de ter a obrigação de dormir na casa de seus patrões, que por estar presente a chamavam para trabalhar toda hora, estando a disposição 24h por dia. Como diarista passou a construir um espaço e uma casa para si e pros seus filhos.

E Ruth lembra muito bem da diferença do trabalho doméstico de anos atrás e do seu trabalho como diarista ganhando pelo dia de trabalho: “Eu fico pensando, eu queria ver se fosse hoje. Se você pagar uma diarista para fazer faxina todo dia, ninguém ia pagar.” E lembra que as pessoas preferem ter uma diarista, sem nenhum compromisso trabalhista ou vínculo, do que ter uma pessoa ali todo dia. E ainda que a pessoa trabalhe todo dia, a maioria nem assina carteira, ou quando assina, não paga todos os tributos.

Ruth tem dois filhos, uma filha mais velha de 30 anos e um mais novo que vai fazer 18, os dois moram com ela. O mais novo vai terminar o ensino médio nesse ano e está tentando o vestibular em geologia na UERJ. Ruth lembra com orgulho que seu filho sempre estudou em escolas particulares, pagando arduamente as mensalidades e sempre conversando pra conseguir descontos, pagando metade do valor. Enfatizou que tem um facilitador para conseguir descontos porque ele sempre foi um bom aluno, tirando boas notas. Ela lembra que tentou matriculá-lo nas escolas públicas de excelência, mas não conseguiu. Sua filha mais velha está fazendo jornalismo em uma faculdade particular, mas teve que trancar por não conseguir arcar com a mensalidade e hoje trabalha com comunicação e eventos.

Ruth se mostrou bastante apegada aos seus filhos, e os cuida com muito amor e muita dedicação, dando todo seu esforço de trabalho na sua criação, abdicando

muitas vezes de sua diversão e de seus cuidados para garantir uma casa e sustento para os seus filhos:

Me pergunta se eu tomo cerveja. Pergunta se eu vivo comendo na rua, não como na rua. Não tomo cerveja. meu dinheiro é todo para dentro da minha casa, eu passo no mercado, eu compro as coisas. Graças a Deus meus filhos nunca passaram necessidade, nunca. Sempre teve as coisas direito em casa. E eu fui criada assim, na minha casa, não tinha qualidade de coisa, era o básico, mas nunca faltou, sabe?

Ruth lembra também com emoção e convicção que se passasse por todas as dificuldades que passou de novo e tivesse seus filhos, os teria do mesmo jeito, da mesma forma, não se arrependendo de nenhuma escolha e amando estar com seus filhos. Ruth sempre criou seus filhos sozinha, foi pai e mãe de seus filhos, segundo ela. O pai de sua filha morou com ela pouquíssimo tempo, até descobrir que ele tinha uma outra família, e o pai do seu filho conviveu também pouco tempo, pois era uma pessoa que não podia contar com ele. “Tinha pena de comprar as coisas para dentro de casa. Eu nunca fui uma pessoa assim, sabe?” Ruth comenta que teve que colocar o pai do filho mais novo na justiça, pois ele não pagava pensão.

Ao perguntava se Ruth gosta de morar onde mora, ela diz com sinceridade que gostaria de morar em Marechal Hermes ou algum bairro por ali onde pudesse ter um quintal, ainda que fosse mais afastado, mas que fosse dela. Uma casa própria onde pudesse ter um terreno para plantar. Esse assunto a faz lembrar que o seu medo é, mais pra frente, devido ao avançar da idade, não conseguir continuar trabalhando e não poder pagar o aluguel.

Ruth relembra que é autônoma e por isso tem que pagar a autonomia. Em 2003, ela lembra que era possível fazer financiamento pelo governo para comprar uma casa por um programa de governo na época. Ruth não sabe dizer ao certo qual foi, mas pensou em fazer. Porém, o pai do seu filho na época comprou uma moto no nome dela, pois queria trabalhar como mototáxi, mas nunca pagou, deixando Ruth com o nome sujo até hoje. Uma vez ela foi no banco tentar negociar, mas propuseram uma entrada muito grande que não podia pagar.

Ela ficou muito chateada com essa situação, pois, para ela, uma das principais certezas que ela leva pra vida, e umas das coisas que o pai dela ensinou, é respeito e compromisso com os outros. Ruth lembra, inclusive, que sua família tem uma grande rede de apoio e solidariedade em que eles sempre se fortalecem. Recentemente,

conta que seu sobrinho engravidou sua namorada, os dois bem novos. Eles decidiram, então, morar nos fundos da casa do pai da namorada, e ela, assim como todos os outros irmãos, ajudaram a comprar os materiais de construção para construir a casa. Ela até hoje está pagando a parcela dos materiais de construção com muito gosto pro sobrinho dela.

Ela lembra que os ricos, seus patrões, sempre herdaram uma coisa de alguém. “A gente pobre herda o quê? O que que eu herdei do meu pai? Varizes. A família do meu pai tem problema de varizes. Eu herdei varizes”, conta Ruth, rindo. Conta também que, ao dizer para as famílias das patroas, fala que ajuda o filho e a família, elas falam que não é certo e não é o melhor caminho. Ou, ainda, quando empresta alguma coisa: “Ah, a gente não empresta cartão, não empresta nada para ninguém, isso porque graças a Deus eles têm uma facilidade que não precisa. Só quem não tem empresta. A gente herda isso também, respeito, ajuda mútua, compromisso.”

Ruth reafirma que as pessoas para quem ela trabalha não emprestam nada pra ninguém. Não emprestam o cartão pra ninguém, pois têm dinheiro na conta, aí é fácil, segundo ela. Uma vez, conta que ela foi indagada de que precisava fazer uma reserva, para quando precisar de alguma coisa de emergência ter onde tirar, ela não falou nada, mas ficou rindo sozinha: “Gente, se eu tivesse uma reserva seria tão bom né? Mas é isso, a gente fica quieta”.

Ruth relembra novamente que é isso o que a gente herda, a bondade, saber cuidar, saber dividir. Ela, por exemplo, sempre ganha coisas de casa e roupa de seus patrões, mas se não for usar ou se já tiver algo semelhante, doa para outras pessoas.

Eu me lembro que boa parte do meu guarda-roupa na adolescência e início da vida adulta eram doações das amigas da minha tia, antigas patroas ou clientes de unha. Quando também comecei a morar sozinha, boa parte dos meus eletrodomésticos eram doações dessas senhoras, os quais uso até hoje. E reafirmo, através da fala dela, que só quem teve mãe ou parente próxima como trabalhadora doméstica entende a potência da rede tecida por essas doações.

Ao falar de companheirismo e responsabilidade, Ruth lembrou com emoção de sua avó, que viveu muitos anos. Ela gostaria de ter 1% das coisas boas que sua avó teve, 1% de sua bondade, paciência e generosidade. Ela ajudava qualquer pessoa e conhecia muita gente, era muito querida na Cachoeirinha. Se alguém chegasse pedindo algo em sua casa, ela tirava do dela pra dar pra pessoa, segundo Ruth. Ela

lembra que gostava de todo mundo, acolhia todo mundo. Passou por muita dificuldade na vida, mas sempre ajudou muita gente. No dia do seu enterro, muita gente que Ruth nem lembrava foi lá saudar sua vida.

Essas falas enfáticas e emocionadas de Ruth me fizeram lembrar da importância da rede de solidariedade, que Evanize sente tanta falta no Rio de Janeiro, uma rede que só quem é pobre e preto entende (JESUS, 2021).

Aproveitei pra perguntar para Ruth no que sua avó trabalhava, e ela contou que sua avó cuidava da casa e trabalhava passando roupa pra fora. Ela conta que sua avó passou roupa até os 87 anos, não fazia faxina e só passava roupa. Teve que parar de passar roupa pois teve um AVC e passou a morar com uma de suas filhas, irmã de Ruth. Me dou conta, assim como as vivências de minha família, que o cuidado com os afazeres domésticos como forma de sustentar e complementar a renda está presente nas mulheres negras a muitas gerações.

Quando questionada em como se vê no futuro Ruth, comenta que não tem tanto o costume de pensar no amanhã, ela gosta de pensar e viver no presente, como diz Emicida (SÓ ISSO, 2009) “enquanto buscam o sentido da vida, eu vivo ela”, um pouquinho de cada vez. Porque se pensa no futuro pode ficar preocupada com o amanhã, e o amanhã pode não chegar pra ela. “Não sei se é por causa dessa vida que eu tenho de trabalho, que tem que trabalhar pra pagar e tudo mais... que tem determinadas coisas eu não fico preocupada. Deixo a vida me levar, né?”

Mas o que ela gostaria no futuro é não depender dos seus filhos. Queria ter o seu pouquinho na velhice pra depender dela mesma. Ruth relembra que procura dar uma vida decente para seus filhos, mas paga um preço alto, porque o trabalho a esgota muito:

Tem dia que eu chego na minha casa, eu quero fazer as coisas, eu durmo. Se eu sentar eu cochilo, eu durmo. Então você vê que o corpo já está começando a reagir, a reagir. a única preocupação que eu tenho é essa, de amanhã não ter pra me manter. Se eu ficar doente hoje, eu tenho medo.

Ruth fica preocupada com o futuro e compartilha que trabalhar mais ou menos uns dez anos, se conseguir, e só de saber que seu filho estará na faculdade e daqui a pouco terá condições para cuidar da vida dele, já conforta e acalma bastante.

Amanhã quando ele tiver a família dele, ele poderá dar o melhor para o filho dele. Eu procurei, com o meu trabalho, tirar e dar o melhor para ele, mas isso me custou bastante. Isso me custa muito. Eu quero que amanhã ele tenha pra dar para o filho dele, mas que não tenha que passar por isso tudo que eu passei. A única coisa que eu posso dar, que ele vai ter de herança meu, é o estudo que eu estou dando para ele.

Abre a minha conta não tem um real, é que eu não queira dar não, é porque eu não tenho pra deixar. Então eu peço que Deus me dê força, saúde, para eu poder ainda poder fazer com meus filhos.

#### 4.4 Reflexões através das duas histórias

As duas histórias contadas acima têm muitas semelhanças, principalmente pelas duas serem vividas através do trabalho doméstico no mesmo bairro na Zona Norte do Rio de Janeiro, o Méier. Porém, as duas têm trajetórias de vida e de cotidiano muito diferentes.

Evanize compõe a grande porcentagem de mulheres que vem do Nordeste para exercer o trabalho doméstico no Rio de Janeiro. Evanize vem pro Rio de Janeiro em meados de 1980 e compõe a porcentagem, como vimos acima, de mais de 35% de trabalhadoras domésticas que vêm da região Nordeste, e de mais de 75% das trabalhadoras domésticas que não nasceram no Rio de Janeiro. Ruth, por sua vez, é carioca e nasceu na favela da Cachoeirinha, no complexo do Lins, bairro que compõe o chamado Grande Méier, alimentando a porcentagem de mulheres pretas que nasceram da favela e executam o trabalho doméstico.

Além disso, Evanize percorre quase duas horas de trajeto para executar seu trabalho saindo de Saracuruna em Duque de Caxias, e Ruth mora no Méier, muito próximo de seus locais de trabalho. Por aqui é importante correlacionar tais vivências com as reflexões acerca da construção das desigualdades territoriais na metrópole do Rio de Janeiro. Conforme vimos por Ribeiro (2024a), a construção de centro-periferia não indica somente distância de localização, como Evanize, que atravessa muitos quilômetros para chegar no trabalho. A segregação social é construída territorialmente, mesmo em dois territórios muito próximos, como o conjunto de favelas do Lins e os bairros de classe média que compõem o Méier.

As relações pessoais e como constroem laços com as patroas também são bem diferentes nas duas histórias contadas. Ruth tem uma relação de muito sofrimento, durante a maioria de suas relações trabalhistas e compartilhada na entrevista, isso por ter sido forçada a trabalhar como doméstica desde a menoridade, e por ter passado por muitas relações de abuso com seus patrões. Inclusive, não foi perguntada sobre, mas se sentiu à vontade para falar sobre essas questões, pelo peso que isso tem na sua história e trajetória.

Já Evanize tem uma relação de maior afeto com alguns patrões, percebido através da relação de carinho que tem com seu Alexandre, o considerando quase como um filho, e da relação de parceria que tem com a sua primeira patroa, visitando e se emocionando ao vê-la no asilo e com Alzheimer. Apesar das hierarquias existentes na relação patrão/empregado, a forma que as trabalhadoras vivenciam isso através de suas perspectivas individuais de vida modificam o modo que enxergam a ocupação. Isso enfatiza o ponto de vista subjetivo e de suas vivências pessoais para a construção de relações com as patroas, onde as patroas podem construir relações prioritariamente pautadas na hierarquização ou podem propor redes de troca.

Outro ponto importante percebido na entrevista é que as duas mulheres trouxeram importante perspectiva de como a visão de vida de suas patroas é bem diferente de suas visões de vida. Evanize levanta o ponto que as pessoas mais ricas têm essa necessidade de guardar coisas e acumular “cacarecos”, diferentemente de seu estilo de vida, em que tem o que usa em casa e tem hábito de doar e “fazer circular” bens materiais.

Ruth também traz essa perspectiva, comentando sobre a coletividade criada na sua família através das redes de apoio, financeiras ou não. Ruth, inclusive, compara a perspectiva individualista que repara nas famílias de seus patrões com a ajuda que faz e recebe de sua família e amigos, emprestando cartão de crédito, tecendo rede de cuidado com os filhos e sobrinhos. As famílias dos patrões, com heranças já consolidadas, possuem a segurança financeira adquiridas por seus pais, por seus avós, e por isso, em suas vidas adultas podem fazer reservas para o futuro e nessa rede de privilégios, não compreendem as redes de apoios criadas pela população negra, se vestindo e um falso individualismo.

É possível dizer que essa diferença permeia a classe, a raça e o gênero. As redes de solidariedades criadas pelas mulheres negras são formas de construção e resistência de vida não pautadas na colonialidade, essenciais para as suas manutenções de vida e têm outras origens e raízes (Carneiro, 2015; Gonzalez, 2020; hooks, 2019).

Assim como diz Collins (2019b), a forasteira de dentro aprende e também ensina e isso é perceptível na história contada por elas. Aprende sobre práticas da casa, mas também tenta ensinar sobre como funciona suas redes de apoio e afeto, ou ensina sobre cuidado e atenção para com a saúde da filha da patroa. Mulheres que

estão dentro da lógica dos ricos, dentro da casa deles, e ali apreendem e ensinam o que faz sentido para suas vidas.

A característica de ocupação histórica e social do bairro do Méier é outro ponto importante para essa análise. Isso porque as histórias das entrevistadas não estão inseridas em bairros onde a ocupação é historicamente marcada pela desigualdade social e racial, como vemos com Costa Pinto (1953) nos bairros da Zona Sul, construídos historicamente através dessas disputas de poder e onde sempre trabalharam muitas domésticas.

Mas o Méier é um bairro onde vive uma classe média em um subúrbio de maior poder aquisitivo, após a industrialização, através do processo de construção de casas de vila para famílias mais abastadas. O Méier tem influência para sua expansão num processo histórico de descentralização da cidade do Rio de Janeiro, que possui como consequência a formação de vários núcleos urbanos na Zona Norte (Silva; Borges; Lucena, 2016).

Importante também considerar que a ocupação teve como fator de expansão a linha férrea, que fragmentou o bairro em duas paisagens distintas e com configurações sociais diferentes. Ruth, por exemplo, mora do lado do bairro que possui menos comércio e vida cultural, e trabalha do outro lado da linha de trem, onde estão localizados todos os comércios que circundam a avenida principal, teatro, cinema e a o Shopping do Meier, o primeiro do Brasil. Devido ao baixo valor dos aluguéis, o bairro foi um grande atrativo para moradores oriundos da Área Central e da Zona Sul que não tinham condições de pagar os preços que ficavam cada vez mais caros (Silva; Borges; Lucena, 2016).

Outro ponto em comum das entrevistadas é estarem na mesma faixa etária, em torno de 60 anos. As duas passaram pela vivência da ocupação do trabalho doméstico no mesmo período, e passaram a ser diarista nos últimos vinte anos. Importante considerar que, para a análise dessa dissertação, elas estão presentes como trabalhadoras domésticas nas investigações do Censo de 1980 e 2010, e inseridas nessas coletas de dados de maneiras bem distintas ao decorrer dos anos.

Em 1980 as duas trabalhadoras estavam inseridas entre 18 a 24 anos, a maior porcentagem de faixa etária naquela época, evidenciando a inserção das jovens como trabalhadoras através do trabalho doméstico, como vimos. Já em 2010, as duas

trabalhadoras também estão inseridas na faixa etária de maior proporção, entre 40 e 49 anos, evidenciando um envelhecimento da ocupação pelas mesmas trabalhadoras.

A semelhança etária das duas entrevistadas e das vivências trazidas por elas também nos leva a constatar que a modalidade de contratação de diarista ficou cada vez mais forte na virada do século, conforme vimos no capítulo anterior. Em 2010, as duas entrevistadas se inseriram nos 22% das trabalhadoras domésticas que delas trabalham em mais de uma casa, diferente de 1980, quando a maioria trabalhava para somente uma patroa.

Além disso, também pela idade, as duas têm algumas limitações e medos na continuidade do trabalho, se sentindo mais cansadas e não conseguindo fazer as mesmas coisas de antes, e escolhendo com cuidado que faxinas seguir, evidenciando o fato do envelhecimento dessa ocupação ao longo dos anos, com trabalhadoras domésticas que começaram a trabalhar em 1980 e hoje, com o avançar da idade, continuam na mesma ocupação.

Outro aspecto importante trazido pelas entrevistas é a independência e a possibilidade de criar uma família e uma casa a partir do modo de trabalho como diarista. As duas consideram isso importante aspecto para construção de sua individualidade. Ruth, paradoxalmente aos resultados das nossas pesquisas, que mostram que as trabalhadoras que não possuem carteira assinada possuem salários mais baixos das que possuem, comenta que somente como diarista conseguiu pagar a escola do filho e o aluguel da casa, dando a entender que ganha mais do que como trabalhadora doméstica em somente uma casa. É importante considerar que, no caso da Ruth, ela nunca possuiu carteira assinada, então o trabalho por hora em várias casas realmente a faz ganhar mais, porém sem férias ou dia de descanso, como ela mesma comenta.

Ruth também pontua o benefício de trabalhar como diarista na perspectiva do caráter do trabalho, pois como são horas trabalhadas, ela limpa o essencial e o que dá, diferentemente da demanda de 24h por dia como trabalhadora doméstica. Podemos aqui considerar isso um benefício, pois o tipo de contratação por diária reduz essa exploração de limpezas para além das típicas.

Por último, em relação a minha última indagação relacionada ao envelhecimento e perspectivas de futuro, as duas, apesar das dificuldades de falar desse assunto pelas dificuldades do trabalho e da possibilidade de conseguir uma

reserva financeira, têm uma perspectiva bastante concreta de como querem envelhecer e aposentar. Relacionadas ou a conquista da casa própria ou a volta para sua cidade natal, reafirmando laços familiares. Importante aqui considerar que, devido ao fato de contribuírem individualmente para o INSS, as duas possuem essa perspectiva de receber um valor de aposentadoria e conseguirem fazer a manutenção da vida dessa forma.

Em mapa de impressões cartográficas realizadas após a conversa com as entrevistadas, são evidenciados o local de moradia e trabalho das duas mulheres e seus distanciamentos em quilômetros no trajeto casa/trabalho. Fica evidente que Evanize percorre um longo trajeto saindo de Duque de Caxias para o Rio de Janeiro, de mais de 39 km, em mais de duas horas de trem. Já Ruth consegue percorrer um trajeto de no máximo 2 quilômetros nas casas que atende no Grande Méier, percorrendo esse trajeto de ônibus ou a pé, mas cruzando a linha de trem no Meier e vivendo também uma experiência diferente do seu local de moradia.

**Mapa 13** – Cartografia do trajeto Casa-Trabalho de Evanize e Ruth



Fonte: Dados retirados da entrevista. Elaboração própria.

**Mapa 14** – Cartografia do trajeto Casa-Trabalho de Evanize e Ruth com aproximação no bairro do Méier



**Fonte:** Dados retirados da entrevista. Elaboração própria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo investigar as práticas socioespaciais das trabalhadoras domésticas na região metropolitana no Rio de Janeiro. Considerando a complexidade do território, investigamos as duradouras práticas através dos dados estatísticos disponibilizados pelo Censo Demográfico e suas conexões com a constituição da segregação territorial no Rio de Janeiro, nos últimos quarenta anos, e as fluidas práticas socioespaciais através da vivência de duas trabalhadoras domésticas.

Antes de investigarmos as práticas fluidas e duradouras da segregação socioespacial das trabalhadoras domésticas na metrópole do Rio de Janeiro, foi importante, em primeiro momento, situar o debate teórico do trabalho doméstico remunerado no Brasil e fazer um panorama da construção social dessa ocupação.

Foi importante atrelar o trabalho doméstico remunerado aos conceitos de reprodução social no capitalismo, e por isso sua baixa remuneração e prestígio. Porém, foi relevante observar que a maioria das feministas que investigam a Teoria da Reprodução Social (TRS) não têm como foco o trabalho doméstico remunerado, reafirmando a seriedade dessa dissertação em refletir a partir de autoras que enfatizam a desigualdade social, de renda, racial e de gênero atrelada ao trabalho doméstico (Bairros, 1995; Hopkins, 2022; Carneiro, 2015).

A desigualdade de renda atrelada a contratação do trabalho doméstico serviu de base para as investigações empíricas. Parte da renda das famílias que contratam esse serviço poderia ser gasta com consumo como alimentação, cultura, educação e saúde. Diferentemente dos tipos de contratação mais comuns, em que o trabalhador vende sua força de trabalho, produzindo mercadoria ou serviços para uma empresa, e gerando lucro. Aqui, o salário é pago da fonte de renda do empregador - do quanto ele recebe - fato que reafirma a desigualdade de renda. Parte da renda do empregador paga o salário da trabalhadora, que muitas vezes sustenta sua família inteira.

A relação da construção social da mulher negra atrelada a trabalhos manuais e de cuidado de casa tem origens escravocratas e permanece até hoje enraizados nas práticas cotidianas, e foi tópico essencial na investigação dos aspectos da construção social do trabalho doméstico em países colonizados como o Brasil.

Os corpos das mulheres negras vivem as formas de segregação racial, colonizantes e de gênero desde a formação do território brasileiro, como discorrido no primeiro capítulo, em mecanismo que são alimentados em características coloniais até hoje (Quijano, 2005). Por isso, reafirmamos a importância do debate em que o foco são elas, dando voz às trabalhadoras numa perspectiva interseccional.

Importante para esse trabalho foi considerar as vivências das trabalhadoras domésticas para além das formas de precarização do trabalho, como diz Collins (2019b), ao pontuar que, para as mulheres negras, o trabalho não as molda como seres sociais. Existem muitas outras práticas de vida, de construção de cuidado e de resistência que as movimentam para além do trabalho. Essa importante apreensão foi essencial ao ouvir Evanize e Ruth e como suas construções de vida e afeto estão para além disso.

As fluidas práticas de segregação foram investigadas a partir da entrevista com as duas trabalhadoras domésticas, em que suas vivências se corporificam no território, e a partir disso é possível compreender como a realidade da segregação as acomete e quais são suas práticas de construção de cuidado, afeto e resistência.

Tornou-se importante, também, considerar a relação dialética através dessas duas chaves de investigação, compreendendo que as relações duradouras e fluídas da segregação socioespacial são práticas que se retroalimentam, construindo no território ações que se influenciam concomitantemente.

Como principais resultados da investigação apreende-se que as práticas de segregação vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas são continuadas, apesar da grande modificação em suas práticas de trabalho ao longo dos últimos quarenta anos.

Em 1980, quase 1/3 das trabalhadoras domésticas residiam na casa dos seus patrões, número bastante relevante, mas muito inferior a meados de 1940, segundo Costa Pinto (1953). Todavia, essa porcentagem caiu ainda mais em 2010, totalizando 4,2% delas, como vimos. Uma diferença relacionada a modificações sociais, econômicas e culturais, essa transformação também está presente na história de vida contada pelas entrevistadas, quando, em 1980, moravam na casa dos seus patrões, e em 2010 não mais, somando a porcentagem de trabalhadoras diaristas.

Ainda assim, foi importante investigar quais bairros ainda predominam trabalhadoras que moravam na casa dos patrões em 2010. E a predominância territorial tanto corrobora práticas de segregação socioespacial já vistas e estudadas

anteriormente, como na Barra da Tijuca e em bairros da Zona Sul, como Copacabana e São Conrado, mas também surpreendem, ao investigar na pequena escala do setor censitário, a reprodução até os dias atuais de enclaves fortificados, como é o caso de Condomínio em Itanhangá.

Outro ponto importante para essa investigação foi materializar quais cidades e bairros as trabalhadoras, que residem em suas próprias casas, moram. Esses dados corroboram as práticas de segregação socioespacial construídas de forma duradoura na metrópole do Rio de Janeiro. A segregação socioespacial na metrópole acontece de várias escalas, boa parte das trabalhadoras moram nas cidades da região metropolitana, longe de seus locais de trabalho, mas ainda porcentagem considerável mora na cidade no Rio de Janeiro, em bairros afastados dos centros de trabalho ou em favelas próximas dos bairros de elevado status social, mas distantes socialmente.

Aspecto potente visualizado nas entrevistas foi a vivência das trabalhadoras como uma forasteira de dentro (Collins, 2019b). A mulher negra tem uma importância profunda para a construção social do Brasil, sua sabedoria disseminada nas diversas formas de resistência pode ser marcada pela astúcia (Gonzalez, 2020). Foi Evanize que percebeu que sua patroa começava a apresentar sintomas de Alzheimer, e era Evanize que ensinava e cuidava de seu Alexandre depois da morte de sua mãe, ou, ainda, era Ruth que sabia que suas relações de cuidado entre os parentes eram muito mais potentes que o das suas patroas, mas “se faz de boba” ao ser questionada sobre o tema.

Aos investigar os dados do trabalho doméstico a partir de 2010 até 2024, apreende-se a persistência na diferença salarial das trabalhadoras domésticas que possuíam carteira de trabalho e as que não possuíam, com valores sempre abaixo. Além disso, concluímos que a luta pelo reconhecimento do valor salarial das trabalhadoras é árdua e diária, pois a dificuldade econômica ou a pandemia fez o valor dos salários caírem e chegando ao valor do salário mínimo, e da fronteira da necessidade, percorrida por Cardoso (2019), o valor mínimo para garantia das necessidades básicas na nossa sociedade, e, apesar das conquistas das trabalhadoras domésticas, na garantia de direitos sociais.

Dentre os limites visualizados pela pesquisa, não foi possível fazer uma investigação mais ampla e detalhada do local de moradia e trabalho das trabalhadoras domésticas que não moram na casa dos seus padrões, tanto pela limitação de tempo

da pesquisa quanto da limitação e dados sobre essas fontes no Censo. Essa relação dual casa/trabalho é uma chave de análise importante e tem muitas aberturas e possibilidades frente a essa temática.

Além disso, a ausência de dados compilados mais recente do Censo/IBGE também foi lapso temporal relevante para a pesquisa, limite instaurado pela situação do governo na antiga gestão e que teve consequência direta no andamento da pesquisa, dificultando panorama mais abrangente das práticas socioespaciais das trabalhadoras domésticas nos últimos anos.

A pesquisa teve como foco o trabalho doméstico, mas ao investigar as características das mulheres que ocupam esse trabalho, constatou-se a possibilidade de cruzar mais dados para uma pesquisa mais abrangente, investigando maiores complexidades relacionadas. Uma das sugestões para pesquisas futuras é cruzar dados do trabalho doméstico com outras ocupações vivenciadas pelas mulheres negras dessa mesma faixa de renda e característica social. Existe mobilidade social ou transferência entre determinados tipos de ocupação? Pois uma das hipóteses para essa afirmação é a existência de mobilidade social a partir do acesso ao estudo tanto técnico quanto acadêmico, saindo, por exemplo, do trabalho doméstico e indo para outros tipos de ocupação.

Por fim, é importante reafirmar a importância do estudo do trabalho doméstico como chave de investigação das práticas socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro, abrindo o debate para a relação do trabalho doméstico com o papel determinante para a construção de práticas socioespaciais duradouras e fluídas em regiões metropolitanas e quais seus aspectos de cuidado, vida, afeto e resistência.

## REFERÊNCIAS

- 14 DE MAIO. Intérprete: Lazzo Matumbi. Compositores: Antonio Jorge Portugal e Lazaro Jeronimo Ferreira. *In: LAZZO Matumbi*, vol. 1. [S. l.: s. n.], 2019.
- ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- AMARELO. Intérpretes: Emicida, Majur e Pabllo Vitar. Compositores: Emicida e DJ Duth. *In: AMARELO*. Intérprete: Emicida *et al.* São Paulo: Sony Music Entertainment, 2019.
- A MÃO da Limpeza. Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Gilberto Gil. *In: RAÇA Humana*. Intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1984.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R.; MÉSZÁROS, I. (edits.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BENEVIDES, L. T. *et al.* Negociação coletiva no trabalho doméstico no Brasil: O caso da convenção coletiva de trabalho do sindicato dos trabalhadores domésticos do município de São Paulo. *In: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. Entre Relações de Cuidado e Relações de Vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2021. p. 161-190.
- BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, abr. 2015.
- BHATTACHARYA, T. (org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. Tradução: Juliana Penna. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2023.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Editora Zouk, 2007.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008

BRITES, J. **Afeto, desigualdade e rebeldia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BRUM, M. **Cidade Alta**: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARDOSO, A. M. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019. v. 11

CARNEIRO, S. Negros de pele clara. **Jornal Correio Braziliense**, 29 maio 2004.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade No Brasil**. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 2015.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra da América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. 8a edição ed. [s.l.] Editora Paz e Terra, 2020.

CATTO, André. Brasil atinge menor nível de pobreza e extrema pobreza da série histórica do IBGE. **G1**, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/04/brasil-atinge-menor-nivel-de-pobreza-e-extrema-pobreza-da-serie-historica-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2025

COLLINS, P. H. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019a.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019b.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, article 8, n. 1, 1989.

DA SILVA, R. **Entrevista II.** : Entrevistador: Heloisa Marques. Rio de Janeiro, 07 2024.

DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. de Q. et al. (eds.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional: Observatório das Metrópoles, 2004.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2021.

DIAS, D. et al. Precarização do trabalho doméstico remunerado e sua territorialização no espaço da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Boletim IPPUR**, v. 70, 31 maio 2023.

DIEESE. **Infográfico - Trabalho doméstico no Brasil**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DUARTE, I. Empregadas domésticas negras no cenário da pandemia: aspectos sobre a vulnerabilidade. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 24, n. 49, p. 75, 2020.

PROJETO QUERINO: Episódio 05: Os piores patrões. [Locução de]: Tiago Rogero. [S. l.]: Rádio Novelo, 6 ago. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7AEaa78MtQBjc0ZkFdIM9u>. Acesso em: 4 maio 2023.

EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. in: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

ESPÍNOLA, L. F. G. **O trabalho doméstico remunerado e a segregação urbana**: análise do perfil das empregadas domésticas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a sua localização no território. 2018. Trabalho Final de Graduação (graduação em Gestão Pública) — Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, C.; CARVALHO, I. Trabalhadoras domésticas: permanências e mudanças. In: RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. **Transformações no mundo do trabalho**: Análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

FERREIRA, L. H. S. Trabalhadoras invisíveis? Uma análise sobre as empregadas domésticas em tempos de pandemia. **Latitude**, v. 13, n. 2, p. 185-205, 2020.

FERREIRA, P. G. Os processos de precarização do trabalho doméstico remunerado e sua territorialização no espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS*, 5., 2023, 2023. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ENEPCP, 2023. v. 5.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas. **cadernos de campo**, n. 14, p. 231-239, 2006.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GAGO, V. **A potência feminista: o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar : Editora Schwarcz, 2020.

HARTMAN, S. **A sedução e O ventre do mundo: dois ensaios de Saidiya Hartman**. São Paulo: Crocodilo, 2022.

HASENBALG, C.; GONZALEZ, L. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HIRATA, H. **O cuidado: teorias e práticas**. Tradução: Monica Stahel. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOPKINS, C. T. Muito trabalho, pouco lazer: reprodução social, migração e trabalho doméstico remunerado. *In: BHATTACHARYA, T.; BREDÁ, T. (org.). Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. Tradução: Juliana Penna. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010**. Brasília, DF: IPEA, 2010.

Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao\\_das\\_variaveis\\_censo\\_2010.pdf](https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao_das_variaveis_censo_2010.pdf). Acesso em: 18 jan. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: manual de Entrevista**. Rio de Janeiro: Coordenação de Trabalho e Rendimento, Diretoria de Pesquisa, IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e->

povoamento/negros#:~:text=No%20continente%20americano%2C%20o%20Brasil,te r%C3%A7o%20de%20todo%20com%C3%A9rcio%20negreiro. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2020.

IPEA. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país**. Brasília, DF: Ipea, 2011. (Comunicados do IPEA, n. 90, 5 maio 2011).

ITIKAWA, L. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Recife, v. 18, n. 1, p. 57-76, jan./abr. 2016.

KOFES, S. **Mulher, Mulheres**: Diferença e identidade nas armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. Tese de doutorado do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas —Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. 1-29, 29 nov. 2021.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2023.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, p. 197–209, 2009.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PASTORE, J. **Mobilidade Social No Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

PEREIRA, M. V. S. Cidade partida: a zona sul do Rio de Janeiro e os segregados da urbanização. CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 5. 2024, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2024.

PINHEIRO, L.; GONZALEZ, R.; FONTOURA, N. **Nota técnica 10: Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. **Nota Técnica nº 75:** Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. Brasília: Ipea, 2020.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; POSTHUMA, A. C. **Entre Relações de Cuidado e Relações de Vulnerabilidade:** dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2021. p. 191–220,

PINTO, L. de A. C. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

PINTO, T. de O. O Estatuto da domesticidade e o repertório de resistência de trabalhadoras domésticas. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 409–433, 2020. Dossiê: Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências contra a mercantilização da vida.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2008. p. 73-118.

RAINHAS africanas: Njinga. Direção: Tina Gharavi, Etosheia Hilton, Susannah Ward e Victoria Adeola Thomas. Produção: Jada Pinkett Smith. 4 episódios, 3h 4min. 2023, Netflix

RIBEIRO, C. A. C. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 178-183, out. 2000.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Editora Letramento, 2018.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. Segregação residencial: padrões e evolução. *In:* OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (ed.). **Rio de Janeiro:** transformações na ordem urbana. São Paulo: Letra Capital; Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015. p. 163-192.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do território:** fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RODRIGUES, J. M.; CORREA, F. S. Território e Trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, 2008. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2008.

RIBEIRO, M. G. Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil. **Dados**, v. 58, n. 4, p. 913-950, dez. 2015.

RIBEIRO, M. G. Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos. **Cadernos Metrôpole**, v. 26, n. 59, p. 19-42, jan. 2024a.

RIBEIRO, M. G. Desindustrialização nas metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, n. 1, 20 abr. 2024b.

RIBEIRO, M.; RIBEIRO, L.-C. Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil. **EURE**, v. 47, n. 142, p. 27-48, 2021.

SAES, D. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SALATA, A.; RIBEIRO, M. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**, Porto Alegre, n. 12, 2023.

SANTOS, M. Cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Julio (edit.) **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, M. et al. Governança metropolitana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *In*: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (edits.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil.

SANTOS, R. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In*: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JÚNIOR, Pedro Novaes de. **Território e Planejamento: perspectivas transdisciplinares**. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2021.

SCALON, M. C. **Mobilidade Social No Brasil: Padroes E Tendencias**. São Paulo: Revan, 1998.

SILVA, D.; BORGES, G.; LUCENA, A de. Apontamentos gerais da dinâmica urbana e imobiliária no bairro Méier, zona norte da cidade do Rio de Janeiro/RJ. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: ENG, 2016.

SÓ ISSO. Compositor: Emicida. Intérprete: Emicida. *In*: **PRA QUEM Já Mordeu um Cachorro por Comida, até que Eu Cheguei Longe**. São Paulo: Laboratório Fantasma. 2009

TAVARES, R. Esparramando o corpo pelas cidades. *In*: TAVARES, R.; RAMOS, D. (orgs.). **Feminismurbana: um projeto teórico político**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

TAVARES, R.; RAMOS, D. Indisciplina epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. *In*: TAVARES, R.; RAMOS, D. (orgs.). **Feminismurbana: um projeto teórico político**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023a.

TAVARES, R.; RAMOS, D. Gênero e estudos urbanos. TAVARES, R.; RAMOS, D. (orgs.). **Feminismurbana**: um projeto teórico político. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023b.

UM CORPO no Mundo. Intérprete: Luedji Luna. Compositora: Luedji Luna. In: UM CORPO no Mundo. Intérprete: Luedji Luna. São Paulo: YB Music, 2017.

VAHDAT, V. *et al.* **Retrato do Trabalho Informal no Brasil**: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax; B3 Social; Instituto Veredas, 2022.

VELASCO, C.; ROCHA, G. Dia de Consciência: por que cada vez mais brasileiros estão se autodeclarando negros? **G1**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/20/dia-de-consciencia-por-que-cada-vez-mais-brasileiros-estao-se-autodeclarando-negros.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.